UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS
MESTRADO EM LETRAS

FABIANA MONNERAT DE MELO

ENTRE PALAVRAS, LAÇOS E REDES: UMA LEITURA DE POLÊMICAS E CENSURAS À LITERATURA INFANTIL NO BRASIL CONTEMPORÂNEO, SUSCITADAS A PARTIR DAS REDES SOCIAIS

VITÓRIA
2020

FABIANA MONNERAT DE MELO

ENTRE PALAVRAS, LAÇOS E REDES: UMA LEITURA DE POLÊMICAS E CENSURAS À LITERATURA INFANTIL NO BRASIL CONTEMPORÂNEO, SUSCITADAS A PARTIR DAS REDES SOCIAIS

Dissertaçãoapresentadaao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Letras, na área de concentração em Estudos Literários e na linha de pesquisa Literatura: alteridade e sociedade.

Orientadora: Prof.ª Dr.ª Maria Amélia Dalvi.

VITÓRIA

2020

Ficha catalográfica disponibilizada pelo Sistema Integrado de Bibliotecas - SIBI/UFES e elaborada pelo autor

---

Melo, Fabiana Monnerat de, 1976-
M528e Entre palavras, laços e redes : Uma leitura de polêmicas e censuras à literatura infantil no Brasil contemporâneo, suscitadas a partir das redes sociais. / Fabiana Monnerat de Melo. - 2020.
149 f. : il.

Orientadora: Maria Amélia Dalvi Salgueiro.
Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais.

1. Literatura infantil. 2. Censura. 3. Redes sociais. 4. Infância. 5. Psicanálise. 6. Mediação de leitura. I. Salgueiro, Maria Amélia Dalvi. II. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências Humanas e Naturais. III. Título.

CDU: 82

Fabiana Monnerat de Melo

“ENTRE PALAVRAS, LAÇOS E REDES: UMA LEITURA DE POLÊMICAS E CENSURAS À LITERATURA INFANTIL NO BRASIL CONTEMPORÂNEO, SUSCITADAS A PARTIR DAS REDES SOCIAIS”

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras do Centro de Ciências Humanas e Naturais, da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre em Letras.

Aprovada em 18 de dezembro de 2020.

Comissão Examinadora:

Profª Drª Maria Amélia Dalvi Salgueiro (UFES)
Orientadora e Presidente da Comissão

Profª Drª Rafaela Scardino Lima Pizzol (UFES)
Examinadora interna

Profª Drª Andrea Antolini Grijó (UFES)
Examinadora Externa

Este documento foi assinado digitalmente por [illegible]
Para verificar o original visite: https://api.lepisma.ufes.br/arquivos-assinados/114288?tipoArquivo=O

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

PROTOCOLO DE ASSINATURA

O documento acima foi assinado digitalmente com senha eletrônica através do Protocolo Web, conforme Portaria UFES nº 1.269 de 30/08/2018, por
MARIA AMELIA DALVI SALGUEIRO - SIAPE 2751144
Departamento de Linguagens, Cultura e Educação - DLCE/CE
Em 18/12/2020 às 11:33

Para verificar as assinaturas e visualizar o documento original acesse o link:
https://api.lepisma.ufes.br/arquivos-assinados/114222?tipoArquivo=O

Este documento foi assinado digitalmente por MARIA AMELIA DALVI SALGUEIRO
Para verificar o original visite: https://api.lepisma.ufes.br/arquivos-assinados/114222?tipoArquivo=O

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

PROTOCOLO DE ASSINATURA

O documento acima foi assinado digitalmente com senha eletrônica através do Protocolo Web, conforme Portaria UFES nº 1.269 de 30/08/2018, por
ANDREA ANTOLINI GRIJO - SIAPE 1179439
Departamento de Linguagens, Cultura e Educação - DLCE/CE
Em 18/12/2020 às 14:14

Para verificar as assinaturas e visualizar o documento original acesse o link:
https://api.lepisma.ufes.br/arquivos-assinados/114385?tipoArquivo=O

Este documento foi assinado digitalmente por ANDREA ANTOLINI GRIJO PIZZOL
Para verificar o original visite: https://api.lepisma.ufes.br/arquivos-assinados/114385?tipoArquivo=O

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

PROTOCOLO DE ASSINATURA

O documento acima foi assinado digitalmente com senha eletrônica através do Protocolo Web, conforme Portaria UFES nº 1.269 de 30/08/2018, por
RAFAELA SCARDINO LIMA PIZZOL - SIAPE 3611743
Departamento de Linguas e Letras - DLL/CCHN
Em 18/12/2020 às 15:07

Para verificar as assinaturas e visualizar o documento original acesse o link:
https://api.lepisma.ufes.br/arquivos-assinados/114458?tipoArquivo=O

Este documento foi assinado digitalmente por RAFAELA SCARDINO LIMA PIZZOL
Para verificar o original visite: https://api.lepisma.ufes.br/arquivos-assinados/114458?tipoArquivo=O

AGRADECIMENTOS

A meus pais, Tânia e Paulo, agradeço pelavida. Depois de 23 anos longe, voltar para perto de vocês me deu força e apoio para recomeçar novos caminhos e conquistar sonhos antigos.

Ao meu irmão Rafael (*in memoriam*), pela sua existência breve, mas tão importante em nossa família e na minha vida.

À minha irmã e amiga Camila, pelas partilhas que fizeram aminha caminhada mais leve e por ainda estarmos construindo juntas os caminhos do amor, da resistência e do autorrespeito.

Ao meu marido Gláucio, parceiro na aventura desafiadora da convivênciadiária. Agradeço por tudo e por ter apostadocomigo na mudança para Vitória, que tem sentidosdiversos e muito mais amplos do que o nosso atual endereço.

À minha filha, Yasmim, minha pequena menina-flor tão cheia de histórias, carinhos, cuidados, curiosidades e valiosas sutilezas cotidianas. Obrigada pelo encanto e pela inspiração que é te acompanharna “Dança das histórias”, seu projeto de leitura feito com tanto amor e dedicação.

À tia Marê, minha fada-madrinha, por seu empenho e amorem unir e reunir a nossa família e com isso ter nos proporcionado momentos valiosos. Obrigada peloauxílioamoroso em diversos momentos importantes da minha vida.

À Maria Amélia, minha orientadora,pelo conhecimento compartilhado,pelas correções e considerações sempre respeitosas e enriquecedoras ao meu percurso acadêmico.

Ao Grupo de pesquisa Literatura e Educação, pelo aprendizado teórico, pelas trocas e pelos apontamentosimportantesà minha pesquisa.

À Ana Luiza Rocha do Valle,pelo incentivo ao meu percurso acadêmico e pela ternura compartilhada nas contações de histórias que abraçaram a mim e a minha filha nesseconfinamento.

À Andrea Antolini Grijó, pela presença valiosa nas bancas de qualificação e de defesa.

À Rafaela Scardino, minha primeira professora na área de Letras, pelas aulas instigantes e enriquecedoras e por ser a causa inicial do meu desejo de trilhar os caminhos da literatura.

Ao João Ricardo, pelos papos e lanches no Onofre e pelas valiosas palavras incentivadoras para meu ingresso no mestrado, que sempre apontavam possibilidades onde eu via empecilhos.

À Mariléia, pela amizade valiosa, carinhosa e presente.

À Lis, pela inspiração das brincadeiras, da amizade e do carinho entre você e Yasmim.

À Maria Luiza Rocha do Vale, por seu empenho e dedicação na transmissão de uma psicanálise mais ética e humana. Obrigada por ter sido na minha vida tanto a acolhida quanto o impulso para eu seguir sozinha.

À Erika Parlato-Oliveira, pela parceria na Associação La cause desbébés, pela pontual e importante supervisão psicanalítica a esta pesquisa e por me apontar futuras e estimulantes possibilidades.

À minha avó Bá (*in memoriam*), pelo que você sempre representou: afagos, chamegos, risadas, carinhos e temperos.

Às minhas grandes amigas Gisele e Patrícia, pelas inesquecíveis noitadas de papo regadas a boa música, mexidões e “tranquilidades” no Manacá e por serem presenças importantesna minha vida, nos momentos de dores e de amores.

À Carolina Fernanda, minha amiga, pelos papos, pelas partilhas, pelos almoços no RU, enfim, com você o meu percurso acadêmico na Ufes foi muito menos solitário.

A cada paciente que, a partir da transferência, me confiou suas questões, sofrimentos, histórias, segredos familiares e me fez, a cada processo de análise, psicanalista.

À minha psicanalista, Regina Macena, pela escuta às minhas próprias e tantas questões pessoais

À CAPES, por ter financiado esta pesquisa,cumprindo o compromisso com a educação pública, gratuita e de qualidade.

RESUMO

Trata-se de estudo compreensivo de polêmicas contemporâneas (no período simultâneo e imediatamente posterior ao Golpe Jurídico-Midiático-Parlamentar de 2016, no Brasil) envolvendo a Literatura Infantil. O recorte centra-se particularmente em polêmicas surgidas e/ou alimentadas pelas redes sociais e que tiveram como alvo os seguintes títulos ficcionais: *O menino que espiava pra dentro*, de Ana Maria Machado, e "A triste história de Eredegalda", reconto de José Mauro Brant. A questão central a ser respondida é: "Qual a lógica subjacente aos fenômenoscontemporâneos de repetidos ataques nas redes sociais, visando à censura e ao silenciamento da produção ficcional para a infância, que se apresentam sob a capa de proteção e cuidado com ascrianças?".As polêmicas envolvendo os títulos literários do recorte da pesquisa são indagadas principalmente a partir de um referencial teórico-metodológico psicanalítico (a partir das teorias de Françoise Dolto e de Sigmund Freud), em correlação com estudos sobre a circulação dos discursos (atentando especificamente aos fenômenos da censura e do silenciamento contemporâneo nas redes sociais, a partir das reflexões de Deonísio da Silva, Eni Orlandi e da própria Ana Maria Machado). Alinham-se, ainda, noções atinentes ao campo literário (particularmente centradas nas questões da leitura literária e da formação do leitor literário,hauridas em autores como Ana Maria Machado, Antonio Candido, Maria Amélia Dalvi, Marisa Lajolo e Regina Zilberman. As conclusões do estudo apontam que os ataques às obras literárias na contemporaneidade atingem as crianças,pois os adultos que interditam ou querem interditar o literário não consideram que, se há um sofrimento, ele deva ser escutado; não consideram que a leitura literária requer reflexão e requer também, da parte do adulto, contato com a criança que um dia foi. Sob censura e silenciamento, há perda de debates frutíferos e importantes sobre os temas que são inerentes ao humano – sobram, portanto, vazio, rompimento, devastação do simbólico, e faltam deslizamentos significantes, metáforas, ludicidade e alimento subjetivo afetivo. Do ponto de vista do fenômeno das redes sociais, as conclusões apontam que os laços sociais se emaranham na rapidez, e os sujeitos, movidos pela experiência de consumo e pelo número de objetos disponíveis, são captados facilmente pela lógica das redes e pelas informações que elas comportam: os comentários aparecem em enxurrada, com termos pouco reflexivos e muito repetitivos – por isso mesmo, pedem a interdição da leitura de obras literárias consideradas inadequadas para a infância; terminam por indiciar, à própria revelia,que essas obras perturbaram visões de mundo que pretendiam silenciar questões fundamentais para a humanidade em nós:o fato de as polêmicas existirem é um atestado de que elas tocaram em temas "esquecidos" pela sociedade, mas que, nem por isso, desaparecem.

Palavras-chave: Literatura infantil. Censura. Redes sociais. Psicanálise. Mediação de leitura.

ABSTRACT

It is related to a comprehensive study of the contemporary controversies (during the simultaneous and subsequent period of the Judicial-Mediatic-Parliamentary strike of 2016, in Brazil) involving infantile literature; the outline focuses particularly in controversies emerging and/or fed by social media whose targets were the following fiction titles *O menino que espiavapra dentro*, from Ana Maria Machado, and “A triste história de Eredegalda”, recount from José Mauro Brant**.** Therefore, the main question to be answered is: “what is the underlying logic to the contemporary phenomena of repeatedly attacking in social media, aiming censorship and banning fictional production for childhood, presented as a care and protection cover for children?” Controversies involving some literary works from the research’s outline are inquired mainly from a theoretic-methodological psychanalytic reference (coming from Françoise Dolto and Sigmund Freud’s works), in correlation with studies about the circulation of speeches (paying particular attention to banishing and censorship contemporary phenomena in social media (coming from Deonísio da Silca, Eni Orlandi, as well as Ana Maria Machado). There are also aligned notions pertaining to the literary field (particularly focused on issues of literary reading and the formation of the literary reader) drawn from authors such as Ana Maria Machado, Antonio Candido, Maria Amelia Dalvi, Marisa Lajolo and Regina Zilberman. The study’s conclusions point out that attacks on literary works in contemporary times reach childhood, as adults who interdict or want to interdict the literary do not consider that, if there is suffering, it should be heard; they do not consider that literary reading requires reflection and also requires, on the part of the adult, contact with the child he once was. Under censorship and silencing, there is a loss of fruitful and important debates on the themes that are inherent to the human - there is, therefore, emptiness, rupture, devastation of the symbolic and significant slips, metaphors, playfulness and subjective affective food are lacking. From the point of view of the phenomenon of social networks, the conclusions indicate that social ties become entangled in rapidity, and the subjects, moved by the consumption experience and the number of available objects, are easily captured by the logic of the networks and the information they provide: the comments appear in a flurry, with little reflective and very repetitive terms - for this very reason, they ask for the interdiction of reading literary works considered unsuitable for childhood - but end up indicating, by default, that these works disturbed worldviews who intended to silence fundamental questions for humanity in us: the fact that controversies exist is a testament to the fact that they touched on topics “forgotten” by society, but which nevertheless do not disappear.

Keywords: Children’s literature**.** Censorship. Social networks. Psychoanalysis. Reading mediation.

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS..... p. 11

CAPÍTULO 1 – A LITERATURA INFANTIL: REVISÃO BIBLIOGRÁFICA E ATUALIDADE DA QUESTÃO NO BRASIL..... p. 21

1.1 Revisão bibliográfica..... p. 21

1.2 Percurso histórico da literatura infantil no Brasil..... p. 25

CAPÍTULO 2 – REDES DE CENSURAS E SILENCIAMENTOS & LIVROS INFANTIS..... p. 38

2.1 *O menino que espiava pra dentro,* de Ana Maria Machado, e o pânico nas redes sociais..... p. 38

2.2 “A triste história de Eredegalda” e os silenciamentos em torno do abuso sexual às crianças na sociedade brasileira..... p. 61

CAPÍTULO 3 – ENTRE HISTÓRIAS, LAÇOS E REDES: CENSURAS, SILENCIAMENTOS E DIREITOS..... p. 100

3.1 A literatura infantil no alvo dos ataques sob o véu da ideologia..... p. 103

3.2 Nas veias históricas da censura à literatura..... p. 113

3.3 A criança: contra os muros do silêncio..... p. 117

3.4 As redes sociais na perspectiva dos grupos: pânico, morte e violência à palavra da criança..... p. 119

3.5 A leitura literária para crianças: laços, intertextualidade e direitos humanos..... p. 124

CONSIDERAÇÕES FINAIS..... p. 134

REFERÊNCIAS..... p. 142

“E aquele

Que não morou nunca em seus próprios abismos

Nem andou em promiscuidade com os seus fantasmas

Não foi marcado. Não será marcado. Nunca será exposto

Às fraquezas, ao desalento, ao amor, ao poema.”

Manoel de Barros

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Esta pesquisa foi desenvolvida em um contexto histórico, político e social turbulento, no Brasil. É um estudo compreensivo de polêmicas contemporâneas envolvendo a Literatura Infantil. O recorte centra-se particularmente naquelas polêmicas surgidas e/ou alimentadas pelas redes sociais, de 2016 para cá, e que tiveram como alvo os seguintes títulos ficcionais: *O menino que espiava pra dentro*, de Ana Maria Machado, e "A triste história de Eredegalda", reconto de José Mauro Brant. Situar adequadamente o contexto de emergência do fenômeno em estudo é imprescindível.

O crítico literário e pensador da cultura brasileira Roberto Schwarz (2019, p. 327-330), ao reanalisar seu célebre ensaio "Cultura e política, 1964-1969" à luz do contexto atual, afirma:

> Há bastante em comum entre a vitória eleitoral de Bolsonaro, em 2018, e o golpe de 1964. Nos dois casos, um programa francamente pró-capital mobilizou, para viabilizar-se, o fundo regressivo da sociedade brasileira, descontente com os rumos liberais da civilização. Ao dar protagonismo político, a título de compensação, aos sentimentos antimodernos de parte da população, os mentores do capital fizeram um cálculo cínico e arriscado, que não é novo. [...]
>
> [...] Na falta de organização política para aprofundar a democracia, ou melhor, a reflexão social coletiva, é possível imaginar que os novos insatisfeitos, os favorecidos pelas políticas esclarecidas anteriores, refaçam o seu cálculo e coloquem as fichas na aposta anti-ilustrada. [...]
>
> A deslaicização da política, a teologia da prosperidade, as armas de fogo na vida civil, o ataque aos radares nas estradas, o ódio aos trabalhadores organizados etc. não são velharias nem são de outro tempo. São antissociais, mas nasceram no terreno da sociedade contemporânea [...]. É bem possível que estejam em nosso futuro [...].

Nesse sentido, cumpre recuperar que o presidente atual foi eleito a partir de um impedimento do candidato com maior intenção de votos[1]. Desde a campanha, expunha o discurso autoritário e de apelo ao conservadorismo[2]. As medidas tomadas, desde janeiro de 2019, incluem cortes e privatizações e

[1] Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45385958>. Acesso em: 20 set.2019.
[2] Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes,eleger-pesidente-autoritario-e-risco-a-democracia-avalia-professor-de-harvard,70002411332>. Acesso em: 20 set. 2019.

afetam diretamente a população brasileira[3] – como exemplos, pode-se citar o ataque à ciência (com os contingenciamentos e cortes de verbas para universidades públicas e bolsas de pesquisa)[4], o afrouxamento das leis ambientais[5], o desmonte da rede de saúde mental[6], o esvaziamento dos conselhos de proteção aos direitos da criança[7], entre outros. Foi extinto o Ministério da Cultura, agregado a outra pasta do Estado (Turismo), dando sinais claros de um desprestígio intencional de todas as esferas artísticas e criativas[8].

2016 foi ano do *impeachment* de uma presidente eleita dois anos antes, sem que houvesse uma clara tipificação de crime de responsabilidade, o que entrou para a bibliografia das ciências humanas e sociais especializadas caracterizado como um Golpe Jurídico-Parlamentar-Midiático contra a democracia brasileira (GALVÃO, ZAIDAN, SALGUEIRO, 2019; MIGUEL, 2019; JINKINGS, DÓRIA, CLETO, 2016; PRONER et al., 2016). Esse processo culminou com a eleição do presidente em exercício, o que se coaduna com um momento de retração das liberdades e do pensamento progressista.

Daquele momento em que o Golpe Jurídico-Parlamentar-Midiático se configurou até o presente, registram-se sucessivos ataques de grande repercussão nas redes sociais a obras literárias infantis. Os diferentes graus e modalidades de censura partem tanto de esferas públicas (por exemplo, quando o Ministério da Educação ordena o recolhimento de uma obra que fora distribuída anteriormente por meio de uma política pública para o livro e a biblioteca escolar), quanto da sociedade adulta, leitora para a criança. Nas redes sociais, os discursos violentos contra autores e livros infantis se multiplicam. No espaço

---

[3] Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2019/08/21/governo-inicia-estudos-para-privatizar-correios-serpro-e-dataprev.htm> . <https://brasil.elpais.com/brasil/2019/08/21/politica/1566414394_005646.html>.Acesso em: 22set. 2019.

[4] Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2019/05/02/politica/1556819618_348570.html>.Acesso em: 13out. 2019.

[5] Disponível em: <https://seculodiario.com.br/public/jornal/materia/afrouxamento-das-leis-ambientais-atentam-contra-a-sustentabilidade-marinha>. Acesso em: 13 out. 2019.

[6] Disponível em: <https://movimentorevista.com.br/2019/02/o-desmonte-da-rede-de-atencao-a-saude-mental-na-era-temer-bolsonaro/>. Acesso em: 13 out. 2019.

[7] Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/09/em-decreto-bolsonaro-esvazia-conselho-de-protecao-a-direitos-da-crianca.shtml> . Acesso em: 13 out. 2019.

[8] Disponível em: <https://blogs.oglobo.globo.com/afonso-borges/post/e-assim-em-janeiro-de-2019-foi-extinto-o-ministerio-da-cultura.html> Acesso em: 10 ago. 2019.

das redes sociais, observa-se uma reprodução de discursos violentos, principalmente da parte daqueles que, supostamente, lidam com a criança.

O fenômeno observado nas redes sociais é contra obras recém-publicadas e contra obras já consagradas ao longo de décadas. As obras que foram polemizadas e que foram escolhidas para serem investigadas nesta pesquisa são: *O menino que espiava pra dentro* (1983), de Ana Maria Machado, e "A triste história de Eredegalda"[9], reconto de José Mauro Brant, parte do livro *Enquanto o sono não vem* (2003). A obra de Machado foi lançada inclusive no período histórico de ditadura civil-militar brasileira, entre 1964 e 1985, e desde então tem sido utilizada nas escolas e constituído acervo de bibliotecas públicas e privadas, bem como de programas e projetos para o livro, a leitura e a formação de profissionais da educação. Não houve registro de polêmica ou ataque envolvendo essa obra anteriormente[10], mesmo que o período tenha sido marcado pelo regime autoritário do Estado e pelo cerceamento das liberdades individuais e de expressão, no qual se buscava eliminar vozes discordantes por meio da coerção e limitação (MOTA; LOPEZ, 2015, p. 777-852)

No período denominado como "Anos de Chumbo", uma grande produção cultural surgia, com o cunho de resistência ao autoritarismo e a desmandos vigentes (CHAUÍ, 2014, p. 201-202). A censura do Estado impunha regras desmedidas às criações e publicações (ORTIZ, 2001, p. 199-209). Na literatura, diversos livros de autores brasileiros foram vetados oficialmente pelo Estado (REIMÃO, 2014).Conforme Machens (2003), Moraes (2011) e Rosa (2014), a literatura infantil publicada nesta época foi de extrema riqueza criativa para burlar a censura; ou seja, foi produzido um discurso que aparentemente "não dizia muito" sobre a realidade histórica imediata, mas que na verdade, no plano simbólico, representava bem o contexto sócio-histórico vivido pelos escritores da época – e, claro, pela sociedade como um todo. Os livros de Ana Maria Machado, Lygia Bojunga e Ruth Rocha, por exemplo, conforme Ávila (2019) e Mariano (2012), tratam alegoricamente o tema da ditadura civil-militar (e, portanto, da

[9] Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/211-218175739/50011-mec-recolhe-das-escolas-o-livro-enquanto-o-sono-nao-vem>, <https://educacao.uol.com.br/noticias/2017/06/08/mec-diz-que-vai-recolher-livro-infantil-de-escolas-por-falar-de-incesto.htm>. Acesso em: 15 jul. 2018.

[10] Disponível em: <https://oglobo.globo.com/cultura/foi-como-uma-bigorna-na-cabeca-diz-ana-maria-machado-acusada-de-incitar-suicidio-23047123> . Acesso em: 15 set. 2018.

censura, do autoritarismo e da repressão) em suas produções ficcionais para crianças. Essa literatura é de extrema relevância e importância, não só pelo seu conteúdo histórico, mas principalmente pela criatividade dos escritores tornando-as referências para futuros produtores da literatura infantil brasileira.

A autora Ana Maria Machado é um nome representativo dessa época e foi a partir de uma de suas obras (*O menino que espiava pra dentro*) que ocorreu a polêmica que desencadeou uma mudança de rumos do projeto de pesquisa apresentado na seleção do mestrado: inicialmente, meu[11] interesse se concentrava na literatura infantil produzida durante a ditadura civil-militar brasileira. A proposta era estudar *Bento quebento é o frade* (1977), *Raul da ferrugem azul* (1979) e *Era uma vez um tirano* (1982). Diante do cenário contemporâneo (parcialmente delineado acima), observei, porém, que a censura em relação a obras que têm o leitor criança como destinatário precípuo continua vigente – e talvez, agora, aparentemente amplificada pelas redes sociais.

Assim, o episódio envolvendo Ana Maria Machado me mobilizou à mudança de rumos, em comum acordo com a orientadora desta pesquisa, pois pareceu evidente que a situação social atual demanda um olhar atento da pesquisa acadêmica. Isso porque não se trata nem de autor estreante, nem de obra recente, que poderiam disparar, supostamente pela novidade, um estranhamento de crítica e público. Ao contrário, a escritora é uma das mais prolíficas (e uma das que mais vendem livros) em atividade no Brasil, e foi contemplada com vários prêmios literários da máxima importância – entre eles, o Prêmio Hans Christian Andersen, considerado o Nobel da Literatura Infantil, em 2000, e o Prêmio Machado de Assis, maior honraria concedida pela Academia Brasileira de Letras, em 2001.

Uma das características constantemente ressaltadas pela crítica no tocante a suas obras, isso desde o século passado, é a abordagem de temas humanos delicados com seriedade e leveza, mesmo antes e durante seu exílio na França, no período de ditadura civil-militar brasileira. Desde o retorno ao

[11] Ressalto que a escolha pela utilização do pronome em primeira pessoa do singular ao longo da pesquisa se deve ao fato de esta conter experiências e vivências pessoais. Toda a construção do trabalho se configurou, porém, a partir de contribuições diversas, que incluem a orientadora Maria Amélia Dalvi, demais professores do mestrado, o grupo de pesquisa Literatura e Educação, entre outros.

Brasil, Ana Maria Machado impulsionou o seu trabalho com obras infantis, inicialmente a partir da escrita para a revista *Recreio*. Esse periódico, com a contribuição também de outros autores, visibilizou o surgimento de uma nova leva de novos escritores para a infância, que renovaram o que seria escrito dali por diante, valorizando a função lúdica, respeitando a curiosidade e instigando a reflexão (MACHENS, 2003).

O episódio que mobilizou à mudança de projeto, registrada acima, ocorreu em setembro de 2018. Um trecho do livro *O menino que espiava pra dentro* (atualmente, publicado pela Global Editora) gerou polêmica na Internet, depois de 35 anos de sua primeira publicação (em 1983), após postagem de uma mãe na rede social Facebook. Nela, a mãe dizia que o filho havia perguntado "se era verdade que, se ele engasgasse com uma maçã e ficasse sem respirar, ele conseguiria ir até o encontro do seu mundo da imaginação**...**"[12]. A publicação gerou milhares de comentários e compartilhamentos inflamados e cheios de ódio, principalmente entre pais e mães. O ponto central da polêmica acusa o livro de incitar o suicídio entre as crianças[13]. Diante dessa leitura, as pessoas que endossaram a "acusação" começaram não apenas a não recomendar a leitura, como também a ameaçar a escritora e, algumas vezes, a manifestar uma agressividade ameaçadora contra ela e seu trabalho.

Os livros de Ana Maria Machado e José Mauro Brant não são os únicos a passarem por esse processo. Também o clássico juvenil *A bolsa amarela* (1976)*,* de Lygia Bojunga[14], foi alvo de um vereador da cidade de Limeira (SP); a obra foi definida por ele como "lixo ideológico"**.** Há cerca de um ano da finalização deste trabalho, ocorreu a tentativa de recolhimento, por parte do prefeito da cidade do Rio de Janeiro, de unidades de HQ *Vingadores: A cruzada das crianças,* publicada pela corporação Marvel e posta em circulação na Bienal do Livro do Rio de Janeiro. A alegação era de que nessa HQ havia uma ilustração de dois homens se beijando[15]. Poucos dias antes, o governador de São Paulo

---

[12] Disponível em: <https://oglobo.globo.com/cultura/foi-como-uma-bigorna-na-cabeca-diz-ana-maria-machado-acusada-de-incitar-suicidio-23047123>. Acesso em: 15 set. 2018.

[13] Disponível em: <https://www.facebook.com/pg/Ana-Maria-Machado-FC-420003241438754/reviews/?ref=page_internal>. Acesso em: 20 nov. 2018.

[14] Disponível em: <https://www.gazetainfo.com.br/portal/noticia/2147490928/livro-distribuido-na-rede-municipal-e-alvo-de-polemica.html>. Acesso em: 08 set. 2019.

[15] Disponível em: <https://oglobo.globo.com/cultura/crivella-manda-recolher-hq-dos-vingadores-com-beijo-gay-bienal-se-recusa-23930534>. Acesso em: 10 set. 2019.

mandara recolher das escolas estaduais paulistas um material didático de Ciências para adolescentes que, segundo ele, fazia apologia à "ideologia de gênero"[16]. Ele se referia a uma apostila da qual faz parte o texto "Sexo biológico, identidade de gênero e orientação sexual", com uma explicação sobre as diferenças entre os termos "transgênero", "homossexual" e "bissexual". O presidente em exercício, Jair Bolsonaro, se envolveu em uma polêmica no período pré-eleitoral[17] ao mentir sobre o livro *Aparelho sexual e cia* (2007), afirmando que ele integraria o que denominou de "kit gay"[18], supostamente distribuído às escolas públicas do país, durante a gestão de seu principal oponente, Fernando Haddad, à frente do Ministério da Educação. Muito provavelmente, até a finalização desta pesquisa outros casos de censura ocorrerão e poderiam ser arrolados. No entanto, os casos recuperados já são suficientes para evidenciar que não se trata de algo isolado, que não mereça atenção dos investigadores em ciências humanas, linguística, letras e artes.

O afeto que impulsiona esta pesquisa se deve também, em parte, a uma vivência pessoal. O motivo da mudança, com minha filha e meu marido, para Vitória, foi a contaminação criminosa por metais pesados, entre eles o chumbo, no rio Doce. O rio é o único meio de abastecimento da nossa cidade mineira, Governador Valadares. Percorremos, então, o mesmo trajeto que o chumbo fez, paralelos ao rio, que foi endurecendo e destruindo o que até então era líquido. E assim chegamos ao mar, Vitória. Enfim, contra a exploração que leva à destruição de rios, terras, palavras, histórias, e a favor da narrativa, da fluidez que as leituras e a escrita possibilitam, escolho escutar esse *sintoma*[19]*-fenômeno* contra a arte e transformá-lo em pesquisa, quem sabe, potente em um tempo líquido e veloz (parafraseando Bauman), e ao mesmo tempo cheio de embrutecimentos de chumbo (censuras). As redes, assim como espalham as

[16] Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/09/doria-manda-recolher-material-que-cita-identidade-de-genero-e-fala-em-apologia.shtml>. Acesso em: 22 set. 2019.
[17]Disponívelem: <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/08/29/politica/1535564207_054097.html>. Acesso em: 10 out. 2018.
[18] Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/12465/livro-exibido-por-bolsonaro-nao-faz-parte-de-kit-gay> . Acesso em: 11 out. 2019.
[19]O termo "sintoma" utilizado nesta pesquisa é estudado pelo viés psicanalítico e no seu enquadre social. Trata-se, para Sigmund Freud, ao longo de sua formulação de definições que abrangem a expressão de um conflito psíquico, mensagem inconsciente e satisfação pulsional (MAIA; MEDEIROS; FONTE, 2012, p. 45).

polêmicas e censuras, também as tornam visíveis, e desse modo podem se fazer espaços de resistência e produção.

A dissertação será estruturada, metodologicamente, a partir da organização e apresentação das polêmicas referidas acima por meio de *print screen*recolhidos de postagens nas redes sociais Facebook e Youtube. O resumo e a análise de cada obra dialogarão, em cada capítulo, com o conteúdo das publicações recolhidas nas redes sociais e, eventualmente, dialogarão com recortes jornalísticos que tratem do assunto, considerando a especificidade pertinente a cada tema separadamente.

As teorias literárias, sociológicas e psicanalíticas convocadas para este estudo servirão de norteador para refletir sobre esses fenômenos. O estudo abarcará também um olhar para as redes sociais enquanto palco desses acontecimentos, a partir de autores como Manuel Castells e Gustavo Cardoso (2005).

A fim de refletir sobre essas questões, apresentarei os espaços de leitura (ou não) nos âmbitos micro e macro. A casa e as relações familiares, as relações de amor e poder, que muitas vezes contêm histórias de abusos e violências silenciadas em seu bojo. A psicanálise auxiliará essa leitura, tanto no que concerne a reflexões de Françoise Dolto, Sigmund Freud e, pontualmente, Jacques Lacan, quanto no que concerne à experiência em 20 anos de escuta clínica e social psicanalítica, e que muitas vezes não se encontra nos livros. A escola será um espaço indireto de estudo, pois lida diariamente e diretamente com o que chamaremos de "familiarização dos espaços", sobretudo a partir de discussões acerca da "Escola sem partido" e da militarização das escolas públicas[20], que são pautas atreladas ao momento social e político contemporâneo, de corrosão do espaço público como espaço de pluralidade, coletividade, diferença:

> De acordo com alguns defensores dessas propostas, o ensino-aprendizagem em contexto escolar deve restringir-se àquilo que não divirja dos valores familiares, pondo em xeque o papel histórico da instituição escolar (e, assim, do trabalho dos professores) como transmissora, de forma planejada, progressiva, sistemática e crítica, do saber científico, filosófico e

[20] Disponível em: <https://diplomatique.org.br/a-militarizacao-das-escolas-publicas/>. Acesso em: 13 out. 2019.

> artístico mais elaborado, na forma de conteúdos escolares. (DALVI, 2019a, p. 139)

Reflexões fundamentais de Maria Amélia Dalvi, Marisa Lajolo e Regina Zilberman também são aqui convocadas ao diálogo no campo dos estudos literários e na interface literatura e educação.

Não se ignora que leituras limitadas/limitadoras da literatura infantil existiam anteriormente a 2016, mas, aparentemente, estiveram mais veladas. Em um contexto de mobilização social interessada da pauta conservadora para fins políticos, tais leituras ganharam maior destaque, pois

> [...] a ação conjunta contra um inimigo comum levou a direita a um programa *sui generis*, segundo o qual o Estado deve se abster de interferir nas relações econômicas e de prover serviços, mas regular fortemente a vida privada em defesa da família tradicional, contra a homossexualidade e contra os direitos das mulheres.
>
> Há um caminho, em particular, de fusão anticomunismo com o reacionarismo moral, que passa por uma leitura fantasiosa da obra de Antonio Gramsci [...]. Graças à visibilidade que obteve, fruto tanto de uma utilização competente das novas ferramentas tecnológicas quanto pelo espaço concedido nos meios de comunicação tradicionais, a direita extremada, em suas diferentes vertentes, contribuiu para redefinir os termos do debate público no Brasil, destruindo consensos que pareciam assentados desde o final da ditadura militar (MIGUEL, 2019, p. 105-107).

Afora e para além de governos autoritários, que podem ser cíclicos no capitalismo, o conservadorismo face às produções culturais – particularmente aquelas devotadas às crianças – é antigo. Do mesmo modo é importante considerar que as diversas formas de violência – particularmente aquelas exercidas contra as crianças – ocorrem muito mais do que as notificações (ROLIM et al., 2014), denunciando que a existência do silenciamento das questões de interesse das crianças, na sociedade, é muito maior do que acolhimento, infelizmente.

A psicanálise, com Françoise Dolto, aponta que o segredo e o silenciamento são algumas das piores formas de violência e violação de direitos,

pois a partir deles faltam à criança palavras para elaborar sobre as coisas que ela vive e sente. São diversos os casos na clínica de mulheres ou homens que sofreram violências terríveis na infância ou na adolescência e *nunca* falaram disso anteriormente ou tentaram verbalizar e não foram escutados. As dores provenientes da violência não encontraram lugar para aparecer, e essas histórias ficaram silenciadas durante décadas, causando um estrago subjetivo de proporções enormes.

As obras escolhidas para esta pesquisa contêm o material lúdico, o "faz-de-conta", os elementos imaginativos, mas também abordam temas como a solidão, a sexualidade, a violência, que ocorrem dentro das famílias, podendo tocar e desencadear o aparecimento de outras histórias semelhantes às dos livros, colocando-os à mostra nos espaços onde forem lidas. E desencadear outras e outras, necessitando de um lugar de acolhida e direcionamento, se e quando for o caso. O adulto que lê para a criança não tem o controle sobre o que vai aparecer a partir das histórias contadas; porém, ele é responsável pelo que escuta. Será que, usando o argumento de "proteger as crianças", os adultos, ao impedirem a livre circulação do literário, não querem é proteger a si mesmos dessa responsabilidade?

A relevância desta pesquisa baseia-se no movimento de leitura-escuta, pois os ataques contra a literatura infantil e a manifestação em defesa de seu cerceamento saíram dos espaços das casas e foram para "a rua", por meio das teias das redes sociais, que espalham esses eventos, mostrando algo sobre os não-ditos, silêncios e censuras dos espaços nos quais a criança circula. As palavras possibilitadas pela vivência das crianças e adolescentes com as artes (e aqui especificamente da arte literária), de forma acolhedora e verdadeira, poderiam ser vistas como alimentos necessários à subjetividade; ao passo que a falta delas, palavras, como decorrência do silêncio censor, talvez seja uma das causas de maior devastação e nocividade ao psiquismo humano e, consequentemente, à sociedade.

Parece-me, pois, que a ampla disseminação das polêmicas e as manifestações violentas dela decorrentes (que, por exemplo, entre outras coisas, como veremos, pedem a morte dos autores das obras sob holofote) evidenciam sintomas que requerem atenção por parte da pesquisa acadêmica. Nesse

sentido, é relevante registrar que, pelo recorte temporal e pelo *corpus* selecionado (constituído não apenas pelas obras literárias e sua recepção crítica, mas principalmente pelas manifestações nas redes sociais Facebook e Youtube coetâneas às polêmicas em torno de tais obras), este estudo configura-se não apenas social e academicamente importante, como também inédito.

Visando à apresentação e ao desenvolvimento do tema, o trabalho estrutura-se da seguinte forma: no primeiro capítulo, intitulado “A literatura infantil: revisão bibliográfica e atualidade da questão no Brasil”, realizo um estudo bibliográfico sobre as relações entre história de literatura para crianças no Brasil e a ditadura civil-militar, desembocando na especificidade da censura. Já no segundo capítulo, intitulado “Redes de censuras e silenciamentos & livros infantis”, analiso as obras focalizadas por este estudo em correlação com as polêmicas contemporâneas que as envolvem e que foram visibilizadas a partir das redes sociais. Por fim, no terceiro capítulo, “Entre histórias, laços e redes: censuras, silenciamentos e direitos”, concentro a atenção nesse adulto de quem parte o incômodo e a atitude censora em relação à leitura das obras que suscitaram as supracitadas polêmicas. Articulo as manifestações desses adultos, nas redes sociais, a uma série de indícios de ordem subjetiva e social, lançando mão de conceitos e reflexões encetados pelos interlocutores teóricos apresentados.

CAPÍTULO 1 – A LITERATURA INFANTIL: REVISÃO BIBLIOGRÁFICA E ATUALIDADE DA QUESTÃO NO BRASIL

1.1 Revisão bibliográfica

A literatura infantil é objeto de muitas pesquisas (livros, teses, artigos etc.). No entanto, ela ainda é encontrada em um número significativamente menor do que a literatura "adulta". O número diminui ainda mais ao combinarmos o termo "censura" à busca em *sites* acadêmicos. O Catálogo de Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)[21], o Portal de Periódicos da Capes[22] e o Google Acadêmico[23] apresentam muitos trabalhos que abordam a censura na literatura para adultos – mas apenas pontualmente encontrei o tema da censura na literatura para crianças.

Maria Lucia Machens (2003) destacou, por exemplo, o papel que a *Revista Recreio* teve na subversão dos padrões normativos no desenvolvimento da Literatura Infantil Brasileira. Segundo a autora, a revista começou a ser publicada no ano de 1969, frente à instauração da fase de maior autoritarismo e de medidas mais duras de contenção da liberdade de expressão do regime de ditadura civil-militar, e possibilitou o surgimento de uma nova leva de escritores, que renovaram a literatura infantil no Brasil. Ela introduz sua dissertação (publicada em 2009 como livro, com o título *Ruptura e subversão na literatura para crianças*) conceituando a literatura infantil e enfatiza que o aspecto inerente à mesma, de ser escrita por adultos para crianças, pode criar uma relação de dominação pela visão do mundo adulto. Portanto, o próprio conceito de "literatura infantil" ou "literatura para crianças" convoca cautela já na sua definição no que se refere à relação de poder – pois é o adulto quem elege temas, abordagens, modos de circulação e mediação etc.

Ilan Brenman, psicólogo e escritor de livros infantis, na tese (BRENMAN, 2008) que resultou no livro *A condenação de Emília: uma reflexão sobre a produção de livros politicamente corretos destinados às crianças* (2012), aponta

---

[21] Catálogo de Teses e Dissertações da Capes. Disponível em:<https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/>. Acesso em: 24 set. 2019.

[22] Portal de periódicos da Capes. Disponível em:https://www.periodicos.capes.gov.br/. Acesso em: 24 set. 2019.

[23] Google Acadêmico. Disponível em: https://scholar.google.com.br/scholar?q=.Acesso em: 24set. 2018.

que a censura à literatura infantil acompanha, além de toda a sua história, períodos de maior autoritarismo dos governos vigentes. Ele defende que a sociedade acompanha e muitas vezes censura obras em consonância com governos que limitam a liberdade de expressão, condenando toda a espécie de expressão imaginativa. Informa que esta atitude tem um uso político, mas que já existe há muito tempo como forma de controle e poder. Desde 213 a.C., o autor registra, com base em fontes, que o controle da linguagem abrange diversas esferas, privadas e públicas, de diversas vertentes, não somente em períodos que poderiam ser identificados como de recrudescimento da extrema-direita, como temos observado ultimamente no Brasil. Ele diz que a censura é cíclica e que, no caso da literatura infantil, envolve o controle da infância pelos padrões adultos.

No âmbito da tradução, a tese de doutorado de Sigfrid Fromming (2014) explicita a influência da censura no âmbito de traduções brasileiras de seis contos dos irmãos Grimm no século XX, pensando a tradução também como uma modalidade de censura ao que as crianças poderiam (ou não) ter acesso. Ambas, a tradução e a própria escrita literária infantil do Brasil, teriam realizado um relevante filtro ideológico. Fernanda Silva Rando (2014), seguindo esse viés, faz uma análise da ética na tradução de literatura infantil a partir de duas traduções da obra *Viagem ao centro da Terra.*

Ana Maria Machado, autora de uma obra censurada e atacada em 2018 (que será analisada no segundo capítulo dessa dissertação), relata no artigo *Em las alas de la libertad* (MACHADO, 2014), publicado em uma revista científica da Espanha, sobre a censura à literatura infantil em distintos contextos. Antes mesmo de ser alvo da polêmica em pauta, a autora abordou os períodos de censura em distintos contextos ligados ao autoritarismo e ao fundamentalismo. Assinala o risco que a censura causa à infância e ao futuro da literatura infantil, sob o pretexto de "proteção às crianças". Ou seja, tanto pela experiência biográfica do exílio, quanto pelo percurso profissional, esse é um tema caro à escritora – ser, portanto, alvo daquilo que combate é duplamente impactante. Artigo de Camila Dorneles (2018, [s.p.]) pontua que

> Ela [Ana Maria Machado] conta que a edição de julho de 2009 do periódico *Bookbird,* pertencente a *International Board onBooks for Young People* (IBBY), "[...] organização sem fins lucrativos que representa uma rede internacional de pessoas de

> todo o mundo que estão comprometidas em reunir livros e crianças [...]" (INTERNATIONAL BOARD ON BOOKS FOR YOUNG PEOPLE, 2018, sem paginação), foi todo dedicado à censura em literatura infantil, publicando artigos com foco em diversos países: Estados Unidos, Rússia, Alemanha, Nova Zelândia, porém sem trabalhos de países da América Latina ou de países Ibéricos. A autora chama a atenção para esse fato argumentando que uma forma sutil de censura é ignorar fatos.
> (...)
>
> Machado continua afirmando que o esquecimento também é um tipo de censura, é a supressão de determinado aspecto que se queira ocultar, é eficiente, pois ao contrário da censura do NÃO, que proíbe que determinados assuntos sejam falados, esse apenas usa da omissão para que a censura seja efetiva. De todo modo tal episódio reforçou a tese que a autora defende que, ao falar sobre censura, é necessária a delimitação [...]. A partir desses relatos, a autora classifica censura como ato de força e covardia e desigualdade perante a lei [pois é o] censor que decide o que vai acontecer conforme o julgamento dele, nunca embasado em critérios pré-estabelecidos. Não havia uma regra para nenhum dos casos, apenas uma *licença especial* para quem conhece alguém com poder de conceder permissões, sem regras, sem critérios, simplesmente ao bel-prazer daquele que foi agraciado com essa prerrogativa. A autora também afirma que a censura não vem apenas dos governos, mas também de indivíduos ou grupos de indivíduos com valores em comum que tomam para si a decisão do que os outros podem ler (ou fazer). Esse fato pode ser relacionado, por exemplo, ao monitoramento que a ALA[24] faz nas bibliotecas dos Estados Unidos para combater a censura aos livros do acervo que, na sua maioria, ocorre por parte de indivíduos.

No artigo de Dorneles (2018), desenvolvido pelo enfoque da Biblioteconomia, poucos foram os textos recuperados pela pesquisa que abordavam a censura a livros infantis no período mencionado (ditadura civil-militar brasileira). Os estudos recuperados eram em grande parte sobre censura na literatura infantil em países estrangeiros, filmes infantis, peças teatrais ou músicas com temas da literatura infantil. Muito menos encontrou livros infantis censurados nessa época. O relato de Ana Maria Machado trazido pelo artigo aponta que houve, sim, censura a obras literárias infantis na época e que o silenciamento sobre a censura a obras infantis durante o período histórico da ditadura civil-militar é uma forma de a questão não se resolver:

[24] A sigla ALA refere-se a "American Library Association"; é um grupo baseado nos Estados Unidos que promove internacionalmente as bibliotecas e a educação literária. Disponível em: <http://www.ala.org/>. Acesso em: 15 ago. 2020.

> Da mesma forma essa interpretação que estou fazendo não invalida [a tese de que] se por um lado há silêncio acadêmico sobre censura a livros infantis na Ditadura Militar brasileira, por outro, no mínimo há uma singularidade da nossa literatura infantil em comparação com a literatura infantil de outros países (DORNELES, 2018, [s.p.]).

Um trabalho que aborda o tema da censura contemporânea foi desenvolvido na perspectiva do Direito Civil, e traz como exemplo o conto censurado “A triste história de Eredegalda”, de José Mauro Brant. O artigo de Thais Sêco (2019) parte da polêmica atinente ao recolhimento dos exemplares do livro *Enquanto o sono não vem*, para analisar o poder familiar subjacente ao Projeto de Lei “Escola sem Partido”. Ela aponta a responsabilidade que a civilística tem de se debruçar sobre isto, alegando que a criança tem o direito à educação e à cultura, que não podem ser subtraídas pelos pais.

Sobre as atuais censuras no Brasil, o artigo de Maria Amélia Dalvi (2019), “Literatura infantil e democracia”, fruto de um curso ministrado em 2018 na Universidade Federal do Espírito Santo sobre o Golpe de 2016 e seus efeitos da democracia brasileira, publicado posteriormente em três partes no jornal *Le Monde Diplomatique Brasil*, exemplifica a questão da censura e da interdição, como o caso de algumas obras infantis “polemizadas”, explicitando a relação desses fenômenos com a crise da democracia no momento político, social e econômico do Brasil. A autora conceitua a infância enquanto noção central para pensar a literatura infantil e dialoga com possibilidades (e limites) do momento no desenvolvimento da democracia brasileira, para enfatizar a importância da literatura enquanto potencial formativo para a alteridade e, portanto, para a democracia.

Assim, face a esse conjunto de estudos pontuais sobre a questão da literatura infantil e da censura, que recuperei a partir das plataformas já mencionadas (Catálogo de Teses e Dissertações da Capes, Portal de Periódicos da Capes e Google Acadêmico), pude perceber que o tema vem sendo investigado, porém, sem enfoque particular na relação entre o momento contemporâneo e as polêmicas nascidas e propagadas a partir das redes sociais (particularmente, aquelas às quais dirigi o olhar aqui: a saber, Facebook e Youtube).

De igual modo, não localizei, nos estudos sistematizados nesse percurso

de revisão bibliográfica, nenhuma abordagem dirigida aos adultos mediadores de leitura (pais, professores, políticos etc.) que indagasse o que permeia o fenômeno contemporâneo que se mostra nas redes sociais de ataques a obras literárias infantis no Brasil pós-2016.

1.2 Percurso histórico da literatura infantil no Brasil

Na medida em que a leitura e a escrita para crianças não podem prescindir do adulto, seja ele escritor ou leitor, consumidor ou mediador, a sociedade "adulta" e a história do país refletir-se-ão no material literário produzido para crianças e jovens. No tocante às relações entre literatura para a criança, infância e sociedade, Dalvi (2015, p. 153-169) adverte:

> [...] Maria do Rosário Mortatti (2000) indica que a restrição da literatura infantil ao campo da educação ou ao campo das letras redunda em fragilidade teórica: isso porque, em nome da adequação dos métodos para a abordagem literária, seriam desconsideradas as questões relativas às especificidades da infância; e, em nome do qualificativo infantil, seriam relegadas a segundo plano as discussões estéticas. Para a autora, literatura e infância são, no caso, termos a serem pensados complementarmente por diferentes campos. Outro ponto a ser considerado é aquele para o qual Peter Hunt (2010, p. 291) nos adverte: os problemas que atravessam a ideia de "criança" em suas tensões com a ideia de "infância", e os usos vocabulares em seus entornos, bem como as previsões e projeções "autorrealizadoras" de editoras e demais constituintes dos sistemas literários, quando decidem produzir para a criança ou a infância [...].
>
> [...] O leitor-criança [...] seria um leitor capturado pelas mediações institucionais e institucionalizadas, pelos preconceitos e conceitos estéticos e em contínuo processo formativo, ou seja, para o qual instrumentalizações estéticas não se revestiriam de potência democrática na qual ocorressem transformações das condições de vida (e, assim, de leitura).
>
> Vale tornar a Peter Hunt (2010, p. 289-291) quando destaca que: a) o que é publicado como para a infância depende de como a cultura entende infância; b) a crítica das relações entre literatura e infância é "turvada por tentativas declaradas ou implícitas de lutar com (na ambivalência entre a favor e contra) a infância"; c) toda crítica, "por mais amputada que seja", é uma luta, e que esse "não é um traço positivo da crítica da literatura para criança"; d) estabelecer um movimento entre livro, leitor e outros leitores "dissipa todas as ideias de universalidade ou autoridade" [...]; e) os livros para criança, mesmo os mais provocativos,

> “compartilham com grande parte da cultura popular a aparência destrutiva que disfarça um profundo conservadorismo”.
>
> Essas ideias de Hunt (2010) nos interessam porque talvez falte à constituição de outras relações entre literatura e infância [...] o abalo da crença na possibilidade de uma relação “genuinamente” subversiva entre literatura e infância.

Dando sequência a tais reflexões, e olhando agora para as especificidades de nosso país, considera-se o final do século XIX como o “nascimento” da literatura infantil no Brasil. Antes disso, a circulação de livros para crianças e jovens era precária e constituída principalmente por edições portuguesas. Não existiam editoras nacionais publicando regularmente para os pequenos, e os autores brasileiros tinham seus textos impressos na Europa. Enfim, o livro e a prática habitual de leitura eram acessíveis apenas à elite brasileira (SERRA, 1998, p. 11). Nesse contexto, as traduções nacionais foram aparecendo pontualmente.

Por tudo isso, é importante acompanharmos o movimento histórico que permitiu que a literatura infantil fosse, a cada momento, se desenvolvendo e se relacionando com os posicionamentos ideológicos hegemônicos e contra-hegemônicos. Por entender que esse percurso não é o centro de nosso estudo, mas que, ao mesmo tempo, nosso estudo não poderia avançar sem esse percurso, nós o faremos a partir de dois clássicos no campo, a saber, Zilberman e Lajolo (1988) e Serra (1998).

Zilberman e Lajolo (1988) percorrem a história, atrelando seu surgimento no Brasil ao que foi denominado de “abolição da escravatura” e o início do período republicano. Tal história vem interligada a vários pontos que buscam delinear a imagem do Brasil como um país em modernização, como ocorreu, por exemplo, com a produção e o comércio do café (que inicialmente funcionava pela importação e em seguida foi cultivado no país com base nos modelos capitalistas mais avançados):

> A extinção do trabalho escravo, o crescimento e a diversificação da população urbana, a incorporação progressiva de levas de imigrantes às paisagens da cidade, a complexidade crescente da estrutura administrativa são sinais da nova situação. E são eles que começam a configurar a existência de um virtual público consumidor de livros infantis e escolares, dois gêneros que também saem fortalecidos das várias campanhas de

> alfabetização deflagradas e liberadas, nesta época, por intelectuais, políticos e educadores (ZILBERMAN, LAJOLO,1988, p. 15).

No início do século XX, inicia-se uma reação a esse estado de coisas, e as transformações em relação à literatura infantil podem ter sido a primeira evidência. Ao escritor coube uma nova tarefa: “criar e divulgar o discurso, os símbolos e as metáforas da nova imagem do País, comprometida com a modernização” (ZILBERMAN, LAJOLO,1988, p. 16).

Cabe aqui ressaltar a influência dos países europeus no início da literatura infantil que vinha surgindo no país, tanto no que se refere a temas quanto no que se refere a textos. “Principalmente em relação à linguagem, a literatura infantil deste período é fecunda para a percepção de certas contradições, inevitáveis num projeto tão permeado pelas ideologias dominantes como o foi aquele que presidiu o surgimento da literatura brasileira para crianças.” (ZILBERMAN, LAJOLO,1988, p. 20):

> Assim, se o projeto de modernização sociocultural já constitui um dos elementos que viabilizam, na transição do século XIX para o XX, o surgimento de nossa literatura infantil, a permanência de estruturas sociais anacrônicas e a superficialidade das alterações promovidas em nome do progresso explicam, por sua vez, o caráter conservador que o gênero adota. Este conservadorismo também pode, ao menos parcialmente, ser atribuído ao modelo cívico-pedagógico no qual, mesmo que à revelia, ela se insere; ou, por outro lado, ao ranço dos padrões europeus nos quais ela se inspirava: eram os clássicos infantis europeus que forneciam o material para as adaptações e traduções que precederam a propriamente dita produção brasileira de literatura infantil (ZILBERMAN, LAJOLO,1988, p. 17).

A literatura infantil torna-se um veículo de difusão das imagens de grandeza e civismo no país e um “eloquente entusiasmo patriótico” (ZILBERMAN, LAJOLO,1988, p. 19):

> No cômputo geral, as primeiras décadas republicanas assistiram à formação da literatura infantil brasileira na condição de gênero. E, se foi o fortalecimento da escola enquanto instituição e as campanhas cívicas em prol da modernização da imagem do País que forneceram as condições para sua gênese, os mesmos fatores são responsáveis pelo lastro ideologicamente conservador dessa literatura (ZILBERMAN, LAJOLO,1988, p. 21).

A mudança do regime político com a adoção da República Federativa do Brasil, em 1889, criou um clima de expectativa com relação ao progresso do país, mas o que houve, de fato, foram esperanças frustradas, pois o governo ainda era dominado pelos grupos predominantes no Império. A burguesia insatisfeita exigia concessões do governo, pois estava se sentindo prejudicada pelas novas mudanças – e agora estava em maior número e economicamente mais fortalecida. A década de 20, do século XX, foi marcada por muitos movimentos reivindicatórios. Esses representantes dos setores insatisfeitos mais fortes chegaram ao poder a partir da revolução de 1930, dando início a um governo revolucionário que, embora tenha atendido a algumas reivindicações no âmbito da industrialização nas regiões mais ricas e levado o ensino para a população urbana de baixa renda, favorece o "mandonismo" vigente nas regiões mais pobres e tradicionais, como o Nordeste.

No plano cultural, verifica-se o aparecimento do rádio, o desenvolvimento do cinema, o progresso da tecnologia nas comunicações e, no caso da literatura, a criação e o aumento das editoras com novos investimentos nessa área, facilitando a visibilidade das criações artísticas. "O raio de ação dos objetos culturais se amplia" (ZILBERMAN, LAJOLO,1988, p. 60). No que tange aos impactos da Semana da Arte Moderna,

> A renovação não pode ocultar a conciliação com o tradicional, não porque o esforço modernizador fosse frágil ou incoerente, mas porque, no conjunto e na mesma época, assim se comportou a sociedade nacional: se almejava a modernidade, o desenvolvimento e o progresso, somente concretizou estas metas entre alguns grupos sociais e em algumas áreas do país. Poderia, na arte, ter ocorrido processo diferente? (ZILBERMAN, LAJOLO,1988, p. 60-61).

Como contradições constituem a realidade do regime econômico, social e político, não tem como ser diferente no plano da cultura. Porém, entre as manifestações culturais, essas contradições foram mais visíveis na cultura popular e na literatura infantil, que, segundo as autoras, permaneceram e se expandiram em decorrência de se atrelarem aos interesses do Estado e às instituições que lhe serviam. "Carnaval e escola flagram o fenômeno – as escolas primárias, no caso da literatura infantil; as de samba, no caso da literatura

popular” (ZILBERMAN, LAJOLO, 1988, p. 61). As autoras acrescentam ainda que

> O mercado escolar recompensava o esforço de escrever para os jovens. Porém, como, para circular em sala de aula, era preciso, além de espontaneidade e imaginação, adequar-se aos cursos vigentes e aos programas curriculares, a fantasia e a criatividade foram indiretamente disciplinadas, favorecendo o Estado que, assim, controlava de alguma maneira a produção de livros destinados à infância (ZILBERMAN, LAJOLO, 1988, p. 62).

Economicamente, o capitalismo industrial favoreceu a edição e a circulação de obras nacionais, saindo do modelo anterior de importação. Politicamente, o governo queria mudanças, mas não queria alterar o *status quo*. O governo recorria à força policial quando a complacência populista de Getúlio Vargas falhava. Favoreceu, assim, a expansão de uma ideologia nacionalista e do culto à personalidade do ditador; complementarmente, o regime direcionava temas e posicionamentos que asseguravam sua incursão na rede escolar; esta rede “retribuiu” com um contingente cada vez maior de leitores (ZILBERMAN, LAJOLO, 1988, p. 62).

A atitude nacionalista envolveu todas as esferas culturais: as eruditas e as populares. Pela literatura infantil, esse projeto nacionalista foi facilitado pelo lado de dentro dos portões escolares. Para reforçar o processo de identificação das crianças com o conteúdo, a linguagem utilizada é, frequentemente, popular e coloquial. Já quanto ao tema,

> [...] é tomado à história do Brasil, selecionando, sobretudo episódios do período colonial. É nos livros deste tipo que a literatura infantil da época expressa com mais limpidez seu compromisso com o poder vigente e com a ideologia ufanista, reproduzindo os preconceitos e os chavões com que se costuma revestir a narração dos acontecimentos da história pátria (ZILBERMAN, LAJOLO, 1988, p. 66).

A literatura infantil sempre representou para sua época alguns pontos convenientes e outros contrários ao regime em vigor. As crianças, personagens principais, estavam constantemente cercadas por figuras tais como amas, vaqueiros, aposentados, cozinheiras.

Zilberman e Lajolo (1988, p. 67) finalizam esse capítulo de sua obra historiográfica com uma reflexão importante:

> Embora experimentando limites de ordem narrativa, apenas ocasionalmente resolvidos, a literatura infantil nunca deixou de se integrar à sua época e representá-la à sua maneira. Posicionou-se perante seus projetos e beneficiou-se de alguns. Se grande parte das obras hoje desagrada, cumpre lembrar que, em seu tempo, foram apreciadas e até estimuladas. Resta ver, nas etapas subsequentes da história, até que ponto a tendência se manteve ou se alterou; e, caso isso tenha ocorrido, que mecanismos (literários ou não) possibilitam a mudança desejada.

Ou seja, desde suas primeiras décadas como produção cultural autônoma no Brasil, a literatura infantil é utilizada pelos segmentos dominantes para legitimar ou reforçar seus projetos de poder – e, nesse sentido, qualquer manifestação dessa literatura que contrarie tais interesses estará sob ataque. No ano de 1942, Getúlio Vargas declarou guerra ao Eixo (Alemanha, Itália e Japão) e uniu-se às forças aliadas da Inglaterra, França, EUA e URSS. O capitalismo norte-americano teve, a partir de então, concessão definitiva do nosso mercado, que se tornou consumidor de seus produtos industrializados e culturais. Um exemplo paradigmático disso é o símbolo de nacionalidade da época ser o personagem da Disney denominado “Zé Carioca”. Nessa ambiência ideológica, consideram-se os produtos norte-americanos superiores aos brasileiros. Há uma considerável alteração nos rumos da política editorial:

> As segmentações da cultura brasileira, até o final dos anos [19]50, são importantes para a compreensão dos caminhos percorridos pela literatura infantil, que se repartiu: manteve algum vínculo com o nacionalismo anterior, pois o modelo educativo continuava a vigorar na escola, ainda sua principal aliada; mas tentou contornar os perigos da vulgarização ou da associação ao popular, indesejável porque resíduo do atraso a ser esquecido. (ZILBERMAN, LAJOLO, 1988, p. 126)

As narrativas dessa época, segundo a observação das autoras, são protagonizadas em grande parte por bandeirantes à procura de riquezas do interior. Os bandeirantes são vistos como brasileiros exemplares – o que evidencia a força do colonialismo na história da formação da literatura para crianças no Brasil.

De acordo com as autoras, Jeronymo Monteiro é um dos pouquíssimos autores que altera esse conteúdo em suas narrativas. Ele evita o padrão bem-

comportado, a história cheia de atitudes ideais, as crianças exemplares.

> O humor, tão assíduo em Monteiro Lobato, é matéria rara nos livros do período, talvez porque incompatível com a postura pedagógica. As crianças passam por várias aventuras geralmente seguidas de sentimentos de culpa, os quais, por sua vez, parecem afetar mais as crianças pobres (em geral, caipiras, como Tico-Tico) e os índios, isto é, os que pertencem aos segmentos inferiores ou marginalizados da sociedade burguesa civilizada. (ZILBERMAN, LAJOLO, 1988, p. 129)

Conforme elucida Sandroni (1998), a obra de Lobato teve tamanha repercussão e importância que, durante um longo período, o panorama da literatura infantil e juvenil não avançou, embora tenha havido várias tentativas de imitação. Ele aborda em suas obras o que até então era contado exclusivamente no mundo adulto. Sandroni aponta que, a partir de Lobato, "no Brasil, a literatura infantil perde uma de suas principais características, a de ser um instrumento de dominação do adulto e de uma classe, modelo de estruturas que devem ser reproduzidas. Passa a ser fonte de reflexão, de questionamento e de crítica." (SANDRONI, 1998, p. 17). Ela atribui a Lobato a característica de provocador literário, causando uma ruptura no modelo anterior de escrita para crianças.

A literatura infantil brasileira, a partir dos anos 1960, sofreu os impactos da decisiva dependência do Brasil ao sistema capitalista, tanto no quesito econômico quanto nas "formulações ideológicas que sustentam a sua imagem" (SERRA, 1998, p. 171).

A literatura conta, a partir de então, com instituições que a legitimam e a patrocinam, formando, como afirma Lajolo e Ziberman (1988), uma rede necessária entre estado capitalista moderno e o setor que produz seus bens culturais.

O desenvolvimento acelerado das mídias desemboca tanto em uma ameaça (com seus efeitos de luzes e cores), quanto em uma maior visibilidade e profissionalização para os escritos da época. Essas alterações modificam também a literatura enquanto texto:

> Paradoxalmente, no entanto, a sofisticação das mídias e a expansão dos percursos de circulação de livros ocorreram num contexto de **censura política e ideológica muito cerrado.** Tão cerrado que não poucas vezes punha em

> risco, ou ao menos fazia retroceder um pouco, a imagem do projeto governamental, para cuja consecução a plena modernização da informação era fundamental (ZILBERMAN, LAJOLO,1988, p. 173 – grifos meus).

No âmbito da literatura infantil,

> Estas novas condições, que afetam diretamente a produção literária, afetam em particular a produção literária infantil. Se, desde seu nascimento, a destinação escolar dos livros fazia com que a literatura para crianças se apoiasse, para legitimar sua existência e arregimentar seus leitores, nas instituições vizinhas da escola (quando não da própria), o já apontado desenvolvimento de uma infraestrutura cultural nos anos [19]60 e 70 só vai aprofundar esta relação de dependência. Com muito mais desenvoltura que a não infantil, a literatura para crianças, fiel a suas origens, presta-se bem à mediação institucional (ZILBERMAN, LAJOLO,1988, p. 174).

Esse período tem como marca uma sociedade estrangulada, dividida entre contradições radicais: as promessas de desenvolvimento, a partir de grandes empreendimentos desenvolvimentistas, enquanto os problemas das relações entre rural e urbano ou capitalistas e operários continuavam sem nenhuma perspectiva de solução (BORDINI, 1998).

O espaço urbano começa a ser o cenário das obras literárias de forma mais crítica da realidade social a partir dos anos 1970 (do que aparecia na década de 1950); constituía-se descritivamente explicitando hábitos de consumo, valores e cotidiano da classe média da época. A ingenuidade cede lugar a uma representação de coloração menos idealista do Brasil urbano: “O realismo dá seus primeiros passos trazendo para as histórias infantis personagens e ambientes cuja construção literária não omite problemas e crises comuns da vida brasileira contemporânea” (ZILBERMAN, LAJOLO, 1988, p. 177).

A adesão ao urbano na literatura infantil brasileira deu espaço a uma linguagem mais coloquial e mais flexível do que o padrão anterior. Altera-se a noção de infância também, e as crianças das histórias passam a ter um lugar mais ativo, inquieto e participante. Introjetam nos personagens infantis uma crise que é mais geral, decorrente dos desajustes da infância ao mundo adulto:

> Tornam-se mais frequentes os narradores em primeira pessoa que, assumindo o ponto de vista da criança, renunciam à onisciência. Nessa renúncia – tanto mais radical quanto mais afastados dos centros de poder estão os narradores – se manifesta a tentativa de resolver literariamente a assimetria emissor adulto / destinatário criança que, por natureza, costuma presidir a escrita literária para a infância.
>
> Articulando por outro lado o social com as mutilações que ele produz em personagens infantis, alguns escritores conseguem um viés de representação crítica mais sofisticado, nessa medida, mais vizinho da literatura não-infantil (LAJOLO, ZILBERMAN,1988, p. 179).

A literatura infantil, no caminho do processo de modernização empreendido nos anos 1970, sempre se vinculou à sociedade burguesa industrial e com isso se beneficiou das condições da eclosão capitalista. Mas Maria da Glória Bordini aponta um paradoxo da literatura infantil nessa época, pois foi

> [...] o lugar em que muitas mentes progressistas puderam exercer um trabalho de caráter humanístico e emancipatório mais claro num país sob o regime de força. Como se escrevia para crianças, um segmento social historicamente ignorado pela assimetria do poder entre adulto e infante, este no máximo encarado como futuro material humano da nação, foi nesse setor que a resistência ao regime militar passou despercebida e plantou sementes de liberdade. Autores como: Ruth Rocha e seu *Reizinho mandão*, Ana Maria Machado com *De olho nas penas* e *Do outro lado tem segredo*, Lygia Bojunga Nunes com *Os colegas*, *Angélica* e *A bolsa amarela*, Carlos de Marigny, com *Lando das ruas*, Fernanda Lopes de Almeida com sua fadinha contestadora, Sérgio Caparelli e seus meninos da Rua da Praia, a “Coleção do Pinto” e outros tantos, através do universo mágico dos livros infantis, puderam desacreditar os valores que sustentavam a política de linha dura dos militares, de certo modo induzindo uma geração a pensar por si e a desconfiar de ideias que matam (BORDINI, 1998, p. 38).

Ela ainda informa que a reforma do ensino dos anos 1970 permitiu a aquisição e maior circulação livros literários pelas escolas, o aumento dos cursos universitários e o início dos cursos de pós-graduação. A demanda estava segura, mas a maior parte da rede escolar atendia à população de baixa renda sem recursos para aquisição de materiais, o que tornou o governo, a partir da

modificação de programas de leitura, o principal cliente da indústria editorial, principalmente nos anos de 1980, ano no qual a rede escolar foi abastecida de forma farta de livros de literatura infantojuvenil. Esse fato determinou um “novo panorama na produção e recepção nessa área” (BORDINI, 1998, p. 39). Mas, como o governo era o principal cliente e os órgãos de controle continuaram a ditar regras, moldavam os acervos a serem postos à disposição do público infantil.

Regina Zilberman (apud BORDINI, 1998) apontou que o ensino no regime militar objetivava qualificar uma mão de obra egressa dos meios rurais para as tarefas menos exigentes do sistema industrial urbano. A partir da constatação crítica desse fato, a literatura para a infância, na época, incumbiu-se de realizar uma denúncia do sistema de educação e político.

Segundo os estudos de Maria da Glória Bordini (1998, p. 41), a partir dos anos 1980, a literatura infantil deixa de lado em parte o seu aspecto contestatório e torna-se mais “dúctil”:

> O que distingue essas obras de suas respectivas tradições é o predomínio da verossimilhança sobre a veracidade, o emprego da fantasia sem hesitações e com caráter metafórico e não apenas compensatório e a criação de personagens infantis fortes, mesmo diante de barreiras sociais intransponíveis” (BORDINI, 1998, p. 41).

A literatura infantil consolidou-se nos anos 1980 a partir do novo processo de modernização da sociedade, com sua frágil redemocratização; definiu seu próprio sistema de produção e de circulação de bens culturais a partir do público escolar e do estímulo estatal à empresa privada. Por estes motivos, a literatura para a criança carrega em si

> [...] os riscos das oscilações dos modelos econômicos governamentais, o comprometimento com os valores pseudo-emancipatórios da burguesia urbana e com sua representante educacional, a pedagogia de massa, o que a ameaçou perder em qualidade artística e força transformadora (BORDINI, 1998, p. 45).

A autora aborda escritores que, de forma original, instigaram as crianças a olhar os problemas sociais e os sentimentos pessoais, incluindo-as, de fato,

como agentes ativos através da arte. Ela cita exemplos como Lygia Bojunga Nunes, Ana Maria Machado, Joel Rufino dos Santos, Maria Clara Machado, Fernanda Lopes de Almeida.

A partir do percurso histórico apresentado neste capítulo, percebe-se que as histórias infantis incorporam em sua íntima relação forma e conteúdo os caminhos históricos das transformações políticas e sociais no país. Não há como entrar no campo de leitura da literatura infantil sem lançar a luz crítica sobre a história, seus rumos, contextos sociais e ideológicos. Dessa maneira, não há literatura infantil brasileira sem uma relação com o seu tempo histórico, econômico e social.

Pensando o presente, a literatura brasileira contemporânea e a sua recepção apresentam-se a partir da introdução tecnológica que, para Andréia Delmaschio (2019, p. 192),

> [...] trata-se de uma faca de dois gumes, porque está claro que escrever mais e mais rápido vai interferir diretamente nos modos de reflexão e de expressão [...] Todavia, não é um processo que se deva refrear, é claro, porque é o que há, é o que pode ser neste tempo em que vivemos.

O tempo em que vivemos se constitui, para além da inclusão tecnológica no âmbito da literatura, por um momentode “ruptura institucional” no Brasil, após o golpe apresentado como *impeachment*, em 2016, a uma presidenta eleita democraticamente dois anos antes (COELHO, 2017). Este é o período recorte desta pesquisa: segundo Marcelo Barreira (2019, p. 61-78), o de maior conservadorismo da Nova República.

A título de exemplificação do conservadorismo apontado por Barreira (2019), o jornal *El País* elaborou sintética e pedagogicamente uma esclarecedora manchete no dia posterior à votação do *impeachment* em 17 de abril de 2016, na Câmara dos Deputados**.** Nela se estampava: “Deus derruba a presidenta do Brasil”**.** E a curta explicação dessa frase vem em seu subtítulo: “Deputados justificam seus votos em Deus, na moralidade e na família: o motivo real da votação é esquecido”**.** O atual presidente, à época deputado federal, proferiu o seu voto em favor do *impeachment*dedicando-o “a favor ao Coronel Ustra, dirigente do Doi-Coi em São Paulo e reconhecido como agente da tortura

pela Justiça" (BARREIRA, 2019). Trata-se de um Congresso composto por muitos fundamentalistas religiosos e que possui o maior percentual de deputados com familiares políticos desde as eleições de 2002:

> Por isso se constata que, no golpe parlamentar, a semântica religiosa efetivamente galvanizou o moralismo de conveniência de parlamentares em seus interesses midiáticos. Um número expressivo de discursos favoráveis ao golpe entre os deputados federais abusou de termos como "Deus" e "família" ao longo das 10 horas de votação na sessão plenária na Câmara dos Deputados (BARREIRA, 2019, p. 62).

Um dos "argumentos" apresentados pelos deputados no processo de discussão e votação do *impeachment*, embora nada tivesse que ver com a acusação apresentada contra a então presidente Dilma Rousseff, foi "evitar que as crianças aprendam sexo nas escolas", o que se coaduna com a posterior pauta que Jair Bolsonaro apresentou e utilizou na campanha à eleição presidencial, quando, por exemplo, apresentou em rede nacional de televisão o livro *Aparelho sexual e cia.,* intitulando-o de "Kit gay", alegando que o mesmo seria utilizado nas escolas públicas para crianças[25].

Sob este viés, estas pautas conservadoras, politicamente interessadas, se confirmam nos ataques em rede contra as obras literárias referidas, apresentando-se como se se tratasse de um movimento de enfrentamento a um inimigo nocivo às crianças. Esse movimento legitima-se a partir de um discurso nacionalista e populista que se utiliza de termos como "Deus" e "família", a fim de convocar as pessoas à "defesa das crianças": convocação produzida discursivamente de forma autoritária e a partir de fragmentos de verdades lançados às redes sociais a fim de manipular agressivamente os fatos e as pessoas – como se evidenciará pela análise dos *print screens* que constituem o *corpus* desta pesquisa.

O psicanalista francês Charles Melman (2018) aponta para a existência de uma nova economia psíquica. A Internet pode ser uma via de desconstrução desse modelo autoritário ou de reforço e repetição de pautas violentas e pouco criativas: ela confere a cada um uma "autoridade" – e o sujeito se imprime a partir

[25] Disponível em: http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/577687-as-novas-velhas-faces-do-conservadorismo-catolico. Acesso em: 24 ago. 2020.

dos comentários e de outras intervenções (como, por exemplo, a “derrubada” programática de perfis, a denúncia de postagens etc.).

Foi dada a autoridade de fala a cada um, independentemente da veracidade e do embasamento sobre o conteúdo dito ou escrito. Neste tempo, surgem lideranças políticas populistas – sendo o principal deles, segundo Melman (2018), Donald Trump, atual presidente dos Estados Unidos da América (até janeiro de 2021) –, dizendo às pessoas o que elas querem ouvir. A escola dele foi a fabricação da “telerrealidade”. Um dos seus seguidores, o atual presidente do Brasil, Jair Bolsonaro, apresenta no seu discurso o que ecoa na sociedade brasileira atual. Nas redes sociais e fora delas. Apesar de um estilo assustador, é a política atual. O pesquisador considera a gravidade deste fenômeno para o mundo.

A literatura infantil no Brasil sempre está atrelada à realidade histórica, política e social. Dessa forma, ela é atingida em cheio neste período de disseminação das *fake news*, de populismo fascista, de conservadorismo e de violência simbólica mas também física. Esta pesquisa olha para esses fenômenos presentes nas redes sociais (e, portanto, na sociedade brasileira) pós-2016 e que vai de encontro à literatura infantil no Brasil.

No próximo capítulo, serão apresentadas as duas obras literárias infantis alvo de polêmicas contemporâneas surgidas e/ou alimentadas pelas redes sociais e que tiveram como objeto os seguintes títulos ficcionais: *O menino que espiava pra dentro*, de Ana Maria Machado, e “A triste história de Eredegalda”, reconto de José Mauro Brant. Interessa-me compreender a lógica subjacente aos fenômenos contemporâneos de repetidos ataques em redes sociais, visando à censura e ao silenciamento da produção ficcional para a infância e que se apresentam sob a capa de proteção e cuidado com as crianças.

CAPÍTULO 2 – REDES DE CENSURAS E SILENCIAMENTOS & LIVROS INFANTIS

2.1 *O menino que espiava pra dentro,* de Ana Maria Machado, e o pânico nas redes sociais

"O menino de ontem me plange"
(Manoel de Barros)

Este capítulo se desenha a partir de um movimento de "idas" e "vindas", de "dentros" e "foras". O ponto inicial parte do relato da polêmica recente envolvendo um livro publicado na década de 1980 a partir da postagem de uma mãe nas redes sociais. O livro é *O menino que espiava pra dentro*, e a autora, Ana Maria Machado.

Inicialmente meus sentimentos pessoais, face à polêmica, foram o susto, a indignação e a raiva. Como puderam atacar desta forma odiosa e com palavras negativas uma autora que toca com tanta leveza, criatividade e amor temas tão caros à infância? Recorri a minha orientadora, Maria Amélia Dalvi, e nesse espaço de escuta e direcionamento compartilhamos da decisão pelos novos rumos da pesquisa. A escrita inicial foi desviada para a possível compreensão desse fenômeno em redes sociais, que se estende contemporaneamente a outras obras também infantis.

Analisar a obra, "espiando para dentro" do mundo do personagem Lucas, me auxiliou na transformação desse sentimento de raiva pessoal em busca da elaboração a partir de um conhecimento científico e da escuta permeada pela psicanálise. Pela mediação do conhecimento sistematizado, produzi um outro lugar de compreensão do fenômeno. Assim, pude sair do lugar da raiva, do ódio e da indignação para buscar "espiar pra dentro" da obra, das minhas próprias questões e em seguida para o fenômeno que envolve leitura, arte, infância e sociedade no Brasil.

A mensagem que ensejou a polêmica que motivou inicialmente o presente trabalho foi compartilhada da seguinte forma:

> Meu filho acabou de me perguntar se era verdade que se ele engasgasse com uma maçã e ficasse sem respirar, ele conseguiria ir até o encontro do seu mundo da imaginação… Eu

> de imediato falei que não e expliquei que ele correria grande perigo e provavelmente morreria sem ar, deixando todos que o amam muito tristes. E perguntei: Mas por que você está me perguntando isso, filho? Ele me disse que o menino do livro que estava lendo tem um amiguinho imaginário que mandou ele fazer isso, ou seja, que se que ele engasgasse com uma maçã, ele acabaria com todos os seus problemas! Faço um apelo aos pais, que conversem, monitorem e protejam seus filhos dessas estimulações perigosas que estão por toda parte…[26].

A mãe, a partir da fala do seu filho após a leitura do livro, passou por cima das questões existenciais do mesmo e foi às redes sociais atacar a obra e a autora. Ela não o escutou, e foi às redes, acusando a narrativa que poderia aproximá-la de possíveis sofrimentos ou de elaborações simbólicas sobre a vida e a morte levantadas pelo filho. Iniciou, com isso, um movimento *contra* a leitura de uma obra já publicada há anos e que foi parte do repertório ficcional formativo de diversas crianças e adultos, de distintas gerações. Ela se incomodou com algo e, ao invés de "espiar de dentro", do filho e de si mesma, foi às redes lançar a fagulha que desembocou em um fenômeno de grupo.

Os fenômenos de grupo são, quase sempre, da ordem da superficialidade e da desorganização, justamente porque ficam apegados unicamente à questão do moralismo, apagando as particularidades e desconsiderando o um a um. Eles passam como retroescavadeiras por cima das individualidades, das subjetividades. É este processo que estará em foco neste subcapítulo.

Os comentários a partir da postagem no Facebook, no site da autora e na página da própria editora, evidenciaram inúmeras manifestações de repúdio ao livro, mesmo por parte daqueles que *declaradamente* não o leram. Nas redes sociais, diversas pessoas compartilharam a escrita inicial da mãe, como se fosse de sua própria autoria, gerando uma investida coletiva contra a obra. Diversas postagens alegam que a obra estaria incitando o suicídio entre as crianças, por meio de sufocamento (no caso, por meio do engasgo com um pedaço de maçã).

Cito o trecho do livro, utilizado de forma avulsa nas redes sociais, alvo da polêmica:

---

[26] Disponível em: <https://oglobo.globo.com/cultura/foi-como-uma-bigorna-na-cabeca-diz-ana-maria-machado-23047123>. Acesso em: 15 set. 2018.

> Como as compras só chegaram quando ele estava no colégio, ainda teve que esperar a volta, o jantar e a hora da sobremesa. Quase não aguentava mais. Aí também resolveu que o melhor era deixar para engasgar com a maçã quando estivesse sozinho. E que a família dele era tão desligada dessas coisas que era até capaz de alguém dar um tapa nas costas dele só para desengasgar, e aí estragava o plano todo. (MACHADO, 2008, p. 23)

A partir da postagem da mãe, os internautas iniciaram uma perseguição virtual à escritora e sua página oficial no Facebook ficou fora do ar. A polêmica se espalhou pelas redes do Whatsapp, Facebook e Youtube, principalmente em grupos de pais. Além disso, foi utilizada em tribunais oportunisticamente por deputados que proferiram a denúncia da obra e da autora junto ao Ministério Público, exigindo a retirada dela da lista enviada para escolas[27].

A leitura e a análise da obra, à luz de contribuições dos estudos literários, da psicanálise e da filosofia, conduzirão os possíveis (e impossíveis) diálogos com as postagens trazidas neste capítulo. A primeira edição do livro *O menino que espiava pra dentro* foi publicada pela editora Nova Fronteira, em 1983, com texto de Ana Maria Machado e ilustrações de Flávia Savary.

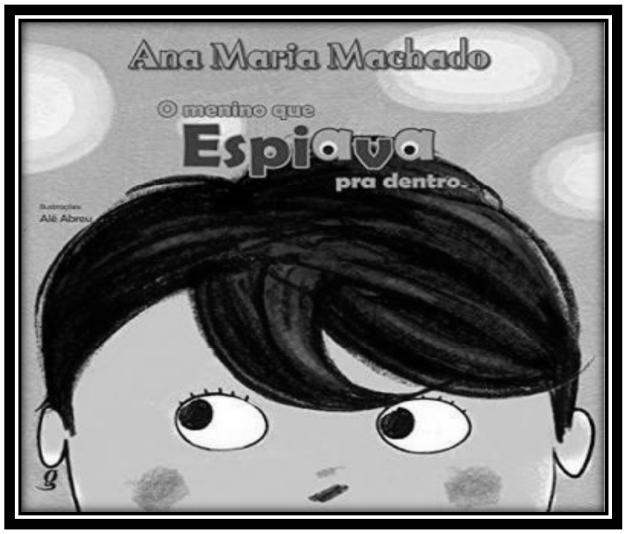
Figura 1 – Capa do livro *O menino que espiava pra dentro* (1983)

Fonte: Acervo do autor.

[27] Disponível em: <https://www.campograndenews.com.br/politica/deputado-acusa-livro-infantil-de-induzir-criancas-ao-suicidio>. Acesso em: 24 mar. 2020.

A Global editora publicou a segunda edição no ano de 2008, com ilustrações de Alê Abreu; as novas ilustrações se apresentam com muitas cores e técnicas mistas, de desenho e colagens. Na capa, apresentada abaixo, há apenas metade do rosto do personagem principal, Lucas, com destaque para os olhos que aludem à curiosidade e observação atenta.

Figura 2 – Capa do livro *O menino que espiava pra dentro* (2008)



Fonte: Acervo do autor

A contracapa são diversos olhos, sugerindo movimento e o gesto "espiativo" de Lucas, que se apresentará ao longo da história.

Figura 3: Contracapa do livro *O menino que espiava pra dentro* (2008)

Fonte: acervo do autor

A história é narrada em prosa e se desenrola na terceira pessoa, contando o cotidiano simbólico de Lucas. Ele contempla e recria os objetos a sua volta, dispondo do tempo a esse favor. Na percepção adulta, ele poderia estar se distraindo com facilidade, pois parece não se inserir no diálogo corriqueiro sobre as coisas e a utilidade de cada uma delas no mundo. A avó, no livro, foi o adulto que conseguiu nomear de forma singela e poética o hábito do neto: “Ele está espiando pra dentro”.

O livro é recheado de palavras metafóricas. A metáfora é o que nos constitui. Na perspectiva de Eni Orlandi, “[...] não é a metáfora da retórica, concebida como figura ou desvio, mas sim deriva, transferência, possibilidade do sentido ser outro, sujeito a deslizamentos, versões, equívoco.” (ORLANDI, 2017, p. 11).

Na análise de Suzanna Busato (2018, p. 175-198), o livro se constituiu a partir do entrelaçamento de contos de fadas clássicos com recursos hauridos à intertextualidade. Pelo fato de Lucas espiar para dentro, ele consegue ver coisas que outras pessoas não conseguem. Imaginar que objetos comuns são coisas mais vivas e interativas. Ele os vê em movimento e em contextos diversos àqueles que os adultos conseguem em geral ver. Debaixo da mesa, imagina estar numa cabana no meio da floresta. Sentado, se balançando na rede, viaja numa nave espacial pelo espaço e enfrenta as ondas do mar agitado, com seus perigos e piratas. Na cama dos pais, se imagina no fundo do mar, explorando

grutas, nadando entre peixes, algas e tesouros escondidos. Ele enriquece os objetos utilitários com a sua imaginação.

Walter Benjamin, a partir do olhar da filosofia, consegue alcançar esse "fazer" das crianças. Ele reflete que as crianças gostam de produzir seus objetos, partindo de restos de materiais, de plantas, de oficinas, isso as encanta verdadeiramente:

> Elas se sentem atraídas irresistivelmente pelos detritos, onde quer que eles surjam. Nesses detritos elas reconhecem o rosto que o mundo das coisas assume para elas, e só para elas. Com tais detritos, elas não imitam o mundo dos adultos, mas colocam os restos e resíduos em uma relação nova e original. Assim, as próprias crianças constroem seu mundo de coisas, um microcosmo no macrocosmo (BENJAMIN, 1996, p. 237-238).

Para Benjamin (1996), as crianças conseguem dar um estatuto diverso aos objetos, pois elas "burlam, pervertem" o uso desses e os transformam em algo novo. O filósofo alemão pensa os contos de fadas como uma criação composta de detritos; em tais produções culturais, as crianças lidam com elementos de modo tão soberano e imparcial como quando lidam com retalhos e tijolos e os utilizam para ligar seus elementos; nas fábulas, as crianças se ligam aos animais, que falam como os humanos. Da mesma forma, em consonância com a perspectiva benjaminiana, o menino da obra da Ana Maria Machado espia as coisas e recria contos clássicos, como *Cinderela* e *Branca de Neve*.

Lucas gostava tanto dessas brincadeiras que, segundo a história, foi virando uma "mania" (MACHADO, 2008, p. 16). Esta palavra provoca a pausa para um breve "espio". O dicionário a define a partir do grego; é "loucura, entusiasmo, paixão. Apego excessivo ou obsessivo a uma ideia ou intenção; aferro a uma ideia fixa = fixação, obstinação" (BUSATO, 2018, p. 175-198). A psicanálise se empenhou, a partir principalmente de Sigmund Freud e Jacques Lacan, em abordar o tema da "mania". Freud a estudou em sua relação com a melancolia ([1917], 1996), à qual se aproxima e se contrapõe; é como se fosse um agora e um depois ao mesmo tempo. Lacan a desenvolveu como uma forma de subjetividade que estaria ligada a uma "covardia moral quanto à dor de existir" e a relaciona ao campo das psicoses. Seria então uma forma de sujeição que comportaria um imperativo de gozo mortífero.

Resumidamente, então, a mania seria vista como algo repetitivo que exclui o sujeito do desejo, afigurando-se, pois, como uma sujeição, um lugar mortífero e não desejoso frente à vida. Algo da ordem da covardia frente ao próprio desejo. E Lucas, frente a essa palavra, a partir de sua definição no dicionário e na teoria psicanalítica? A "mania" do menino incluía conteúdos totalmente variados a cada ação. Cada objeto abria a porta para uma criação de um cenário diferente com diferentes personagens e desafios.

A mania teorizada acima diz de atos repetitivos e pouco criativos, atos involuntários, por assim dizer. Lucas, para criar aqueles cenários, utilizava recursos provenientes de histórias que já foram contadas para ele, da *Branca de Neve*, da *Cinderela*, interagindo com as palavras que ele já recebeu e recriando-as de sua forma. O que Lucas repete é o que o convoca a sair da realidade e fantasiar. Mas ele se vale de coisas bastante reais, histórias contadas para ele, lugares da casa. Ele olha e sabe sobre elas, mas vai além do utilitarismo das coisas. Esse ato se afasta do campo do gozo mortífero.

Neste ponto, retorno ao que foi explicitado nos *posts* de Facebook, apresentados aqui nesta dissertação por meio de *print screen*. Nas polêmicas, os adultos apreenderam a atitude imaginativa de Lucas como um quadro psicopatológico e não como um lugar próprio dele, de criatividade, de riqueza de possibilidades para além do cotidiano utilitário. A palavra "mania" utilizada pela escritora Ana Maria Machado não vai ao encontro da patologia, ela não fecha possibilidades, ela abre o campo para o diálogo, para a poesia, para a metáfora, para a continuidade. Ela deu origem à presente pesquisa: a "mania" que conta sobre repetir coisas gostosas e prazerosas, aquele repetir das crianças que pedem, após uma brincadeira gostosa ou ao final de uma história, "faz de novo", "conta de novo", e esse de novo não tem fim. Essa "mania" é parte constituinte do ser e saudável.

Nos diálogos com o amigo imaginário, o personagem fala sobre o plano de ficar para sempre na imaginação – isso porque se pergunta se não seria mais divertido ficar sempre na imaginação e não no mundo real. O nome do amigo, como outros nomes dados na história, é deveras simbólico, "Talento". Era o companheiro de todas as aventuras, e Lucas o chamou assim pois ele sempre vinha com calma e, quando queria que ele andasse mais rápido, dizia: "Tá lento,

tá lento". Depois, ele o renomeou de "Tamanco", porque, como ele, às vezes se sentia manco, com "esse negócio de viver pisando com um pé no mundo lá de fora e outro no lá de dentro" (MACHADO, 2008, p. 16). Na dúvida, o amigo acabou sendo chamado de Tatá (que é resultado de uma intersecção entre o que há de comum nos dois nomes: Ta e Ta), e era com esse amigo imaginário que Lucas mantinha diálogos e buscava respostas acerca de permanecer para sempre espiando para dentro.

O nome "Talento", dado por Lucas ao amigo, poderia ser uma forma de resistir criativamente a uma aceleração do entorno. "Tá manco" parece abarcar dois lugares, o real e o imaginário, "olhar pra dentro" e "olhar pra fora". Lucas, a partir desses dois nomes, faz uma metáfora crítica do lugar adulto que aponta uma história silenciando-a e, rotulando-a, não coloca um pé lá na história e um pé dentro, espiando-a com lentidão e cautela. Chega um ponto da história em que imaginar se tornou tão prazeroso para Lucas que ele se sentia atraído pela possibilidade de ficar lá para sempre. Ou nos dois espaços sem precisar se cristalizar em nenhum – ainda assim algo contrário a um quadro psicopatológico, normalmente cristalizado e rígido. Ao apresentar ao amigo essa possibilidade de permanecer para sempre espiando para dentro, ele recebeu a resposta "Eu acho que pra sempre é tempo demais" (MACHADO, 2008, p. 18), refletiu e concordou. O seu amigo "manco" e "lento" é chamado no lugar de fala e não no lugar de uma possível fragilidade, patologia ou "deficiência". A partir disso, refletiu que durante uns cem anos poderia ser bom ficar nesse lugar da imaginação, e tomou a decisão:

> Assim o pessoal todo também fica dormindo lá fora, na minha casa, na escola, no mundo, em todo canto. Eu não perco nada do que está acontecendo lá, porque não vai acontecer nada mesmo. Enquanto isso, eu espio pra dentro e venho para cá. (MACHADO, 2008, p. 19).

Nesse diálogo, percorrendo contos de fadas que convocam adormecimentos, no caminho da intertextualidade, como trazido acima, a narrativa passa pela Moura Torta, pelo príncipe Sapo e chega à história da Branca de Neve. Lucas resolve, então, que vai adormecer como ela. O plano era esse: tal como a personagem, se engasgar com a maçã. Então, ele pensou em

um jeito de ninguém abordá-lo na hora da produção do encantamento, para não estragar o plano.

Ainda sobre o plano de Lucas, Suzanna Busato, em sua análise, afirma que

> [...] o leitor seria um outro amigo com o qual Lucas pudesse também dialogar. Esse dado é sutil e verdadeiro. O sonho de Lucas é o nosso. E ele o realiza. E, como herói da história, aventura-se por nós. Sua coragem de engasgar com a maçã para poder sonhar nos assusta se levamos em conta a lógica do mundo real. Na lógica da narrativa, engasgar é uma performance crítica: seria viver o conto de fadas por meio de um de seus fios de história – os da *Branca de Neve* e os da *Bela Adormecida* – para poder tecer a trama da história de Lucas que está sendo contada. Eis onde o poético, então, se instaura. (BUSATO, 2018, p. 187)

Por meio desta análise, o ato de se engasgar seria uma performance crítica que instaura um tempo poético na narrativa. Esse olhar dialoga com a teoria da psicanálise e novamente se distancia da mania psicopatológica. Lucas não está no campo psicopatológico, pois ele tem algo que é falho no campo da mania psicopatológica: ele tem coragem. A lógica da fantasia permite entrar no sonho com a coragem que o olhar cotidiano e utilitário para as coisas não permite. Ele não escapa, ele escolhe. Visitando a teoria de Karl Marx, a arte, na visão que leva em conta a formação omnilateral, rompe com a lógica mercadológica, de utilitarismo puro dos objetos e do trabalho alienado e instaura um novo lugar dialético entre o ser humano e a realidade na qual está inserido.

> O homem se apropria da sua essência omnilateral de uma maneira omnilateral, portanto, como um homem total. Cada uma das suas relações *humanas* com o mundo, ver, ouvir, cheirar, degustar, sentir, pensar, intuir, perceber, querer, ser ativo, amar, enfim, todos os órgãos da sua individualidade, assim como os órgãos que são imediatamente em sua forma como órgãos comunitários, são, no seu comportamento *objetivo* ou no seu *comportamento para com o objeto,* a apropriação do mesmo, a apropriação da efetividade *humana* [...]. (MARX, 2004, p. 108, apud DELLA FONTE, 2020, [s.p.])

É na relação com a riqueza objetivamente desdobrada da essência humana que se desenvolve a riqueza da sensibilidade humana subjetiva na forma, por exemplo, de "[...] um ouvido musical, um olho para a beleza da forma" (MARX, 2004, p. 110, apud DELLA FONTE, 2020). Com isso, enfatiza-se não

apenas a necessidade do objeto (a natureza humanizada) na formação do sujeito, mas o próprio caráter histórico desse processo. Dessa maneira, Marx demonstra a importância da essência omnilateral para a formação humana pessoal e coletiva. Ela convoca um outro olhar à sociedade que não seja atrelada unicamente aos objetos e à lógica do consumo, como é possível identificar a partir da personagem Lucas.

E o plano deu certo, “Na hora de dormir, despediu-se de todos com boa noite e até amanhã e foi para a cama com sua maçã. Deu uma mordida, engasgou-se com um pedaço, espiou pra dentro – não tinha fim seu espaço.” (MACHADO, 2008, p. 24). Dessa forma, embora tenha fantasiado um tempo no qual estaria “dormindo” para o mundo de fora e vivendo somente no seu mundo imaginário, cheio de aventuras, ele evoca o mundo real. Ele não deseja se esquivar deste mundo de forma covarde, ele imagina que os outros poderiam também estar dormindo. Ele pondera o real ao fantasiar o longo sono, se ocupando com o que poderia “perder” neste tempo; assim, fantasiou todos também em um grande sono. Não se tratava de uma escolha à parte dos laços sociais. Ele se enlaça socialmente com as histórias contadas e tem a coragem de recriá-las da sua forma.

> Sem o ritual performático da maçã, símbolo e objeto mágico responsável por realizar o seu sonho, a trama não teria o mesmo tom poético. O texto se realiza como “passagem, travessia” (Barthes, 2004), ou seja, é por ele e nele que vivemos a lição da necessidade de ficção e fantasia. Mostra-nos a narrativa de Lucas que a reescritura das histórias faz parte do universo infantil como uma busca constante de desfazer as tranças das histórias e procurar na autoria um novo elo com elas. (BUSATTO, 2018, p. 196)

A maçã então é considerada como símbolo a partir da intertextualidade com o conto clássico *Branca de Neve,* no qual é fruta utilizada para envenenamento pela inveja da madrasta; relaciona-se ainda, simbolicamente, com o seu estatuto de “pecado” e culpa para a religião cristã.

A partir de então, ele viu tantos lugares, nadou tantos mares, fez voos – aqui o livro conta várias aventuras do menino. Tanto viu que o mundo lá fora sumiu e as coisas iam se apagando: uma referência à percepção de Lucas para

o distanciamento do real e o desembocar em um escuro único, esvaziado de elementos externos.

Em seguida, após a constatação do breu profundo, escuro para todos os lados, um beijo e um abraço da mãe. Inicialmente ele achou que era uma princesa. Abriu os olhos, reconheceu o quarto, os móveis e a maçã caída no chão. A mãe, no lugar do que seria o beijo dos príncipes nos contos de fadas, o acorda e o faz retornar com uma surpresa. O afeto do beijo, do afago, do abraço e do presente. Era um cachorro, como ele queria. E Lucas brincou com o novo amigo até ir para a aula. "E ele saiu correndo para ir com os amigos embora, explorar as cavernas do mundo lá fora. Olhar bem para tudo, viver de verdade, para o mundo de dentro ter mais variedade" (MACHADO, 2008, p. 28). E a história se encerra com a mãe perguntando sobre o nome do cachorro e ele diz, deixando sem entender direito: "Talento ou Tamanco. Mas pode chamar de Tatá" (MACHADO, 2008, p. 29).

A última página do livro apresenta um quadro delineado com um espaço em branco no centro, reservado para Tatá. E esse finaliza, apontando que permanecer para sempre com ele "espiando pra dentro" era tempo demais. A obra fecha deixando espaço para continuidade para o novo, o que contradiz com a visão de indução ideológica.

Por que razão esse "convite" da obra à exploração da experiência interna, à lentidão – pisando com um pé na realidade interna e outro na externa – causou (e causa) tamanho desconforto, na leitura de diversas pessoas que se manifestaram nas redes? A percepção nas redes foi direcionada para a infância vulnerável, à mercê de quaisquer influências externas. A infância foi lida, nas redes de polêmicas, pelo viés psicopatológico.

> O próprio Freud, médico por formação, toma a Psicopatologia como ponto de partida em seu trabalho. Acaba, no entanto, por criar a psicanálise, concluindo a uma dada altura que esta disciplina, por lidar com palavras, pede muito mais uma formação em letras do que uma formação médica. A psicanálise rompe com a ordem médica para lidar com formações que têm uma estrutura de palavra, uma estrutura de poesia, *Dichtung* em alemão, uma estrutura de condensação; *Verdichtung,* como Freud a batizou. (BRAUER, 1994, p. 309-333)

A postagem inicial da mãe no Facebook, trazida no início desse capítulo, foi seguida de vídeos no Youtube e comentários no Facebook “alertando” sobre o perigo da obra e instaurou-se, assim, uma “enxurrada de frases e palavras”, que serão apresentadas e analisadas abaixo. O número de comentários é extenso e, apesar de a maioria apresentar o cunho de julgamento da obra, das palavras recheadas de ataques e de autointitulação de proteção das crianças, precisei fazer um recorte que privilegiou os conteúdos que se aliam ao discurso conservador-religioso, por perceber que são estes que estão em maior número nas redes e na sociedade.

Figura 4 – Print Screen do Youtube

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=8_HEiyIxVFU&t=123s>. Acesso em: 14 out. 2019.

A postagem acima reproduzida, a partir do 1° comentário, utiliza termos frequentemente proferidos por correntes religiosas conservadoras do cristianismo, que atribuem inspirações satânicas como provenientes do mal. O que a pesquisa poderia aferir sobre inspirações satânicas? A representação de Satanás ao longo da história aponta contradições e conflitos. No Ocidente, o diabo começa a ser representado com aparência grotesca e monstruosa, entre o humano e o animal. Atribui-se a Satanás o horrível, monstruoso. O contexto da Idade Média foi favorável à criação da imagem de Satanás, pois a vida humana estava sempre em ameaça. O medo de morrer era aliado a um temor religioso profundo que incluía o julgamento final representado pelos afrescos nos templos.

> A deformidade e a feiura atribuídas ao Diabo revelam o horror à sua figura que afasta o homem da salvação. O processo mental em questão fundamenta-se na importância dada ao sentimento de culpa, sobretudo daqueles que não conseguiam sufocar completamente a animalidade interior existente em cada um. (SIQUEIRA, 2012, p. 43)

Trazer satanás resumidamente a partir desses estudos convoca sentimentos como: medo, desejo, força.

As inspirações imaginativas de Lucas – o fato de ele "espiar pra dentro" e ter coragem de questionar e refletir por este olhar – seriam caracterizadas, pelas pessoas que se manifestaram nas redes sociais, como "satânicas". Ou espiar para dentro de si mesmo seria satânico. Como aborda Marisa Lajolo[28], a censura moralista com que leitores adultos impõem restrição de determinadas obras para as crianças ou jovens, ao invés de motivar debates frutíferos e importantes sobre temas que são inerentes ao humano, abrindo caminhos para as possibilidades de cuidados, "para", paralisa qualquer debate. Em seu depoimento, Lajolo cita as religiões que não aceitam determinados temas que envolvem bruxas, magos, etc., mas diz que os campeões de reclamações são os temas que envolvem a sexualidade.

Sigmund Freud, em *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade* ([1905], 1996), aborda a pulsão sexual existente no ser humano desde a infância. Ele foi o primeiro a estudar a sexualidade infantil chocando a sociedade da época, que não a considerava existente nesta faixa etária. Ele pesquisou a sexualidade infantil no desenvolvimento humano e nas relações desta nos laços sociais. Foi considerado um dos ensaios com contribuições mais significativas de todo o seu trabalho para o conhecimento humano. Vários trabalhos psicanalíticos posteriores têm nestes ensiaos sua base. Ele aborda as manifestações da sexualidade infantil, que eram desconhecidas e ignoradas até então. O que nos interessa nesse trabalho é que, no início do capítulo sobre "A sexualidade infantil", ele fala do descaso para o infantil como esse desconhecimento: "Mas esse não é apenas um erro qualquer, e sim um equívoco de graves consequências, pois é o principal culpado de nossa ignorância de hoje sobre as

[28] Disponível em: <A censura moralista - Educação - Estadão (estadao.com.br)>. Acesso em: 08 jul. 2019.

condições básicas da vida sexual.” (FREUD, [1905], 1996, p. 163). Ele atribui a essa negligência sobre os primeiros anos um fenômeno psíquico que até aquele momento escapava a explicações e que será de grande valia para estudar o fenômeno que esta pesquisa se propõe: a amnésia infantil. Ele fala da amnésia (o esquecimento) que na maioria das pessoas encobre os primeiros anos da infância. Ele aponta que estes anos guardam diversas vivências de amor, ciúme, paixão, que nos agitavam violentamente e das quais, depois, nada lembramos:

> Ora, temos razões para crer que em nenhuma outra época da vida a capacidade de recepção e reprodução é maior do que justamente nos anos da infância. Ele ainda coloca que as mesmas impressões por nós esquecidas deixaram, ainda assim, os mais profundos rastros em nossas vidas anímicas e se tornaram determinantes para todo o nosso desenvolvimento posterior. (FREUD, [1905], 1996, p. 165)

Esse fenômeno converte a infância numa fase pré-histórica e oculta do sujeito, os primórdios de sua própria vida sexual. Lacan também aborda a amnésia, mas sob a ótica da existência nos adultos das lembranças encobridoras:

> Vocês não podem nunca estar certos de que uma lembrança não é uma lembrança encobridora. Quer dizer, uma lembrança que bloqueia o caminho do que posso situar no inconsciente, isto é, a presença – a ferida – da linguagem. Nós não sabemos nunca; uma lembrança, tal como ela é imaginariamente revivida – o que é uma lembrança encobridora – é sempre suspeita. Uma imagem bloqueia sempre a verdade. [...] O conceito mesmo de lembrança encobridora mostra a desconfiança do analista no que diz respeito a tudo que a memória pensa que reproduz. (LACAN, 1976, p. 22).

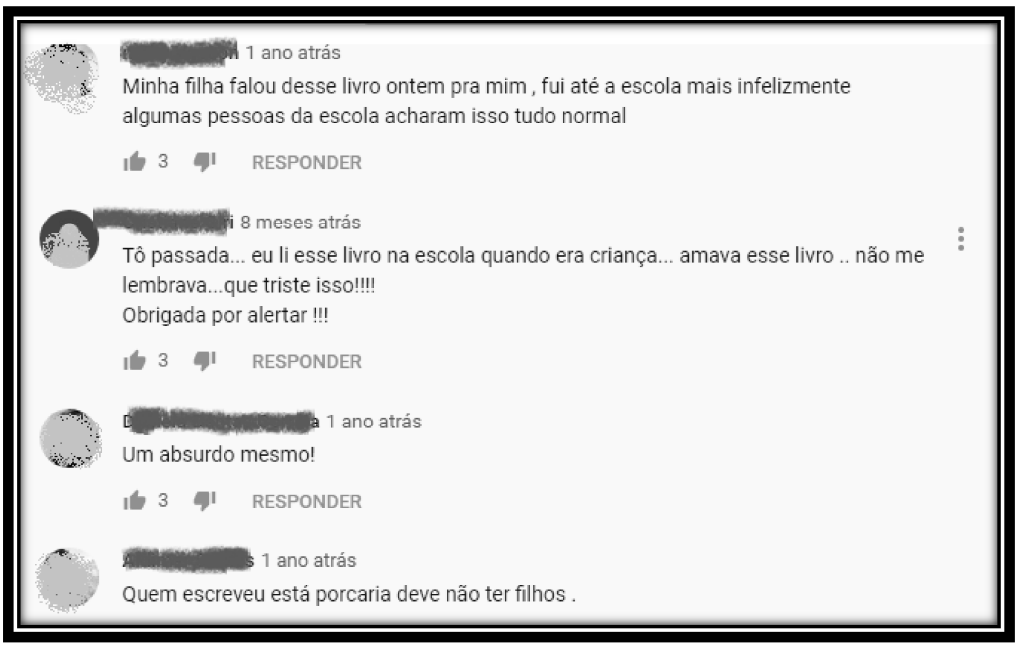
Dessa forma, o rechaço de determinados temas, dando-lhes o nome de “satânicos”, a partir dos autores acima, pode significar um rechaço daquilo que é “mau” do humano, ou seja, aquilo que essas mesmas pessoas provavelmente viveram no âmbito da sexualidade na fase em que elas se arvoraram e possivelmente foi suprimido enquanto conteúdo e deslocado para outra lembrança, recalcando. Os conteúdos sexuais são, na verdade, parte de todos os seres humanos, recebendo o julgamento ou rótulo de mau ou não-mau. Atribuir a satanás o lugar de juízo e julgamento é verificar que o comentário do *post* se encaixa a essa definição.

Vejamos o 3° comentário da imagem 4: "*Pq a pessoa que escreve esse livro não se engasga uma mandioca no rabo e deixa as nossas crianças em paz? Absurdo*". Nesta frase, as palavras proferidas para a autora espelham algo da pulsão de quem emitiu e possivelmente ficou rechaçado e "esquecido". A sugestão é de que o engasgo da autora seja no ânus e com um alimento que alude ao pênis. O ânus é uma das zonas erógenas[29] descritas por Freud pelas quais passa a criança em seu desenvolvimento.

> É de presumir que a importância erógena dessa parte do corpo seja originalmente muito grande (...) o sentido pleno da zona anal espelha-se no fato de se encontrarem muito pouco neuróticos que não tenham seus rituais escatológicos especiais, suas cerimônias e coisas similares, por eles cuidadosamente mantidos em segredo. (FREUD, [1905], 1996, p. 175-176).

Assim, acompanhando a teoria psicanalítica, muito mais aproximação do que distância dessa fase acomete quem utiliza desses termos para se posicionar contra uma parte de uma obra literária.

Figura 5 – Print Screen do Youtube



Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=8_HEiyIxVFU&t=123s>. Acessado em: 14 out. 2019.

[29] Zona erógena foi o termo utilizado por Sigmund Freud para tratar de parte da pele ou da mucosa em que certas estimulações provocam uma sensação prazerosa de determinada forma.

Já o conjunto de manifestações presentes na figura 5 evoca os filhos, a escola e experiência de leitura escolar, havendo ainda registro de “lamento” quanto ao conteúdo da obra e quanto à suposta incompetência dos profissionais da educação para perceberem o “perigo” constitutivo da produção literária em pauta. Entre os comentários presentes nesta imagem, o segundo demonstra que a pessoa leu o livro na infância e teve uma relação afetiva positiva com o mesmo. Em seguida, agradece o alerta dos comentários que atacaram a obra e a “fizeram ver” o quanto ela é triste e nociva. Ela valida os comentários enquanto definidores de uma nova opinião, e não a própria memória da infância que compreendeu, de fato, espiando de dentro e gostando do livro. Essa frase demonstra que as opiniões negativas sobre o livro em tela se sobrepuseram às próprias memórias de infância.

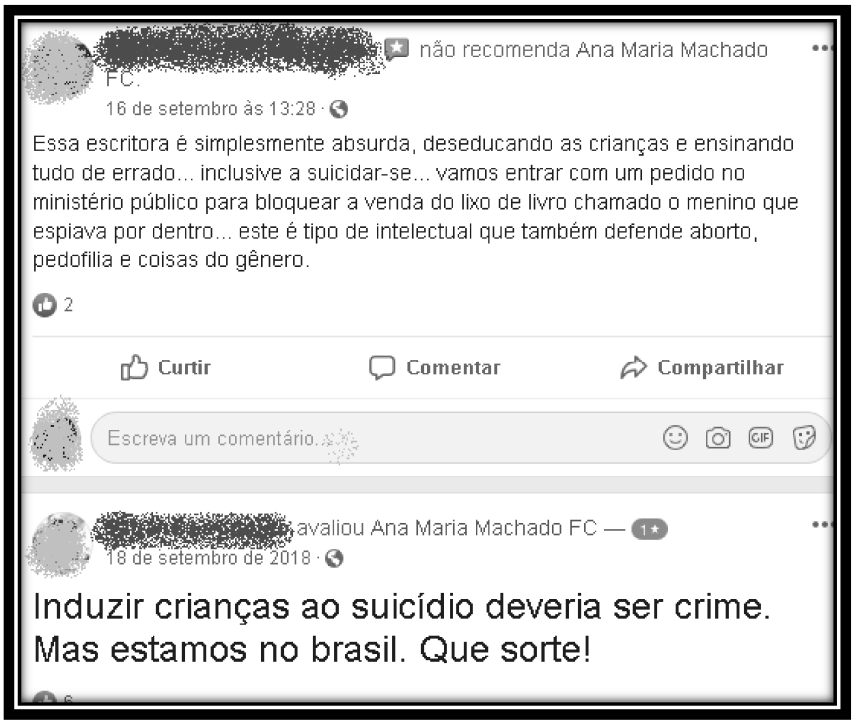
Outro comentário se segue definindo a obra como “absurda”; após, outro: “*Quem escreveu esta porcaria não deve ter filhos*”**.** Além de desqualificar a obra, o comentário atribui à autora o desconhecimento sobre o universo da infância, fazendo inclusive referência à sua vida pessoal.

Porém, nem todas as manifestações foram de rechaço à autora e à obra. Há algum espaço para o dissenso e o contraditório, como se vê nas postagens abaixo (Imagem 6), que buscam retomar a importância do “mundo da imaginação” para as crianças e buscam reafirmar a importância de ler a obra em sua integralidade, sem fazer uma interpretação de partes isoladas.

Ainda em relação a essa polêmica, diversas frases, como as abaixo expostas, preencheram também a página do fã-clube da autora no Facebook[30]. A frase aqui reproduzida coloca a criança no lugar de objeto do outro ameaçador e violento. Ou seja, a infância caracterizada no lugar da fragilidade, diversamente da infância abordada pela psicanálise, por Benjamim, pela teoria literária e principalmente pela autora da obra, Ana Maria Machado.

[30] Disponível em: <https://www.facebook.com/Ana-Maria-Machado-FC-1420003241438754/>. Acesso em: 20 dez. 2018.

Figura 6 – Print Screen do Facebook

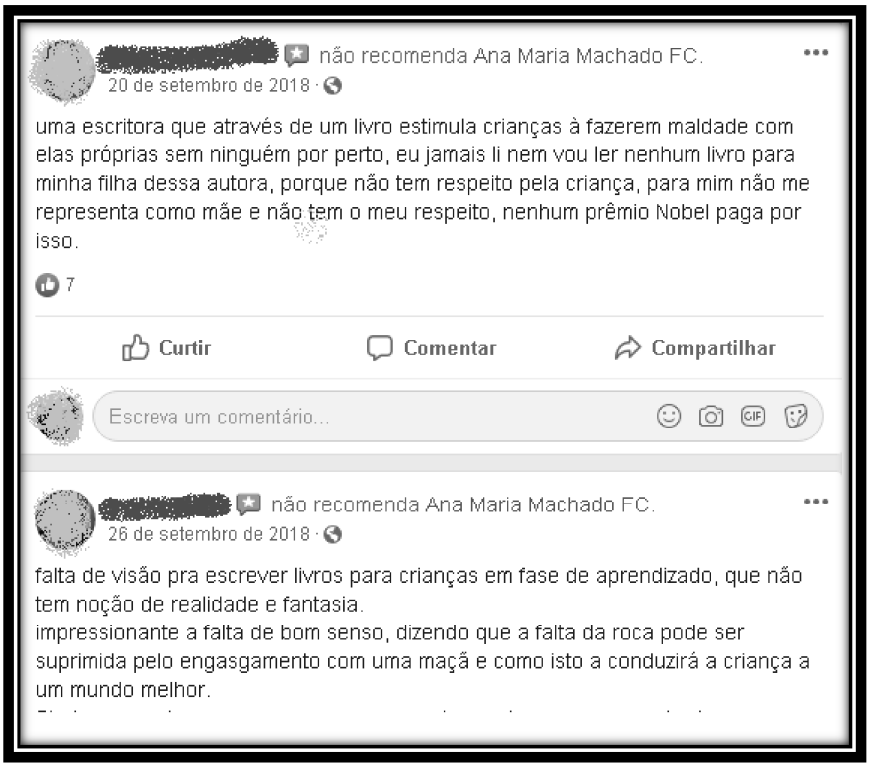


Fonte: – Facebook[31]

Aqui o recurso à denúncia formal entra em cena; pela minha observação, nas postagens, essa sugestão foi seguida de vários comentários que também reafirmam a denúncia. A postagem ainda sugere que, pelo fato de se estar no Brasil (mas escrito em letras minúsculas), a autora não seria punida. Na imagem 6, vemos que a indignação com o suposto conteúdo de *O menino que espiava pra dentro* é estendida a pautas morais, colocando no mesmo plano o suposto incitamento ao suicídio, a defesa do direito ao aborto e a prática criminosa da pedofilia. Há, no mesmo comentário que faz essa aproximação, um não disfarçado ódio aos intelectuais, fazendo a repetição cega de pautas que acusam de ideológicas as que defendem o direito à autonomia das escolhas.

Figura 7 – Print Screen do Facebook

[31] Disponível em: <https://www.facebook.com/pg/Ana-Maria-Machado-FC-1420003241438754/reviews/?referrer=page_recommendations_see_all&ref=page_internal>. Acesso em: 18 maio 2019.



Fonte: Facebook[32]

A partir da imagem 7, observa-se a crença de que as crianças não apresentam o discernimento entre realidade e fantasia, o que poderia ocasionar na repetição de conteúdo dos livros. A análise da obra feita por Elesa Vanessa Kaiser (2015, p. 73) aborda esse ponto: “O próprio título do livro apresenta uma relação com uma das atitudes das crianças, pois o menino espiava, era curioso. O ato de fantasiar permitia-lhe uma relação entre a realidade e o sonhar”**.** Ela cita o trabalho de Paolo e Oliveira (2006), em *O universo da consciência e a personagem,* que destaca:

> Lucas tem como atributo principal e gerador de toda a narrativa a observação, mediadora entre o ver dentro e fora, entre a consciência e a realidade. A ação transcorre num constante paralelismo entre imagens reais e imaginárias, de forma a romper a sucessividade temporal vinculada à reprodução de um passado lendário — a Bela Adormecida, bruxas, duendes, gnomos, ladrões — pela incorporação e transformação dessas imagens na simultaneidade da consciência de Lucas, que funde

[32] Disponível em: <https://www.facebook.com/pg/Ana-Maria-Machado-FC-1420003241438754/reviews/?referrer=page_recommendations_see_all&ref=page_internal>. Acesso em: 18 de maio de 2019.

> passado-presente numa figura que a ilustração capta. (OLIVEIRA apud KAISER 2015, p. 71)

Ana Maria Machado (1985) alerta para a cautela na leitura com as crianças, pois elas ainda não possuem os recursos críticos e nem informações suficientes do mundo real para analisarem o conteúdo das histórias. Que a leitura crítica depende do adulto que lê, de fato, que então a iniciará nesse campo, o que difere em grande parte do último comentário do *post,* que afirma que as crianças em fase de aprendizado "não têm noção de realidade e fantasia".

O adulto que fez a crítica no *post* responsabilizou a autora e o livro ao mesmo tempo em que se esquivou da sua responsabilidade nesse processo de leitura oral com a criança. E uma característica de Lucas é essa diferenciação do que é fantasia e o que era realidade. A história diferencia, de forma clara, a observação de Lucas para as diferenças entre coisas "que todo mundo vê" (MACHADO, 2008, p. 6) e "coisas que muita gente não consegue ver" (MACHADO, 2008, p. 9), mas que ele vê por estar distraído "espiando pra dentro". Essa possibilidade de espiação não é para todos, ela se diferencia da multidão, de um grupo que pretende olhar a letra de forma recortada e morta de recursos imaginativos.

A partir da exposição e análise dos *prints* colhidos das redes sociais à luz do estudo do texto de Freud sobre a psicologia dos grupos (de 1921), considero pertinente abordar a constituição libidinal dos mesmos, também denominados de "massas". Freud trata no texto de agrupamentos de naturezas diversas, os artificiais (igreja e exército) e os grupos que se formam naturalmente, a partir de uma ideia que se alinha ao fenômeno estudado nesta pesquisa.

Os discursos a partir dos comentários em rede apresentam as características que Freud atribuiu aos grupos, pois circulam em torno de afetos exacerbados de raiva e ódio, eliminação de um "inimigo" comum, alerta sobre um perigo, o medo (pânico) coletivo. Pode-se dizer que as características que ele aponta como "a falta de independência e iniciativa de seus membros, a semelhança na reação de todos eles, sua redução, por assim dizer, ao nível de indivíduos grupais" (FREUD, 1921/1996, p. 127), comparecem nessas polêmicas que são nosso objeto de estudo.

Considerando o grupo como um todo, o pensador austríaco continua caracterizando o comportamento típico: “a fraqueza da capacidade intelectual, a falta de controle emocional, a incapacidade de moderação ou adiamento, a inclinação a exceder todos os limites na expressão da emoção e descarregá-la completamente sob a forma de ação” (FREUD, [1921], 1996, p. 127). As ações nesses grupos dependem quase sempre de um reforço por um “outro” e trazem também a influência da sugestão.

Nessa perspectiva, a mãe que postou sua inquietação arremessou a fagulha que incendiou os ataques nas redes que se apresentam identificadas a discursos autoritários e tirânicos de cunho violento. O aprofundamento do estudo sobre os grupos será exposto em capítulo à parte, juntamente com o tema da censura e do silenciamento. Enfim, o que chama mais atenção quando se abordam os grupos é que chegamos a uma falta de originalidade, independência e principalmente coragem pessoal. Os grupos se mantêm a partir do medo, pois este é tratado como um discurso grupal. Os indivíduos se escondem a partir das redes, dos discursos emaranhados, apresentando uma covardia frente à imaginação e ao aprofundamento de questões relevantes e dialógicas. Interessante notar que, ao final do texto sobre grupos, Freud aponta a poesia e os mitos como libertadores e instauradores de um novo lugar, original e corajoso a partir da imaginação para libertar-se dos grupos.

O comportamento de Lucas, a partir desta pesquisa, se diferencia do descrito acima, pelos grupos. A pergunta sobre o engasgo do protagonista que o menino fez à mãe poderia promover um movimento de escuta, deslizamento, acolhimento e possibilidades, se feito de forma dialógica. Eles se voltariam para dentro para refletir e assim imaginar. Mas não: ela foi às redes e isso mobilizou uma massa em rede num discurso emaranhado e violento.

E, assim, os adultos, dentre os que de fato leram, não conseguiram espiar pra dentro da obra, perderam as diversas viagens e aventuras, perderam a oportunidade de fazer da mesa de jantar uma cabana na floresta cheia de animais selvagens e pássaros cantando, olhando-a no seu contexto puramente utilitário de louças, pratos, talheres, comida. Não enfrentaram o mar agitado em um veleiro lutando contra piratas ao sentarem à rede, embora a intenção da mesma seja um chamado à contemplação e nem mergulharam fundo nas

aventuras de um mar cheio de surpresas. Perderam a viagem na nave espacial e o bombardeio de brilhos no céu na luz que entra pelas frestas. Eles leram o livro como sentam à mesa para comer, como se senta à rede, à cama, olhando puramente de forma utilitária o cotidiano. Eles permaneceram no livro enquanto coisa, no lugar da utilidade da mesma.

Vivemos hoje um distanciamento das culturas que foram as nossas raízes. Separamo-nos disso pela velocidade e superficialidade das relações tecnológicas sobre todas as outras relações. O tempo é a última figura de transcendência do pensamento ocidental, e ele vem se reduzindo. A leitura, por sua vez, convoca outro tempo, diverso do tempo da aceleração. Um tempo onde não há satisfações imediatas. Um tempo de fruição, de imaginação, de possibilidades narrativas dialógicas e intertextuais e de fantasia, como do "menino que espiava pra dentro", da Ana Maria Machado. O menino do livro anda no tempo onde a imaginação pode emergir e não submergir, como tem acontecido em larga escala na sociedade adulta. Dessa forma, há sempre uma desconexão com a infância na lógica contemporânea da velocidade, causando o desencontro.

Nas diversas conexões em redes sociais, o sujeito se desconecta do tempo do ser, do humano, da infância, do "espiar pra dentro". As redes emaranham aqueles que andam em velocidade, que não buscam a leitura e o diálogo, enfim, que fazem poucos laços. Como pondera Bauman, "estamos todos numa solidão e numa multidão ao mesmo tempo" (BAUMAN, 2005).

Esse recorte também aponta para uma questão atual que se coloca para os psicanalistas que, como eu, escutam crianças na clínica. Elas chegam encaminhadas por profissionais da saúde, trazidas por pais ou pela escola, com a hipótese diagnóstica de transtorno de déficit de atenção. Françoise Dolto (2005) desabafa a partir de sua escuta psicanalítica sobre crianças trazidas constantemente com "patologias" à clínica. Ela convoca, em seu livro, um olhar para o tema da segurança, tão utilizado pelos pais já naquela época e que trago para a pesquisa por achar pertinente ao momento presente:

> Queremos, portanto, que nossos filhos tenham segurança. Tudo bem! Mas segurança para fazer o quê? Se o preço da segurança é não ter mais imaginação, criatividade, liberdade, eu creio que a segurança é uma necessidade primordial, mas é preciso não

> exagerar. Segurança demais decapita o desejo e o risco que são necessários para se sentir a cada instante “vivo”, “questionado”. O adulto obcecado por segurança a ponto de perder toda a imaginação não terá sido uma criança a quem, nos primeiros anos, nas primeiras semanas, faltou cruelmente a segurança? (DOLTO, 2005, p. 55).

O ato de espiar pra dentro de Lucas se alinha com a minha perspectiva de defesa da leitura, pois as teias da história contada por outro e escritas por um autor se entrelaçam com a nossa própria história, tocando em pontos sensíveis ou não da própria existência. Como aponta Michele Petit,

> Mais do que a decodificação dos textos, mais do que a exegese erudita, o essencial da leitura era, ao que parecia, esse trabalho de pensar, de devaneio. Esses momentos em que se levantam os olhos do livro e onde se esboça uma poética discreta, onde surgem associações inesperadas. (PETIT, 2008, p. 12)

Ana Maria Machado entende, no lugar de criadora, que, “Como esses contos tradicionais são os clássicos infantis mais difundidos e conhecidos, a gente sabe que pode se referir a eles e piscar o olho para o leitor, porque ele conhece o universo de que estamos falando” (MACHADO, 2011, p. 81). Infelizmente, os diversos comentários em rede mostraram não compreender a piscadela da autora ao re-tratar os contos clássicos. Não entraram em sintonia com a obra e parecem ter esquecido os contos que provavelmente os visitaram na infância um dia.

As postagens, em sua maioria, acusam, como vimos, a obra de Ana Maria Machado de induzir as crianças ao suicídio. Expõem o olhar para a criança enquanto um ser frágil e altamente influenciável a estímulos externos. O extremo cuidado ao identificar potenciais riscos à infância pode ser visto como proteção ou medo excessivo contra o que é, em certa medida, necessário ao desenvolvimento do ser humano?

Françoise Dolto (2005) invoca a necessidade que uma criança tem, atualmente, de verbalização sobre a razão de tudo. Assim, a criança pensa que o perigo é uma punição, pois o pai e a mãe são para ela senhores de tudo o que acontece. A proibição sem a verbalização funciona como um ataque à humanização e à motricidade infantil. “Em nossa época, em vez de iniciar a criança na segurança por meio de uma palavra clara sobre a manipulação de

todos os objetos, nós a abrigamos, cercando-a.” (DOLTO, 2005, p. 62). A psicanalista acrescenta que, ao invés de começarmos pela linguagem, tratamos a criança como um corpo perigoso para si mesmo. Isso requer um trabalho para os responsáveis, para que a criança compreenda o que não deve tocar por meio de palavras e não como se puséssemos Édipo[33] em tudo. Assim, a criança não tem a oportunidade de intelectualizar possíveis riscos.

O fato de privar uma criança de riscos cotidianos seria incitá-la a perder o gosto de viver, a deprimir-se ou então a viver perigosamente. Tal proteção excessiva não serviria, no fundo, para dispensar os pais de assumir o próprio papel tutelar junto às crianças? Por este viés, seria então a ausência de experiências e de palavras sobre os riscos cotidianos e não a sua presença que levaria a uma possível perda do gosto de viver. Não terão sido tais adultos crianças privadas de vivências, experiências, palavras e, mais, de tempo para “espiar pra dentro”?

Dolto (2005) acredita que as crianças não têm medo da morte, e questiona então o porquê de os pais não quererem que elas entrem em contato com o tema, já que elas não têm nenhum medo. É um fato que as crianças questionam, e os adultos não terem a resposta não as assusta. Em seguida, a psicanalista se pergunta: “do que têm medo os adultos?”. Eles receiam que elas, não tendo medo da morte, “queiram experimentá-la [...]” (DOLTO, 2005, p. 74). Elas, na medida em que não têm medo, experimentam a morte nas brincadeiras, nas histórias de faz de conta, o que não quer dizer que elas o farão na vida real. Muito ao contrário: pelo fato de poder fantasiar isto, a possibilidade de a criança passar ao ato (suicídio) é infinitamente menor.

A vida emocional e cognitiva nasce dessa leitura remota, que vem das histórias contadas, que afagam, embalam e se entrelaçam em redes de histórias. Dessa forma, ler para o outro é aumentar o número de histórias nessa rede, é entrelaçar o número de afetos. Como também conta Michele Pétit:

> Ler é conhecer a experiência de homens e mulheres, daqui ou de outros lugares, de nossa época ou de épocas passadas, transcrita em palavras que podem nos ensinar muito sobre nós mesmos, sobre certas regiões de nós mesmos que ainda não

[33]“O Édipo, em poucas palavras, é o sexo oposto dos pais proibido de contato; o incesto é proibido de sua realização, mas não de seu desejo imaginário” (DOLTO, 2005, p. 63).

> havíamos explorado, ou que ainda não conseguimos expressar. Ao longo das páginas, experimentamos em nós, a um só tempo, a verdade mais subjetiva, mais íntima e a humanidade compartilhada. (PETIT, 2008, p. 94)

A palavra que acusa, ataca e aponta coletivamente uma obra tem como objetivo a paralisação, o julgamento moral, criminal. Não há um deslize nessas cadeias de significantes, o fim delas é a morte, do corpo, do desejo e da palavra escrita. O fim delas é o sufocamento que tanto temem. Não há possibilidades de diálogo e de criação como aconteceria em uma prática de leitura crítica. Mas, para além disso, pode-se desnudar o que essas palavras nesse fenômeno querem dizer, mesmo que de forma velada. O manifesto é o que vimos: cuidado com as crianças, proteção, zelo; mas o latente só apareceu com a ajuda de algo tão próprio e característico de Lucas, o protagonista da obra, e olhando também para a criança verdadeiramente, a que se lida de forma contemporânea e a própria infância. Lucas, as crianças e Ana Maria Machado não se alinham à "covardia de existir" sobre a qual fala a psicanálise sobre o campo da mania e sobre os grupos. Os *posts* desnudam o véu da covardia em sua forma mais vil, em redes emaranhadas e amedrontadas: a covardia de silenciar as palavras, da arte e da infância, em si e na sociedade[34].

2.2 "A triste história de Eredegalda" e os silenciamentos em torno do abuso sexual às crianças na sociedade brasileira

Este subcapítulo se inicia com a análise do conto de origem ibérica que remonta à Idade Média, recontado e cantado ao longo de décadas. A personagem principal de "A triste história de Eredegalda" é parte de uma realidade de violência que se assemelha à de diversas meninas e mulheres não só no Brasil, mas no mundo. A análise percorrerá a palavra poética do conto-cantiga, mas também os desdobramentos nas redes sociais provenientes desta leitura, que envolveu a retirada de exemplares de diversas escolas e bibliotecas

[34]Parte desse capítulo foi publicado em coautoria com a orientadora do trabalho (Melo e Dalvi, 2019, p. 303-319) e foi também apresentada oralmente no VI Congresso Internacional transdisciplinar sobre a criança e o adolescente do Instituto Langage.

com a participação do MEC. Os referenciais serão principalmente literários, psicanalíticos e no âmbito do direito.

O momento em que chego a este ponto da pesquisa coincidentemente é o da ocorrência de uma pandemia mundial a partir de uma doença (Covid-19) altamente contagiosa e infectante. A exigência de isolamento social para que não ocorra uma alta transmissibilidade e letalidade, como ocorreu em diversos países como China, Itália, Espanha, EUA, é urgente e colocou a população em casa exclusivamente sob o risco de contaminação e propagação[35]. Escrevo de casa, confinada com a família por medidas de segurança individual e coletiva. Somado a esse quadro, um cenário político no Brasil de autoritarismos e reivindicações ditatoriais, tanto do governo federal quanto de parte significativa da população, que pede nas ruas uma intervenção militar com o fechamento do Congresso e do Supremo Tribunal Federal contrariando a constituição[36]. Durante a gravíssima pandemia, os meios de comunicação que veiculam as notícias atualizadas sobre os dados da doença são constantemente atacados. Enfim, confinamento, silenciamento, violência, ódio é o ambiente em que se tem vivido no Brasil contemporâneo. É desse lugar que parte a minha análise do conto que teve o confinamento como objetivo, quando foi alvo de duras críticas e retirado de circulação dos espaços de leitura, especificamente, em 2017.

Simultaneamente, percorro a história de Eredegalda, personagem principal do reconto ao qual o confinamento é imposto como castigo pelo pai, que desejava a menina (filha) como mulher (esposa). Viveu limitada a três torres, podendo se alimentar somente de carne salgada e sem poder beber água. Dessa forma, permaneceu chorando lágrimas de sangue e sem receber ajuda da mãe e das irmãs, embora tenha pedido socorro a cada uma delas.

[35]Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-51713943>. Acesso em: 10 maio2020.
[36]Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/04/19/bolsonaro-discursa-em-manifestacao-em-brasilia-que-defendeu-intervencao-militar.ghtml>. Acesso em: 20 abr. 2020.

Figura 8 – Ilustração do conto

Fonte: BRANT (2003)

A seguir, o conto, retirado do livro *Enquanto o sono não vem* (2003):

Eram três filhas de um rei.
Todas três eram belas.
A mais bela de todas
Eredegalda se chamava.

Um dia, seu pai lhe disse:
- Se quiseres casar comigo,
Serás a minha esposa,
E tua mãe, nossa criada.

- Isso não, querido pai,
Isso não pode ser,
Prefiro ficar fechada
Do que ver minha mãe criada.

Então o rei mandou construir três torres
E trancou Eredegalda dentro.

Só poderia comer carne salgada
Sem beber um copo d'água.

Eredegalda saiu chorando,
Chorando lágrimas de sangue.
Subiu à primeira torre
Para ver quem avistava.

Avistou suas irmãs,
Que na praia passeavam,
E disse: - Irmãs queridas,
Vêm me dar um copo d'água.

- Não lhe damos um copo d'água,
Pois papai já nos jurou
Pela ponta da sua espada
Se te dermos um copo d'água.

Eredegalda saiu chorando,
Chorando lágrimas de sangue,
Subiu à segunda torre
Para ver quem avistava.

Avistou a sua mãe,
Que na sala descansava,
E disse: - Ó mãe querida,
Vem me dar um copo d'água.

- Não lhe dou um pingo d'água,
Pois seu pai vai me matar,
Com a ponta da sua espada,
Se eu te der um copo d'água.

Eredegalda saiu chorando,
Chorando lágrimas de sangue.
Subiu à terceira torre
Para ver quem avistava.

Avistou seu triste pai,
Que num jardim de rosas passava,
E disse: - Ó pai querido, o favor
De me dar um copo d'água.

- Não te dou um copo d'água,
Pois tu não quiseste ser minha.
Serias a minha amada;
Tua mãe, nossa criada.

Eredegalda saiu chorando,
Chorando lágrimas de sangue,
E disse: - Pai, se é a mim que tu queres,
Toma lá minha mão esquerda.

Vou mandar três cavaleiros,
Cada qual com um jarro d'água.

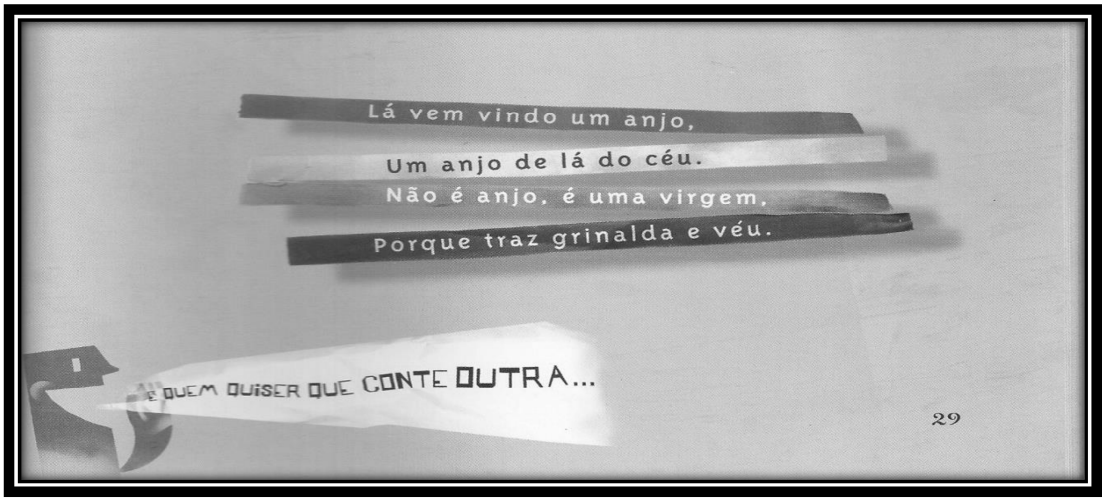
Aquele que chegar primeiro
Casará com Eredegalda.

Todos três chegaram juntos
Mas Eredegalda já estava morta,
Acompanhada de quatro anjos
E Jesus perto da porta.

O conto possui, como se vê, uma estrutura fixa, com quadras de versos heptassílabos (em sua maioria) e estruturas paralelísticas. Essa escolha formal, além de repetir uma forma popular que favorece a memorização, mostra a reiteração da situação de Eredegalda, sem perspectiva de novidade que altere o rumo dos acontecimentos.

Ao final do conto, a obra de Brant (2003) ainda apresenta a seguinte estrofe, como se pairasse solta na página do livro, como em um voo:

Figura 9 – Ilustração do conto



Fonte: BRANT (2003) p. 29

“A triste história de Eredegalda” é um dos oito contos provenientes da cultura popular, parte do livro *Enquanto o sono não vem* (2003), de José Mauro Brant com ilustração de Ana Maria Moura, publicado pela editora Rocco. Ele tem raízes Ibéricas na Idade Média, no romance cantado de nome *Delgadinha,* que também aborda o incesto e apresentou diversas versões, como consta em pesquisa na Universidade Federal da Bahia com a autoria de Doralice Fernandes

Xavier Alcoforado (2008, p. 143-156).

Em junho de 2017, 93 mil exemplares deste livro que acolhe o conto foram recolhidos de escolas públicas e bibliotecas do estado do Espírito Santo, local desta pesquisa, pelo fato de os ocupantes do Ministério da Educação (MEC) considerarem imoral e inadequada para crianças de 6 a 8 anos, “uma obra literária que fora avaliada, recomendada, adquirida e distribuída por meio do Pacto Nacional pela alfabetização na Idade Certa” (DALVI, 2019a, p. 140).

Na matéria veiculada pela imprensa local, afirma-se que todas as secretarias de Vitória, Serra e Vila Velha emitiram pareceres técnicos e suspenderam a utilização imediatamente. Porém, a nota técnica emitida pelo Centro de Alfabetização, Leitura e Escrita (Ceale) da UFMG, após parecer minucioso, não considerou motivo para suspensão da obra, alegando que

> não se pode aceitar que obras literárias como o livro *Enquanto o sono não vem* sirvam para reeditar práticas censórias de controle da leitura e da criação artística que deveriam ser apenas parte da memória histórica de nosso país [...]. A nossa compreensão do mundo não pode prescindir da liberdade que a obra literária se vale para ilustrar a dimensão da condição humana.

Figura 10 – Capa do livro *Enquanto o sono não vem*

Fonte: BRANT (2003)

O movimento contrário à leitura adentrou as escolas e foi veiculado pela mídia local do Espírito Santo[37] e em seguida pela mídia nacional[38]. As redes sociais mostraram as teias de comentários, a partir de postagens que compartilharam as reportagens das mídias. No espaço para comentários que se segue às próprias reportagens, surgiram diversos com conteúdos inflamados, como no caso que envolveu a obra de Ana Maria Machado, porém com algumas diferenças no que concerne ao tema que os circundou. Nesse caso, o tema do incesto. A presente análise enfocará o reconto e os comentários em rede. Os comentários serão apresentados e analisados levando em conta que eles formam um desenho maior, social e político no contexto brasileiro.

Sobre a atitude do MEC, Maria Amélia Dalvi utiliza uma palavra que cabe nesta pesquisa de forma geral: "sintomático". Sintoma do "momento social que vivemos e da potência da obra de arte literária para detectar e trazer à luz algumas chagas de nossa realidade histórica." (DALVI, 2019a, p. 141). A partir do olhar para esse sintoma social, lido a partir do desenho do emaranhado que se formou nas redes sociais e que fez a inversão da autoria da violência, é que se dá a análise. O "culpado", ao invés de ser quem pratica a violência do abuso, do silenciamento e do confinamento, é quem narra. Fato que acontece em grande parte quando mães chegam a denunciar os pais abusadores dos filhos. Estas postagens em rede denunciaram a arte que mostra, a literatura que tem a função humanizadora cunhada por Candido (1995) e Mortatti (1987) e que apresenta as chagas nos diversos espaços onde são lidas – e mais particularmente o poema, por sua linguagem ainda mais condensada, como o discutem Dalvi e Santos (2020, p. 85-99).

O reconto, nesta versão apresentada, é narrado em verso, em 16 estrofes de 4 versos cada – e, talvez, a estrutura muito equilibrada da composição tenha relação dialética com seu oposto, a dificuldade de compreender e enfrentar uma situação difícil como aquela que é narrada. Nesse sentido, a organização do texto ajudaria a trazer para o conteúdo vivencial um certo chão, de onde se

[37]Disponível em: <https://g1.globo.com/espirito-santo/noticia/livro-infantil-que-sugere-casamento-entre-pai-e-filha-e-retirado-de-escolas-no-es.ghtml>. Acesso em: 22 abr. 2020.
[38] Disponível em: <https://www.otempo.com.br/mec-recolhe-de-escolas-livro-com-polemica-sobre-incesto-1.1484088>. Acesso em: 22 abr. 2020.

poderia partir.

José Mauro Brant, o autor, é também contador de histórias e *performer,* o que confere a ele um lugar de contato pessoal nas trocas narrativas com adultos e crianças, assim como apontado na citação abaixo:

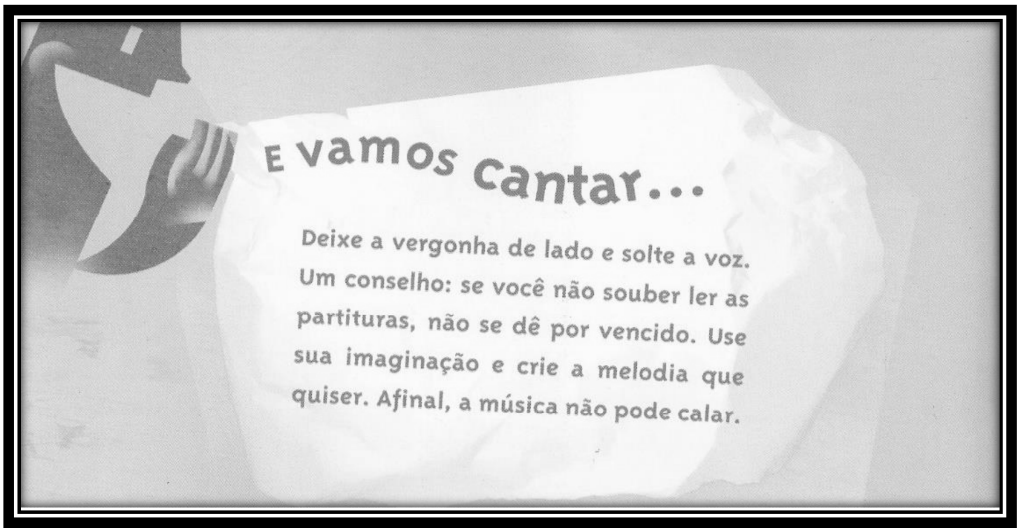
> O texto literário, ao empregar o corpo e a voz do contador como mecanismo de transmissão de histórias, abre-se para uma multiplicidade de conexões, em que ele é capaz de modificar e deixar-se modificar. As sensações corporais, sonoras, visuais e táteis da performance permitem que o texto afete não apenas seu espectador, mas também a cidade, ao constituir-se como parte da geografia local. Se a escola não é o espaço exclusivo da circulação literária, natural é que práticas de ensino da literatura apreendam e dialoguem com outras instâncias de produção e circulação literária. (FERNANDES, PLATT, 2019, p. 232)

Deste lugar de contador, ele comenta sobre a censura ocorrida ao livro:

> Percorri o Brasil com uma peça em que essa história é contada. Nunca provocou essa reação [...]. Não é a compra do livro que faz a formação do leitor. É necessário espaço para discutir os textos, instrumentos valiosos para se estudar realidades locais (FORMENTI, 2017, p. 2 apud FERNANDES, PLATT, 2019, p. 232)

Ele é apresentado também em forma de canto, a partir de partitura na página 53 do livro:

Figura 11 - Página do livro *Enquanto o sono não vem*



Fonte: (BRANT, 2003, s.p)

Figura 12 - Partitura da cantiga

Fonte: (BRANT, 2003, s.p)

Sobre a musicalidade da obra, a nota técnica do Ceale / UFMG aponta:

> No caso da obra em questão, tem-se recontos, ou seja, textos com uma autoria que guardam as características temáticas e estilísticas da tradição oral. Um exemplo disso é a forte ênfase na musicalidade dos textos, como acontece com os versos correspondentes a cantigas entoadas pelas personagens, que são repetidas e reproduzem na escrita o caráter mnemônico da cultura oral. Esta musicalidade é bem próxima do universo das crianças e é por elas apreciada, sobretudo num momento de recepção que envolve leitura dramatizada.[39]

O título abre a porta do conto ao leitor, e o convida a percorrer uma sofrida história. E nomeia: A história de Eredegalda é *triste*. O título aponta para o sentimento que percorre toda a construção do conto. Ele não trata do engodo e muito menos de silenciamento.

Eredegalda era vista pelo pai como a mais bela dentre as filhas, por este motivo foi escolhida em casamento. Ser bela, no conto, era sinônimo de tristeza, pois, a partir desse olhar e da negativa à investida do pai,ela perdeu o lugar de filha. Vide:

[39]Disponível em:<http://ceale.fae.ufmg.br/app/webroot/files/uploads/Random/Nota%20t%C3%A9cnica%20livro%20Enquanto%20o%20sono%20n%C3%A3o%20vem.pdf>. Acesso em:11 abr. 2020.

- Não te dou um copo d'água,
Pois tu não quiseste ser minha.
Serias a minha amada;
Tua mãe, nossa criada.

Ao mesmo tempo em que a ameaça de tirar a água necessária à sobrevivência, o pai incestuoso/abusador promete amor. Reflete, com isso, a confusão que sempre acompanha uma relação incestuosa e abusiva: o pai abusador provoca na filha o conflito entre o amor, consentimento, respeito e o entendimento de que se trata de violência. Ama-se, porém, só ela for o objeto de *uso* dele – e não do lugar do cuidado paterno da segurança. Assim, segundo essa proposta paterna, a mãe sairia do seu lugar e Eredegalda o ocuparia. A mãe seria então a criada de ambos.Eredegalda, a partir da violência desse desejo incestuoso do pai, perdeu o pai e a mãe. Ela recusou e não foi mais "criada" (no sentido da proteção e do cuidado) por ele e pela mãe – pois ela, sim, precisava ser ainda cuidada, criada e amparada por pais responsáveis e adultos.

Eredegalda, no conto, foi torturada a partir de sua negativa à proposta paterna. A tortura e a violência de lhe ser tirada a liberdade de ir e vir, o alimento e a água. O corpo da menina foi privado da mobilidade e dos encontros constituintes e necessários a sua idade, por não aceitar ser objeto do pai. O conto clareia o lugar de objeto depreciado de todas as mulheres da família. E não só dentro deste conto; expõe a "chaga" histórica, como refleteMaria Amélia Dalvi (2011), acerca da violência cotidiana sofrida por várias mulheres no Brasil e no mundo. Isso aparece no medo da mãe e das irmãs que culmina na conivência com o crime.

Elas não ajudaram Eredegalda, nem com o alimento e nem com a água. Tornaram-se, assim, coniventes. Como nos diversos casos de abusos nos quais o medo de quem detecta maus tratos e abusos a crianças e adolescentes é o maior responsável pela subnotificação, tanto por parte dos membros da própria casa quanto de outros espaços nos quais a criança ou o adolescente convive e nos quais tenta falar[40].

[40] ROLIM, Ana Carine Arruda et al. Subnotificação de maus-tratos em crianças e adolescentes na Atenção Básica e análise de fatores associados. In: **Saúde Debate**(Rio de Janeiro). V. 38, n.

A incredulidade nos sistemas de proteção é uma das causas das subnotificações, entre outras de ordem histórica e social. O problema não é de fácil manejo, devido às deficiências das redes de proteção, das conduções e dos encaminhamentos legais ao caso e também de um componente subjetivo e histórico. Cada adulto que se depara com as próprias narrativas de violência na infância, sejam as de acolhimento ou das negligências, se depara com as palavras que não foram ditas, as violências contra as mulheres não nomeadas e amparadas devidamente pela sociedade ao longo da história; enfim, se depara com as histórias que não foram contadas, que foram silenciadas ao longo de décadas. Retomo o conto, para refletir sobre o verso que segue as negativas de seus pedidos de socorro a todos da casa:

> Eredegalda saiu chorando,
> Chorando lágrimas de sangue

Percebe-se a semelhança com as santas que são noticiadas possivelmente chorando lágrimas de sangue[41]. A história de Eredegalda, sendo reconto de origem medieval, também remonta às diversas histórias das santas da igreja católica que são contadas nas missas e catequeses para crianças, inclusive da mesma idade para a qual seria destinado o conto em questão nas escolas. As narrativas de santas ao longo da história da igreja católica contam sobre a resignação e o sofrimento das mulheres que foram santificadas. O sofrimento nestes espaços é apresentado enquanto um valor necessário para a santificação. As santas, costumeiramente, são mulheres com histórico de violências diversas. Importante apontar que o discurso fundamentalista religioso e conservador cristão está entre os que justificam o ataque a obras literárias em prol de um "bem comum" para a sociedade desde a Idade Média. Tal mecanismo será mais bem delineado no capítulo sobre censuras e silenciamentos. "Nesse sentido, é importante lembrar que temas como estupro, pedofilia, fratricídios,

---

103, p. 784-804 (out.-dez., 2014). Disponível em: https://www.scielosp.org/article/ssm/content/raw/?resource_ssm_path=/media/assets/sdeb/v38n103/0103-1104-sdeb-38-103-0794.pdf. Acesso em: 07 nov. 2019.

[41]Fontes da informação: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2003/030218_santacs.shtml, https://pt.aleteia.org/2017/05/31/nossa-senhora-que-chora-hostia-que-sangra-manto-que-muda-de-cor-acreditar/,https://www.metrojornal.com.br/social/2018/12/03/video-imagem-da-virgem-maria-possivelmente-chora-sangue-e-faz-milagres-na-argentina.html . Acesso em: 15abr. 2020.

violência, alcoolismo, sequestro e incesto, por exemplo, estão tematicamente presentes até na Bíblia”[42].

Neste viés, destaco também o olhar de Eredegalda para o pai:

> Avistou seu triste pai,
> Que num jardim de rosas passava

Eredegalda, apesar da violência imposta pelo pai, enxerga nele a tristeza e ainda lhe implora a água, após tentativas frustradas dos pedidos para as irmãs e mãe. Freud explica o sacrifício como característica constante no ritual de antigas religiões: “(...) o sacrifício nada mais era que ‘um ato de companheirismo entre a divindade e seus adoradores’” (FREUD, [1913], 1996, p. 150). Ademais,

> A psicanálise dos seres humanos *de per si*, contudo, ensina-nos com insistência muito especial que o deus de cada um deles é formado à semelhança do pai, que a relação pessoal com Deus depende da relação com o pai em carne e osso e oscila e se modifica de acordo com essa relação e que, no fundo, Deus nada mais é do que um pai glorificado (FREUD, [1913], 1996, p. 150).

Sobre o romance *Delgadinha,* que está na raiz do conto de Eredegalda:

> Nesse romance, o conflito se estabelece entre duas ordens: a autoridade divina e a autoridade paterna. A protagonista se vê diante do dilema: como filha, deve obedecer ao pai, que também é rei; como cristã, deve obediência aos preceitos morais da sua religião. Como ela pode ao mesmo tempo atender a essas duas instâncias sem desrespeitar a uma delas?[43]

A incoerência desse discurso está posta de forma nociva e devastadora na sociedade brasileira. São diversos os “pais” autoritários, justificando atrocidades em prol de um “bem comum”. Como ainda canta o “Rock’n’Roll” de Nando Reis:

> Conservadores e liberais usam as redes sociais
> Pra divulgar os seus boçais ideais medievais
> Como se fossem os dez novos mandamentos

---

[42] Disponível em: <http://www.ceale.fae.ufmg.br/app/webroot/files/uploads/Random/Nota%20t%C3%A9cnica%20livro%20Enquanto%20o%20sono%20n%C3%A3o%20vem.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2020.

[43] Disponível em: <http://revistaboitata.portaldepoeticasorais.inf.br/site/arquivos/revistas/1/12.%20A%20delgadinha%20um%20inconcilivel%20conflito%20de%20obidincia.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2020.

> Em presídios superlotados
> Homens trancafiados, sendo decapitados
> Seus corações arrancados
> Já não causam mais nenhum estranhamento.[44]

Dessa forma, o reconto apresenta elementos religiosos e arquetípicos. Por este motivo, é medieval e retorna como pauta atual e urgente. O discurso medieval se atualiza na contemporaneidade naturalizando a barbárie do silenciamento do desejo e das negativas às ordens impostas pelos "reis-deuses" da atualidade.

Eredegalda apresenta a força da negativa, mesmo sob o preço da própria morte. O corpo da menina-filha foi privado de água e secou até morrer. Foi retirado o básico que alimenta a existência, mas ela ousou resistir, pois não aceitou ceder ao desejo onipotente e autoritário do "pai rei-deus". Seu corpo também não pode circular; preço imposto, punição (penitência?) por não obedecer às imposições paternas. Sua voz não foi escutada, nem pelo pai e nem pelo entorno, também violentado e silenciado. Ao final, possivelmente em desespero pela falta de água e comida, aceitou ceder a mão esquerda (note-se: a mão que recebe a aliança de casamento) para o pai, que propôs o desafio com os três cavaleiros que, quando chegaram às torres, já encontraram Eredegalda morta.

Busco refletir aqui sobre as referências ao número "três" no conto: são três filhas, três torres e três cavaleiros. As três torres que remetem às construções medievais têm alturas diferentes. Eredegalda vai subindo em cada uma para implorar aos seus o socorro que a manteria viva. Quanto mais ela sobe, mais ela pode constatar que não era escutada– e da torre mais alta (e da qual, possivelmente, tinha o melhor horizonte ou ponto de vista de sua situação) morreu. Ao final, há o desafio colocado pelo pai, envolvendo três cavaleiros, de modo que o ganhador teria a mão de Eredegalda. O número três na psicanálise remete ao triangulo parental, que, no Complexo de Édipo cunhado por Freud, diz do triangulo pai, mãe e filha(o). Pode-se explicá-lo como um conjunto das relações que a criança constrói com as figuras parentais e que formam uma espécie de rede, principalmente inconsciente, de representações e afetos entre

[44]Disponível em: <https://www.letras.mus.br/nando-reis/rock-n-roll/>. Acesso em: 14 jul. 2020.

a mesma e as funções paterna e materna.

A entrada no Complexo de Édipo se dá na transmissão da interdição do incesto. A renúncia a essa situação se dá face à ameaça paterna de castração. Assim, no coração do Complexo de Édipo, está a castração (operação simbólica), que pode ser compreendida como uma renúncia, uma perda do gozo necessária à entrada do sujeito na ordem simbólica.

É papel do adulto responsável, sabendo-se alvo das pulsões das crianças, drená-las e não realizá-las. É a partir da castração e da interdição que se possibilita o ingresso no mundo simbólico. Por este motivo, há o traço devastador de ruptura e violência no âmbito do desenvolvimento simbólico na infância ou adolescência nos casos de abuso sexual.

O conto explicita a fragilidade nesse laço a partir da violência do abuso, da negligência e do silenciamento. O pai se coloca no lugar de um deus onipotente, tirano e soberano sobre todas as mulheres da família. Esse pai não está só no conto. Ele se encontra espalhado em diversos lares, tanto silenciando e ao mesmo tempo deixando transparecer uma normalidade e um amor pelos filhos e pela família. Ele também está nas redes, requerendo uma suspensão de um tema que clareie que isto se trata de violência. As diversas mulheres que também comentaram nas redes no coro de ataque à obra, possivelmente a partir das próprias negligências também intentaram silenciar a obra e de forma latente as histórias.

Enfim, a história de Eredegalda partiu de um romance medieval Ibérico, foi contada e recontada diversas vezes e de diversas formas, com modificações no nome da personagem e no enredo, e em diferentes países e momentos históricos, resistiu ao longo do tempo e foi colocada em xeque em 2017:

> O romance tradicional ibérico, narrativa cantada que tem origem na Idade Média, sobrevive ainda hoje em várias partes do mundo, não apensas em decorrência da expansão dos domínios dos países ibéricos, mas também em razão da perseguição religiosa aos judeus no século XV. Dessa forma, os judeus espanhóis ou sefarditas que não aceitaram negar sua religião foram expulsos da Península, fixando-se ao Norte da África e na Ásia Menor. Com eles foram levadas suas crenças, sua língua e seu imaginário.
>
> Com esses deslocamentos, a tradição oral ibérica se dissemina por outras plagas e, ao longo dos anos, passa a interagir com o

> novo contexto, recriando-se e adaptando-se a ritmos, valores e gostos locais, mas também, em contrapartida, preservando e difundindo valores e saberes ibéricos. (ALCOFORADO, 2008, p. 143)

O romancese apresenta, nesta via, enquanto resistência à perseguição religiosa já no século XV, e carrega em seu bojo, mesmo que com diversas alterações nos nomes da personagem principal (pois são diversas mesmo as meninas e mulheres que sofrem o que Eredegalda viveu), o histórico de silenciamento a uma narrativa de violência.

Nos registros do Romanceiro Ibérico da Bahia, conforme Alcoforado (2008), constam 241 versões publicadas. Deste acervo existem 21 versões de *Delgadinha,* o que atesta que esse romance ainda é presente na memória do estado da Bahia. Há variação do nome da personagem principal ao longo das décadas de recontos. O autor José Mauro Brant informa que esse conto faz parte do seu repertório há 25 anos e o livro *Enquanto o sono não vem* já foi publicado há 17 anos[45]. A partir da medida que culminou na sua retirada dos espaços de leitura e de trocas narrativas nas escolas pelo MEC, o conto se tornou alvo de acusações nas redes sociais Facebook e Youtube.

Apresento imagens retiradas dos espaços das redes com os comentários inflamados acerca do contexto apresentado:

[45]Disponível em: <https://g1.globo.com/espirito-santo/noticia/autor-de-livro-que-sugere-casamento-entre-pai-e-filha-atribui-polemica-no-es-a-falta-de-capacitacao-de-professores.ghtml> . Acesso em: 04jul. 2019.

Figura 13 – Print Screen do Youtube

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=NDM5srhbHqk>. Acesso em: 15 abr. 2019.

A figura 13 inicia com a sugestão de prisão para quem liberou esse livro para as escolas sem aprofundamento do tema e foi seguido pelo 2° comentário, que levanta possíveis “vacilos” do MEC, que em diversos comentários aparece ocupando o lugar de “inimigo comum” nocivo às crianças, que estariam então protegidas em casa. Importante salientar que o conto ocorre em casa (no caso, o castelo) e não em ambiente escolar, e é nesse âmbito privado que se mantém o maior índice de violência contra crianças e adolescentes[46]. Contra meninas ocorre em um percentual de 62,2% mais casos de violência sexual doméstica do que ocorre com meninos.

[46]Disponível em: <https://www.sbp. com.br/imprensa/detalhe/nid/233-casos-de-violencia-fisica-ou-psicologica-contra-criancas-e-adolescentes-sao-notificados-todos-os-dias/>. Acesso em: 09 out. 2020.

Figura 14

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=NDM5srhbHqk>. Acesso em: 15 abr. 2019.

A figura 14 foi retirada em *print screen* de comentários atuais no Youtube, após um vídeo de 10 anos atrás, no qual um aluno recita o conto para os colegas na escola Silene de Andrade. Acusam a escola de irresponsável, a partir da apresentação do conto.

As frases compartilhadas têm em comum palavras que definem o conto como absurdo, imoral, ridículo. Percebe-se somente um comentário enfatizando a boa atuação do aluno à frente do conteúdo da obra. A 5° frase se assemelha à utilizada pelo atual presidente no período eleitoral de 2018 contra o candidato Fernando Haddad[47]. A campanha foi baseada em *fake news,* com diversos

[47] Disponível em: <Bolsonaro mente ao dizer que Haddad criou 'kit gay' | Brasil | EL PAÍS Brasil (elpais.com)>. Acesso em: 10 ago. 2020.

conteúdos de cunho violentos e enganosos, porém o ataque à suposta abordagem de temática relacionada à educação sexual nas escolas foi reproduzida em massa, sem o devido conhecimento da veracidade por pessoas da sociedade. Neste comentário, a pessoa responsabiliza Haddad, que fora ministro da educação do governo anterior, de 2005 a 2012. A última frase (6° frase) utiliza a palavra “absurdo” para a história de um possível “insesto” [sic] entre pai e filha e para inseri-la no ambiente escolar. Demonstra, com isso, claramente uma desorganização argumentativa e falta de coerência reflexiva.

A postagem a seguir refere-se à seguinte pergunta (em forma de enquete): “Você é a favor ou contra este tipo de didática em sala de aula?”.

Figura 15

Disponível em: <https://www.facebook.com/search/top/?q=a%20triste%20hist%C3%B3ria%20de%20eredegalda&epa=SEARCH_BOX>. Acesso em: 22 abr. 2020.

Na imagem 15, uma pessoa lançou uma “enquete” na rede social Facebook com a pergunta “Você é a favor ou contra este tipo de didática em sala de aula???”. E os comentários foram os apresentados acima. Nesta figura todos foram contra e as palavras absurdo, ilegal, imoral, ridículo foram se apresentando sequencialmente, como nas figuras anteriores. No 2° comentário, junto ao voto “contra”, se mostra conteúdo religioso associado, como foi exposto no subcapítulo anterior de análise da obra *O menino que espiava pra dentro*. “Plenamente contra. o Brasil está virando um país sem moral, isso é o satanás entrando na vida das pessoas pra fazer desgraça!!!”. Este ponto da censura relacionada ao discurso religioso será trabalhado adiante. O 9° comentário lança a expressão “Marxismo cultural”. Tal expressão é utilizada por segmentos de direita em diversos países e, no caso do Brasil, por membros do atual governo federal e seguidores, para definir a perspectiva defendida pela esquerda a favor da pauta cultural e contra o poder pelo uso da violência e das armas.

De acordo com Michel Goulart, a utilização deste termo provém de 1990 e seus primeiros articuladores são “cristãos fundamentalistas, ultraconservadores, supremacistas – enfim, a extrema-direita estadunidense” (SILVA, 2020, p. 78 apud COSTA, 2020, p. 37-38):

> No entendimento desse setor, a instituição precursora do marxismo cultural foi a Escola de Frankfurt pelas seguintes razões: imigrou para os Estados Unidos em sua fuga ao nazismo, é constituída por judeus, combinou as teorias dos judeus Marx e Freud e, sobretudo, promoveu a arte moderna (combatida pelos nazistas, como já vimos), contaminando o espírito da contracultura dos anos 1960. Em suma, a Escola de Frankfurt seria uma instituição de fachada do comunismo (SILVA, 2020, p. 78 apud COSTA, 2020, p. 38)

Esse setor parte da crença de que os progressistas e educadores de esquerda ensinariam sexo e homossexualidade[48] às crianças e teriam a intenção de destruir as “famílias de bem”, colocando em risco o pensamento religioso cristão.

O que Michel Goulart da Silva apresenta como o esteio desse termo

[48] Disponível em: <https://educacaointegral.org.br/reportagens/projeto-de-lei-preve-prisao-de-docente-que-falar-sobre-ideologia-de-genero/>. Acesso em: 20 nov. 2020.

utilizado é

> [...] um embate que não se resume a uma disputa de narrativas, mas que se dá entre racionalismo e irracionalismo, conhecimento científico e senso comum. Os defensores de um suposto domínio do “marxismo cultural” na sociedade parte de uma percepção completamente distorcida da realidade, mostrando falta de compromisso com a análise e a interpretação da realidade concreta. (SILVA, 2020, p. 81)

No que tange ao ataque a uma obra infantil, o termo utilizado, assim como outros constantes nas redes, apresentam a intenção ideológica de manipulação consciente da criança e da sociedade contra os temas que na verdade construiriam um possível pensamento reflexivo.

Figura 16

Disponível em: <https://www.facebook.com/NemaDjizas/videos/10212352031542518/> . Acesso em: 27 abr. 2020

A figura 16 explicita a partir do 1° comentário a referência ao presidente em exercício como mobilizador de afetos e multidões. Interessante notar o discurso autoritário deste, que entre tantos outros comentários apoia claramente a violência contra um possível “inimigo”**.** O atual presidente, além de inúmeras manifestações discursivas de legitimação do uso da força física e da violência contra inimigos, notabilizou-se pela defesa do coronel Brilhante Ustra, que

torturou a ex-presidenta Dilma no período da ditadura militar e que foi condenado pela justiça como torturador[49]. Este discurso está posto em parte da sociedade brasileira entre os apoiadores que repetem pautas e aumentam o coro da violência sem pudor, utilizando constantemente aliada a eles a referência a Deus[50]. Como no comentário que termina com a palavra: “amém”, à semelhança do personagem pai de Eredegalda. O 2° comentário foi retirado por apresentar nome próprio e o 3° apresenta uma figura de um homem na iminência de uma agressão. O 4° comentário apontou o conto como incentivador do incesto e novamente apresenta um viés religioso quando convoca a palavra “inferno”. Apresenta palavras soltas sem dar a entender que houve a leitura do conto, somente repetição de palavras já proferidas anteriormente, já que não se sabe se fez a referência ao pai da personagem ou ao autor do reconto inicialmente adquirido e distribuído pelo MEC, demonstrando que, mais do que uma constatação própria, o que se põe é a repetição sem argumentação ou reflexão.

O desenho geral apresentado observado nas redes sociais deixa explícita a repetição de palavras como “absurdo”, “vergonha”, “chocante”, “apologia ao incesto”, demonstrando o quanto a história desorganizou os leitores adultos. Pelos comentários sequenciais, pelo fato de considerarem a obra inadequada, os ataques se auto justificam nas redes, com xingamentos e eliminação, sem qualquer reflexão em um fenômeno de massa, como ocorreu com a obra de Ana Maria Machado.

Aqui o fenômeno de grupo também é preponderante, como foi referido no subcapítulo de análise da obra de Ana Maria Machado. Porém, a diferença é que o movimento da massa raivosa nas redes sociais partiu da reportagem que noticiava a retirada do livro das escolas. Esse movimento que adentrou o MEC foi iniciado pelo deputado citado na reportagem e está interligado ao movimento de massa no país que pede o ensino domiciliar, que acusa e ataca professores nas salas de aula, que fala ao mesmo tempo de proteção a crianças utilizando termos provenientes da religião cristã, enquanto defende uma ala política que

[49] Disponível em: <https://extra.globo.com/noticias/brasil/coronel-ustra-homenageado-por-bolsonaro-como-pavor-de-dilma-rousseff-era-um-dos-mais-temidos-da-ditadura-19112449.html>. Acesso em: 09 out. 2020.
[50] Disponível em: <https://revistaforum.com.br/global/brasil-de-bolsonaro-despenca-em-ranking-da-paz-e-se-consolida-como-um-dos-paises-mais-violentos-do-mundo/>. Acesso em: 09out. 2020.

faz apologia ao uso de armas para a população. A maioria dos comentários explicita uma indignação a partir da constatação de uma relação incestuosa de forma distorcida e não protetiva, atribuindo a autoria do "crime" a quem conta o que ocorreu, e não dialogando ou pensando sobre o conteúdo do conto. Há um clamor pelo maior poder familiar sobre a escolarização das crianças, que, de fato, visa a controlar e vigiar os professores no processo de ensino para que eles não levantem temas que poderiam colocar as(os) alunas(os) a refletirem sobre diversas questões que as(os) envolvem como a sexualidade, a vida e a morte.

Acerca da delicadeza e seriedade do tema e da possibilidade de a leitura do mesmo vir a levantar escombros, encontro uma provável resposta de Maria José Ferrada no artigo de Adolfo Córdova (2017) para a *Revista Emília*[51]:

> Minha preocupação foi a gente perto das crianças. Existem dores que são muito fortes e não se sabe se o outro quer ou não falar sobre eles. Mas também senti que era importante conhecer essa história que foi esquecida.
>
> O mundo é um lugar muito bonito e um lugar que também pode ser muito duro. A literatura deve abordar ambos os rostos se quiser ser sincera.

Dessa forma, não passa pelas respostas cheias do saber e sim por dar suporte na hora de contar essas histórias e no momento posterior também. Trata-se de escuta.

A obra aponta a violência do pai com a filha, nomeando-a *triste* desde seu título, não de forma cúmplice. Ela termina de forma trágica o que se iniciou a partir de autoritarismo, silenciamento e imposição paterna. Sobre o discurso das postagens nas redes sociais no qual se sobressaem o espanto, o ódio e os "gritos" contra a obra, remeto à leitura do poema "Recall da humanidade" de Maria Amélia Dalvi, do qual apresento a primeira estrofe:

> uma menina é estuprada por mais de 30
> *homens*
> na cidade do Rio de Janeiro.
> E as pessoas comentaram na internet que
> *ela*
> é uma vadia – já mãe, e de short, numa festa

[51]Disponível em: <http://revistaemilia.com.br/terrorismo-de-estado-e-livros-para-criancas>/. Acesso em: 04 mar. 2019.

> deveria saber o que se faz
> com quem se mete a ter
> aquilo
> no meio das pernas:
> vagina.
> (DALVI, 2019b, p. 43)

Tal problemática também aparece com contundência na exposição ocorrida na Bélgica de nome “A culpa é minha?”. A exposição de roupas de vítimas de estupro no momento do crime objetivou mostrar o lado da “culpabilização da vítima” nesses casos[52] em um país onde apenas 10% deles são denunciados pela polícia. A impactante exposição de roupas de mulheres visou desmistificar a teoria que circula na sociedade belga na qual as mulheres que foram abusadas sexualmente utilizavam roupas “provocativas”, assim como diz o poema de Maria Amélia Dalvi.

No Brasil, a estimativa de estupros é extremamente alta, ao mesmo tempo em que a proporção das notificações à polícia é muito pequena. Desta maneira, é sintomático o que aparece nas redes sociais (e fora dela também) na forma de ataque e rechaço a uma obra que aborda uma situação de violência de um homem (o pai) contra uma mulher (a filha). Essa é a mesma sociedade que não denuncia casos de abusos contra crianças e adolescentes. O resultado é que as meninas e mulheres permanecem silenciadas e com as marcas das violências por baixo dos muros das torres, das cobertas, dos telhados das casas e dos discursos das “famílias de bem”, costumeiramente aliadas ao discurso religioso prometendo proteção.

A letra da lei não deixa margem de dúvidas quanto à violação da infância e adolescência nos casos de abuso sexual. Mas ela precisa estar não só no papel.

A deputada federal Maria do Rosário, em uma Cartilha[53]informativa e minuciosa sobre a prevenção ao abuso sexual, intitulada “Proteção integral e enfrentamento à violência sexual contra meninos e meninas”, não poupa palavras para descrevê-lo e aponta as formas em que ele aparece, explicitando

---

[52] Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/exposicao-na-belgica-traz-roupas-de-vitimas-de-estupro-para-romper-mito-de-culpa-da-mulher.ghtml>. Acesso em: 18 abr. 2020.

[53]Disponível em: <http://mariadorosario.com.br/wp-content/uploads/2017/03/MariadoRosario_InformativoAbusoCriancaAdolescente_CompletoFechado.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2020.

os possíveis autores. Cabe aqui levantar o fato de que a autora desta cartilha é deputada federal e foi atacada pelo atual presidente da República com a frase "Eu só não te estupro porque você não merece"[54]. A autora, que nomeou de forma direta a violência, aponta que, segundo dados internacionais, a cada 4 meninas, uma será vítima de abuso sexual. A minha experiência clínica na psicologia e psicanálise com meninas crianças e adultas confirma esse dado. Por este motivo, ela pode ser compreendida dentro da violência de gênero. E aponta também que o abuso ocorre dentro de todas as classes sociais.

Quando entramos no campo da escuta e do direcionamento efetivo desses casos para a defesa e proteção, a situação é ainda mais complexa. A maioria dos casos de abusos (60%) não deixa marcas visíveis, mas deixa marcas no comportamento, como: transtornos de sono; isolamento social e depressão; falta de confiança em adultos; baixo rendimento escolar; aversão ao contato físico; mudança de hábito alimentar; hiperexcitação sexual; comportamento autodestrutivo (automutilação); mudanças repentinas de humor; conduta agressiva; xixi na cama; dificuldade de concentração; choro fácil; tentativa de suicídio; entre outras[55].

A criação de leis, cartilhas, protocolos de escuta em diversos espaços e instituições que acolhem a criança aumentou o número de notificação e, consequentemente, de resoluções. Apesar de todo avanço, embora ainda insuficiente, os 30 anos do Estatuto da Criança e Adolescente (ECA)possibilitaram, pela primeira vez, o Brasil contar com um projeto que rompeu com as leis anteriores que tratavam as crianças e adolescentes como "sub-seres, criaturas coisificadas, propriedade de adultos e sem qualquer reconhecimento de seus interesses, de suas demandas e mesmo de suas necessidades" (NAKAMURA, 2020, p. 15). Mas no quesito resolutivo das medidas protetivas ainda há muito a caminhar.

Entramos, porém, em um período político contemporâneo de gritantes retrocessos na esfera da defesa das mulheres e meninas vítimas de violência.

---

[54] Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2014/12/1563973-jair-bolsonaro-o-grito-dos-canalhas.shtml?origin=folha>. Acesso em: 14 abr. 2020.

[55]Disponível em: <http://mariadorosario.com.br/wp-content/uploads/2017/03/MariadoRosario_InformativoAbusoCriancaAdolescente_CompletoFechado.pdf> . Acesso em: 15 abr. 2020.

O desmonte da estrutura dos Conselhos Tutelares em 2020 com o novo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDP)[56], dando novos direcionamentos às conduções desses casos, tendo como base o discurso fundamentalista religioso, apresenta em seu seio o oposto da pauta dos direitos humanos e a defesa da liberdade da mulher. O perigo é que esse cenário de escuta se tornou ainda mais espinhoso pós-eleição 2018. O discurso da religião, como apontado acima, na visão do "deus-pai" mais ofusca e valida a visão de adultos abusadores como o pai da personagem Eredegalda do que os responsabiliza, pois, embora se utilize do termo "defesa", a pauta moral e religiosa está à frente, simultaneamente patriarcal e silenciadora, principalmente quando o abuso é intrafamiliar ou dentro das igrejas. As pautas são vagas, sem palavras claras sobre as medidas protetivas nos casos de abusos. O resultado disso é o maior índice já registrado de casos de estupro no Brasil em 2018, o maior até hoje. "Isso significa que o Brasil registra uma média de 4 estupros por hora contra meninas de até 13 anos."[57]De acordo com os dados, 81,8% são contra mulheres. Segundo Heloisa Buarque de Almeida, "os valores sociais fortalecem a culpabilização das vítimas"[58]. Como ela indica, se trata de um quadro de desigualdade moral, onde a palavra da menina e da mulher é constantemente contestada. Os dados afirmam também que 63,3% das mulheres que foram vítimas deste tipo conheciam o agressor. Maria do Rosário em sua cartilha identifica que um dos motivos da dificuldade em quebrar os segredos em torno do abuso intrafamiliar é o "mito da obediência paterna e da família santificada, em que a criança imagina que tudo o que seus pais fazem é para o seu bem e, além disso, deve obedecê-los"[59].

Silvia Federici, filósofa ítalo-americana, aponta que a Idade Média foi o período no qual se iniciou a perseguição e o sequestro dos corpos, do poder e da liberdade de mulheres com a Inquisição, que eliminava e queimava as chamadas "servas do diabo". Estas eram as consideradas mulheres livres, que tinham o controle sobre seus corpos a partir das atividades enquanto

[56]Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br>. Acesso em: 10 abr. 2020.
[57]Disponível em: <www.oservatorio3setor.org.br>. Acesso em: 27 abr. 2020.
[58] Disponível em:<www.oservatorio3setor.org.br>. Acesso em: 27 abr. 2020.
[59]Disponível em: <http://mariadorosario.com.br/wp-content/uploads/2017/03/MariadoRosario_InformativoAbusoCriancaAdolescente_CompletoFechado.pd>. Acesso em: 15 abr. 2020.

curandeiras, parteiras, agricultoras, entre outras, até os séculos XVI e XVII. Para Federici (2019), a violência contra mulheres na atualidade tem a face tão cruel quanto no passado e é desenhada em relação com o sistema capitalista, na "acumulação primitiva". Este sistema tem a origem na necessidade do capital de destruir o que ele não tem controle, no caso, o corpo das mulheres, que é considerado como produto para a reprodução e manutenção da exploração e acumulação: "pois mesmo nesta época de superautomação, nenhum trabalho, nenhuma produção existiria sem o que é resultado da nossa gestação".

A partir das reflexões de Federici, o que ocorre com as mulheres é a tentativa de controle (colonização), uma brutalização dos corpos. Este ato está estritamente relacionado com a exploração da terra, com as privatizações que ocorrem no sistema neoliberal e que no Brasil estão relacionados ao Golpe de 2016 – claramente um projeto de repatriarcalização. Dessa forma, Franklin Federick, em artigo publicado no Jornal GGN, afirma:

> Não é por acaso que o processo iniciado com o golpe de estado que depôs a Presidente Dilma Rousseff tenha levado à implantação do Governo Bolsonaro. As forças econômicas e sociais por trás da manutenção do Governo Bolsonaro e de suas escolhas. O objetivo maior por trás do golpe e do atual governo sempre foi entregar as riquezas naturais e públicas do Brasil ao capital internacional; ou seja, transformar o Brasil em uma neocolônia. Já a repatriarcalização da sociedade brasileira, fundamental para a manutenção do poder do neoliberalismo, tem sido desde muito tempo a tarefa de certas igrejas evangélicas, como a Igreja Universal do Reino de Deus. Esta repatriarcalização é a responsável direta pelo aumento da violência contra a mulher e por todo o obscurantismo que se alastra e que procura apagar todas as conquistas sociais e culturais que vêm sobretudo das lutas da década de [19]60 do século passado. [60]

As denúncias são constantemente uma nova agressão, visto que são desacreditadas e contestadas. Marisa Sanematsu diz que "A falta de informação dificulta que se alcance a punição. A violência de gênero é naturalizada na sociedade, e acaba por reforçar um sistema de impunidade"[61]. Relata também a necessidade de se ter dados, levantamentos. "A subnotificação é fruto do medo,

[60]Disponível: <https://jornalggn.com.br/artigos/capitalismo-violencia-contra-a-mulher-violencia-contra-a-terra-por-franklin-frederick/>. Acesso em: 25 nov. 2020

[61] Fonte da pesquisa: www.oservatorio3setor.org.br. Acesso em: 27 abr. 2020.

da vergonha e do julgamento que acompanha as denúncias. É inadmissível a vítima se sentir culpada. Nada justifica uma violência"[62].

Na sociedade, porém, "a impunidade é mais frequente do que a repressão em matéria de maus-tratos infligidos a crianças por seus pais. O silêncio da vizinhança cobre as ações do ou dos torturadores" (DOLTO, 2005, p. 31):

> A violação de uma criança pelo pai ou pelo avô é escondida na maior parte do tempo como um segredo de família. Quando a justiça intervém, ela tem dificuldade para distinguir a relação sexual forçada e o ato de violência da relação por resignação e com cumplicidade do ambiente.

Dessa forma, "O não dito prolonga perigosamente o perigo do incesto" (DOLTO, 2005, p. 19). O silenciamento de questões em torno da realização do incesto, isto é, do abuso sexual, é o que o promove e mantém. No capítulo "Sexualidade infantil: o muro do silêncio", Dolto (2005) convoca à importância das palavras no que tange a esse tema nos espaços onde a criança se relaciona, sua casa e as escolas. A autora trata do quão nocivo é o silêncio para a criança, sobre as coisas e os sentimentos que a circundam. A limitação de leituras que abordem temas que tocam nesses silêncios tem o estatuto de maior nocividade do que a leitura de forma crítica, acolhedora, resolutiva e capacitada das mesmas.

Como aponta a deputada federal Maria do Rosário, na Cartilha sobre a prevenção ao abuso sexual[63], diante do fenômeno complexo, difícil e multifacetado que são o abuso e a exploração sexual, se faz necessária uma rede de proteção; para ela, essa rede deve ser composta por órgãos públicos, instituições e pessoas da sociedade civil para romper o ciclo de violências. É obrigação do Estado e da sociedade, como prevê o ECA, proteger as crianças e os adolescentes. Recorto aqui o termo utilizado: redes de apoio e proteção. São estas, na visão de Maria do Rosário, que podem barrar as situações de violência.

As redes apresentadas neste estudo são de ataques, censuras e silenciamento da palavra. Elas não são redes de proteção, embora se

---

[62] Fonte da pesquisa: www.oservatorio3setor.org.br. Acesso em: 27 abr. 2020.

[63] Disponível em: <http://mariadorosario.com.br/wp-content/uploads/2017/03/MariadoRosario_InformativoAbusoCriancaAdolescente_CompletoFechado.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2020.

“apresentem” como tal. O abuso só é combatido com a disposição dos adultos em escutar, de fato, as narrativas de crianças que estejam vivendo essa situação ou os sinais comportamentais a que se refere Maria do Rosário na referida Cartilha.

Nas palavras dos adultos que atacaram o conto nas redes, a escola não deveria abordar nenhum tema que tocasse o campo da sexualidade com as crianças, pois este seria prerrogativa dos pais, que poderiam “fazer o que bem entendessem”. Dalvi (2019), questionando essa perspectiva, faz considerações quanto à necessidade de se trabalhar com os textos literários nas escolas brasileiras de forma reflexiva e problematizadora, como objetivo de que, a partir da reflexão estética, considerando-se a íntima relação entre o objeto artístico e a sociedade, a análise leve em conta as relações sociais e os sujeitos inseridos nesses espaços de produção, publicação, difusão, leitura literária.

Mortatti (1987), ao abordar a literatura infantil e juvenil, aponta a contemporaneidade do surgimento do gênero com a institucionalização da educação escolar e do surgimento de um novo conceito de criança e infância, cunhado pela ascensão da burguesia europeia e sua preocupação com a formação educacional de seus filhos. Essa educação teria uma função moralizante e doutrinária, cujo objetivo principal seria preparar as crianças para o convívio com os adultos. Houve, a partir do surgimento dos estudos da psicologia e da pedagogia, um avanço em relação ao olhar para as crianças, mas veio junto a isso uma visibilidade para esse público infantil no lugar de consumidor.

Ao tratar da leitura literária no processo de escolarização, Mortatti (1987) faz referência à “função humanizadora” da literatura, defendida por Candido (1995), que também se desdobra na sua função psicológica e que se refere ao universo ficcional de fantasia da obra e sua função formadora, na medida em que promove a formação da personalidade humana e a função social como possibilidade de conhecimento do sujeito e do mundo.

A escola é um lugar de mediação de leituras literárias e escuta de narrativas e, além disso, um espaço significativo de trocas sociais da criança, constituintes para a subjetividade da mesma. Dalvi (2012, p. 15-42), dentro desta perspectiva sobre a leitura literária nos espaços escolares, afirma:

> [...] as leituras não são uniformes, homogêneas, perenes, [...] ler é ativar a possibilidade de ação sobre os textos do mundo e, portanto, sobre o próprio mundo [...]; leituras que construímos dão a ver nosso modo de ser, sentir, pensar e estar no mundo [...]; ler é inserir-se no caudaloso rio da múltipla e instável experiência humana, humanizando-se: toda palavra exige contrapalavras. Desse modo, não existe a figura do leitor isento, alienado do mundo, que se esconde atrás dos livros: ler (o que lemos, como lemos e o que fazemos com o que lemos) é uma opção política.
>
> [...] Uma educação literária efetiva precisa ir além de ensinar a ler textos literários. É necessário defrontar o sujeito com a complexidade (cultural, social, histórica, econômica...) das práticas atinentes ao literário, para que o próprio sujeito possa entender que literatura não se reduz à escrita e à leitura de obras: há toda uma intrincada e sedutora teia de trabalho, filiação, valoração e escolhas que, se não vem à tona, fica esquecida, e não mobiliza e engaja os sujeitos que têm diferentes interesses, perfis, modos-de-ser no mundo. [...]
>
> [Isso inclui] pensar seu tempo, sua sociedade, seu lugar no mundo como indivíduo e como partícipe de uma teia de relações. (DALVI, 2018, p. 15)

Nos tempos atuais, nos quais as pautas da defesa de direitos foram ideologicamente deturpadas, o temor de que menos casos de violência sejam escutados e levados a sério, de fato, bate à porta. A arte literária e a infância foram censuradas a partir de uma visão deturpada da amplitude do poder familiar sobre o controle do universo cultural dos filhos, como sinaliza Sêco (2019, p. 248), quando percorre o tema na esfera do Direito: “é preciso que a civilística se atente a ela e verifique se está em conformidade com o *status* jurídico atual do poder familiar como instituto. O que pudemos observar é que não está”.

Partindo desta constatação, Sêco (2019) adentra esse campo para demonstrar o quanto o projeto de lei autointitulado “Escola Sem Partido”[64]tinha como pano de fundo esse controle dos pais sobre o conteúdo ensinado aos seus filhos. A pesquisadora aponta a importância de se estar atento aos direitos da criança, principalmente quando se aborda o poder familiar, pois, como consta no Art. 227 da Constituição,

> [...] É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à

[64] Disponível em: <http://escolasempartido.org/>. Acesso em: 21 abr. 2020.

> liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.[65]

Dalvi (2019a, p. 139) sobre o projeto diz que,

> [...] de acordo com alguns defensores dessas propostas, o ensino e aprendizagem em contexto escolar deve restringir-se àquilo que não divirja dos valores familiares, pondo em xeque o papel histórico da instituição escolar (e, assim, do trabalho dos professores) como transmissora, de forma planejada, progressista , sistemática e crítica, do saber científico, filosófico e artístico mais elaborado, na forma de conteúdos escolares.

O que dialoga com a ponderação de Sêco (2019):

> Mas pensar o direito da criança envolve pensar algo mais do que sua afirmação em constituições, declarações de direitos e leis. O direito da criança precisa ser pensado do ponto de vista dos círculos sociais em que ela se insere. Esses círculos precisam funcionar como rede de apoio para a proteção e promoção dos direitos da criança. É isso o que significa fazer da criança uma responsabilidade da família, da sociedade e do Estado.

Diante dos casos em que há interferência e aumento do papel familiar no que tange à escola, o que se vê como resultado é a redução dos direitos da criança à cultura, à palavra e à vida.

> [...] sempre visando à tutela da própria criança, o Direito estabelece normas que traçam diretrizes a respeito de algumas condições que os adultos no entorno da criança devem observar. De um lado, a preservação das crianças contra conteúdos considerados impróprios para sua idade. De outro, a promoção do seu direito à educação e à cultura, levando em conta que seu progressivo desenvolvimento a direciona para a inserção definitiva na vida adulta com a maioridade. Isso exige um equilíbrio delicado, que é a receita para polêmicas. (SÊCO, 2019, p. 250)

Dessa forma, a pesquisadora retoma o que já havia apresentado acima:

> O uso de palavras como “liberdade”, “dignidade”, “respeito”, “convicções”, “religiosas” e “morais” sem aprofundar o significado específico atribuído a elas é um sofisma conhecido. Leva as pessoas a apoiarem ideias sem saber realmente qual a ideia que apoiam. Afinal, quem haveria de ser contra o respeito?

[65]Disponível em: <https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_06.06.2017/art_227_.asp>.Acesso em: 20 nov. 2020.

> E quem haveria de dizer que é contra a ideia de que os professores têm o dever de respeitara autoridade dos pais nas escolas? É justamente assim que Miguel Nagib[66]busca angariar apoio na sociedade e no Poder Legislativo por meio de seu parecer, se fazendo passar por razoável demais para que alguém discorde. (SÊCO, 2019, p. 250)

Face a esse estratagema retórico/discursivo,

> As polêmicas em torno da literatura infantojuvenil fornecem material incomparável para a reflexão sobre o direito da criança à cultura, seja em face do Estado, seja em face do poder familiar, como nos interessa mais especificamente. Em um ou outro caso, desafiar os adultos a explicarem o que há de errado com uma história escrita vislumbrando o público infantojuvenil pode alcançar confissões inconfessáveis. (SÊCO, 2019, p. 255)

Confissões da existência de abusos diversos velados historicamente na sociedade, sob o manto das palavras sedutoras e rasas de significados que protejam *de fato* o direito das crianças. Como adverte a pesquisadora, do ponto de vista jurídico, o discurso do movimento autodenominado "Escola Sem Partido" pauta-se na defesa de uma supremacia do poder familiar (portanto, privativo) na definição da cultura (portanto, social e coletiva) a que uma criança deveria ter acesso. Ou seja, podemos concluir que, nessa questão, há uma contradição de base ontológica e gnosiológica.

Todavia, "Sacrificando-se, aparentemente, às convenções da época, os artistas têm, sem querer, lampejos, escapadas que podem revelar a face secreta das coisas, a vida interior, mesmo à revelia daqueles que encomendam as obras." (DOLTO, 2005, p. 14). O conto "A triste história de Eredegalda" e a maneira como foi recebido pelos que o consideraram impróprio para o leitor criança precisam ser compreendidos como indício, sintoma, desvelamento de uma época:

> O conteúdo da obra traz à tona o simbolismo da arbitrariedade do poder, do egoísmo, da injustiça e da falta de solidariedade, com matizes na sua forma e conteúdo que a aproximam de textos de circulação da cultura popular. No entanto, na opinião dos "partidários do Sem Partido", ela é tomada de um sentido puramente denotativo, revestindo-se de um conteúdo imoral. Por se tratar de um conto maravilhoso, cuja fantasia e ficcionalidade são um *a priori*, a denúncia da crueldade enfatizada na história

[66]Disponível em: <https://profscontraoesp. org/tag/miguel-nagib/>. Acesso em: 03 jul. 2020.

> reitera o trauma humano do abandono, que poderia ter sido neutralizado com a solidariedade das irmãs, com a presença firme da mãe, com o salvamento dos cavaleiros que não chegaram a tempo. Assim, todos os três falham e a heroína morre, por conta da perversidade de um pai aprisionador e arbitrário. A narrativa, nos moldes do cordel, humaniza porque inspira o sentimento altruísta, chamando a atenção para o sofrimento da heroína e para a necessidade de um posicionamento diante da tirania. O tom humanizador ainda reside na demonstração de que a vítima é produto tanto da justiça irresoluta como da indiferença. (FERNANDES, PLATT, 2019, p. 219-235)

A literatura é, então, retomada nesse ponto enquanto possibilitadora e instauradora da eclosão e da continuidade de discursos, que podem surgir nos espaços onde a violência se encontra. Por este motivo, então, atacá-la é consequentemente manter velados os temas que circundam a sociedade.

Candido (1995) aborda os valores sociais preconizados ou considerados nocivos presentes nas diversas manifestações que a literatura possibilita, problematizando-os dialeticamente. O crítico alerta que a literatura

> [...] não é uma experiência inofensiva, mas uma aventura que pode causar problemas psíquicos e emocionais, como acontece com a própria vida, da qual é imagem e transfiguração. Isto significa que ela tem papel formador da personalidade, mas não segundo as convenções; seria antes segundo a força indiscriminada e poderosa da própria realidade. Por isso, nas mãos do leitor pode ser fator de perturbação e mesmo de risco. Daí a ambivalência da sociedade em face dele, suscitando por vezes condenações violentas quando ele veicula noções ou oferece sugestões que a visão convencional gostaria de proscrever. No âmbito da instrução escolar o livro chega a gerar conflitos, porque o seu efeito transcende as normas estabelecidas. (CANDIDO, 1995, p. 178)

A literatura pode, assim, suscitar outras tantas narrativas de crianças nos espaços nos quais textos como “A triste história de Eredegalda” sejam lidos. O autoritarismo entra onde falha a palavra e onde reina o silêncio. O alimento que mantém viva a tirania, o autoritarismo e a violência é, principalmente, o silêncio. No âmbito da sociedade do capital, em que tudo é convertido em mercadoria, e, portanto, em coisa, a desumanização plena é justamente o silêncio total – a própria condição do humano é a linguagem, a palavra.

Michele Petit, que trabalha com as narrativas a partir de situações adversas e diversas e tem um extenso trabalho na América Latina, considera que

> [...] ler ou ouvir estórias/histórias é uma necessidade psicológica e antropológica que desperta em uma pessoa regiões silenciadas ou enterradas no esquecimento e lhes dá forma simbolizada e compartilhada, conseguindo, assim, transformá-las (PETIT, 2008, p. 105).

Eredegalda escancara, do alto da torre, a violência contra as mulheres, no ato e na omissão. Escancara a conivência também: dos outros componentes do espaço familiar, âmbito privado, e do âmbito público, por onde as crianças circulam e nos quais contam, sim, o que ocorre. Não só com palavras, mas com mudanças de comportamento alimentar, de convivência e de sono, com sintomas diversos. A leitura literária pode ser pensada como uma possibilidade de ressignificação e redirecionamento:

> Muitas vezes, todas as técnicas, conhecimento e destreza que construímos ao longo de nossa formação intelectual não superam o que a doçura de uma palavra, um gesto suave, um olhar carinhoso são capazes de realizar. E é neste ponto que defendo aqui neste artigo a possibilidade da leitura literária como elemento estruturante na constituição de vínculos sociais entre adultos e crianças e também de superação de violações e de reconquista de direitos. (ALVES, 2017, p. 39)

Ainda há muito o que se caminhar em direção às falas contra o silenciamento e o abuso. Silenciar uma obra que aborda o incesto e o abuso aponta mais para a sociedade do que para a obra em si. Silenciar e censurar uma obra com o véu da proteção aos direitos da criança é a maior mentira que se pode narrar. É da ordem da enganação, de confundir para a criança que proteger é confinar, deixar apartada das leituras que abordem temas duros – embora presentes em nossa sociedade. Contos como “A triste história de Eredegalda”, com base em tudo o que foi discutido até aqui, não deveriam de forma alguma ser retirados das escolas públicas. Tirar de circulação esse conto é dizer nas entrelinhas que o tema abuso não deve ser contado. Dalvi (2019, p. 140) esclareceque a obra

> [...] bebe em narrativas populares que elaboram questões difíceis, como recurso para dar forma material a uma importante angústia humana (e, particularmente, infantil);

> leu-se a obra como se ela fizesse uma defesa ou uma legitimação da situação que a personagem Eredegalda vive.

Essa interpretação da leitura apresenta intenção de confundir para que não se mostre que, nas veias desses ataques, tem a intenção de silenciamento de abusos na sociedade, nos espaços familiares e muito provavelmente nessas que levantam a bandeira de “famílias de bem”.

Dessa forma, não se ofertam as crianças os elementos simbólicos para que seja possível alguma elaboração. Ao mesmo tempo, a sociedade se apresenta cruel e silenciadora, ao retirar os direitos humanos, como alerta o Grupo de Estudos da Língua Portuguesa da Comunidade Educativa (Cedac) em artigo publicado na *Revista Emília*[67] :

> Como então esperar que todo conto tradicional “encante”? Se entendemos que a escola é um local de reflexão social e de construção de conhecimento, e não de “verdades únicas e prontas”, temos de criar espaço dentro dela para as variadas formas de interpretar o mundo e confiar que na coletividade essas formas podem se encontrar e se enriquecer.

Desde as primeiras narrativas, cujas origens, conforme já mencionado, remontam à Idade Média, quando Eredegalda era nomeada Delgadinha, é possível notar que,

> Ao ressaltar a firmeza de caráter e de virtude da jovem, o romance não deixa de também veicular uma denúncia: a violência a que as mulheres eram vítimas – e ainda o são – no seio da própria família. E neste sentido pode-se dizer que a Delgadinha é a expressão da frágil voz feminina que ousa desafiar o poder totalitário do rei/pai. E dessa forma a oralidade como memória, em contínuo movimento de recriação, traz para os dias atuais a *survivance[et]réémergence d’un avant* (ZUMTHOR, 1983, p. 26).

A sociedade que reforça a atitude de políticos conservadores que exigiram a retirada da obra em nome de projetos com interesses autoritários e censores se mostra tão covarde quanto o pai e os demais familiares de Eredegalda no

[67]Disponível em: <https://revistaemilia.com.br/a-polemica-historia-de-eredegalda/>. Acesso em 20 nov. 2020.

conto. É uma sociedade que vira as costas às meninas que sofrem diariamente abusos em suas casas, ao mesmo tempo em que as evangelizam. Essa sociedade (pai, mãe, irmãs, cavalheiros) negou/nega a palavra, o alimento e a água que permitiriam a sobrevivência – de Eredegalda, como personagem, e das narrativas (ficcionais ou não) contra a exploração.

O mais grave é que este discurso se avoluma e confunde e "arrebanha" diversas pessoas da sociedade, engrossando o coro que pede proteção, ao mesmo tempo em que tira os direitos que envolvem a palavra, a reflexão, as narrativas de abusos cometidos por aqueles aos quais a religiosidade hegemônica denomina como o "cabeça da casa", reproduzindo o que consta na bíblia: "Entretanto, desejo que entendais que Cristo é o Cabeça de todo homem; o homem, o cabeça da esposa; e Deus, o cabeça de Cristo" (1 Coríntios:11:3).[68]

A palavra violência deve ser dita sem pudor, nomeada. Nas pesquisas, nas casas, nos espaços públicos, deve-se dar o nome que se tem para cada coisa. Penso que estamos anestesiados enquanto sociedade que não escuta as violências que ocorrem debaixo dos lençóis, cobertas e olhos nas casas. Não é fácil, isso implica cada um que lide com elas. Muitas vezes, essas questões remontam à própria infância de cada pessoa, muitas vezes também violentada, abusada (de diversas formas) e negligenciada.

Voltemos a falar sobre o isolamento social atual devido à pandemia de Covid-19, deflagrada durante o processo de escrita desta dissertação. Nesse mesmo tempo, diversas mulheres e meninas que estão confinadas a partir da necessidade estão sofrendo violências em suas casas. Elas já aconteciam e aumentaram. As crianças não estão tendo as trocas sociais que lhes possibilitam dizer sobre os abusos. Think Olga[69] correlaciona a crise sanitária atual no mundo e o aumento da violência decorrente deste cenário em uma perspectiva da violência de gênero: e, justamente, pela necessidade de isolamento, a

[68] Disponível em: <https://bibliaportugues.com/ephesians/5-23.htm>. Acesso em: 19 ago. 2020.
[69]Conforme o sítio eletrônico da organização, "Think Eva e a Think Olga são duas organizações irmãs que compartilham uma mesma missão: sensibilizar a sociedade para as questões de gênero e intersecções, além de educar e instrumentalizar pessoas que se identifiquem como agentes de mudança na vida das mulheres.Ambas as organizações de inovação social utilizam a comunicação como principal ferramenta, aliada a tecnologia e estratégias de educação, para criar impacto positivo na vida das mulheres do Brasil e do mundo." Disponível em:https://thinkolga.com/quem-somos/. Acesso em: 25 nov. 2020.

subnotificação tende a ser ainda maior, invisibilizando, ainda mais, no plano social, os atos e as vítimas[70].

A partir das argumentações e reflexões dos autores citados, entendo que se deve defender a leitura literária da presente obra nas escolas, assim como de tantas outras que abordem temas delicados e "espinhosos". Penso que a leitura a partir da ficção, fantasia, alegoria, ludicidade, mas principalmente a partir do olhar do adulto mediador (capacitado quando se coloca diante de uma criança vítima de violência) é fundamental, pois a história convoca e pode continuar a partir daí. E o mesmo adulto que contou e posteriormente escutou a história pode salvar possíveis "Eredegaldas", dando-lhes o direcionamento para o alimento, a água e a proteção efetivas– ou deixando-as morrer em suas torres silenciadas.

O profissional que se depara com estes discursos e não tome tais medidas está no lugar da conivência, ele entra na lista dos que abandonam as crianças nas próprias torres. E quem escolher o trabalho com crianças deve saber desses dados reais sobre as violências existentes e deve ser capaz de dar possíveis encaminhamentos, no caso de surgirem narrativas de abusos nos ambientes familiares. Porque elas podem aparecer. Não dá para defender a leitura de forma abstrata, sem entender que estas leituras possivelmente suscitarão diversas narrativas nos espaços escolares e nas casas. A defesa não pode ser abstrata ou somente pautada nas teorias, por mais consistentes que elas sejam.

"A triste história de Eredegalda" é, pois, uma narrativa popular que resistiu, passando de boca em boca, aos ataques da religião ao longo de décadas, mesmo com todas as transformações sofridas. Viajou por países em resistência contra a proibição católica. Chega em 2017 e sofre ataques de característica ideológica fundamentalista, principalmente de cunho religioso.

Como já dito, é um conto recolhido da tradição oral e que traz da realidade, envolto por mitos, símbolos e alegorias, a temática do incesto. Por esse motivo, é um conto com leitura carregada de dificuldades para os despreparados com relação ao tema da complexidade da formação do leitor, das artimanhas dessas narrativas e dos elementos literários.

---

[70] Disponível em: https://noticias.uol.com.br/colunas/leonardo-sakamoto/2020/04/18/violencia-domestica-desemprego-a-covid-19-e-mais-violenta-contra-mulheres.htme em: <https://thinkolga.squarespace.com/>. Acesso em: 19 abr. 2020.

O texto aponta a necessidade de caminharmos ainda muito contra o moralismo, mas enfrentando o silenciamento sobrea violência do pai incestuoso.

Esta pesquisa, como já mencionado anteriormente, se produz no Espírito Santo, estado que matou a menina Aracelli, na época com 8 anos[71] e que mantém o nome de um dos familiares homônimos de um dos assassinos em uma avenida de destaque na cidade. O caso foi o marco que ensejou a criação do dia 18 de maio como data do combate ao abuso e exploração sexual da criança e do adolescente. O livro *Aracelli, meu amor* (1976), de José Louzeiro, conta esta triste história e foi censurado na época da ditadura militar brasileira[72]. Censurados e silenciados foram também os jornalistas e testemunhas que se envolveram na questão, ao todo 18 pessoas.

No mesmo estado, recentemente, no mês de agosto de 2020, quando já encaminhávamos para a finalização deste estudo, uma menina de 10 anos, grávida a partir de abuso sexual do tio que ocorria desde os 6 anos de idade, precisou viajar até Recife para realizar um aborto autorizado pela justiça porque o Hospital Universitário local (HUCAM) não o realizou, alegando "justificativas técnicas"[73]. Na porta do hospital pernambucano que responsabilizou-se pela realização do procedimento, gritos de "assassina" atrelados a palavras de cunho religioso, cânticos e orações ecoavam para a menina e familiares durante o atendimento. Como nas postagens em rede, a torção da figura do criminoso é deslocada, e a criança não é vista como sujeito de direitos.

Partiu deste mesmo estado o recolhimento do livro *Enquanto o sono não vem*, por causa do conto "A triste história de Eredegalda", que aborda uma situação de incesto, de violência de um familiar contra uma criança. O Estado que não pune é também marcado por uma justiça conivente com o crime e uma sociedade que sustenta a censura e o silêncio sobre o sofrimento infantil.

O fato é que, censurando e silenciando Eredegalda, acabamos por calar, em rede, não somente a discussão sobre o tema do incesto, mas, também, as

---

[71]Disponível em: <http://jornalailha.com.br/2019/05/18/caso-araceli-46-anos-depois-revela-o-furo-de-um-foca-como-tudo-comecou.html>. Acesso em: 31 ago. 2020.

[72] Disponível em: <https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/reportagem/46-anos-de-misterio-e-queima-de-arquivo-o-caso-da-menina-araceli-morta-em-plena-ditadura-militar.phtml>. Acesso em: 31 ago. 2020.

[73] Disponível em: Menina de 10 anos estuprada pelo tio no Espírito Santo tem gravidez interrompida | Pernambuco | G1 (globo.com). Acesso em: 31 ago. 2020.

possíveis falas dos leitores que, talvez, a escola conseguisse ouvir e entender, a partir da mediação adequada, com aprofundamento no tema da leitura e escuta sensível, a partir de desconstruções de discursos autoritários, inclusive os de ordem religiosa. O Grupo de Estudos da Língua Portuguesa da Comunidade Educativa (CEDAC) em artigo para a *Revista Emília* reflete:

> Como vemos, a decisão relacionada à (não) leitura de um texto, longe de se apresentar como fato isolado no tecido sociocultural, está amarrada a uma rede de relações que pode desencadear consequências para muitos leitores.
>
> As crianças precisam ser envolvidas, decifradas, acompanhadas, consoladas pelas palavras. Precisam também dar nomes a tantas sombras, a tantas coisas indizíveis.[74]

A história de Eredegalda, que tem tantos outros nomes e faces pelo mundo e pelo Brasil, guarda semelhança também quanto ao desfecho não resolutivo das medidas protetivas[75]. A menina ou mulher que tentar romper o ciclo de violência muitas vezes não encontra o espaço de dizer sobre isso. A sociedade, num plano geral, não está aberta a escutá-las, ao contrário, caminha com um discurso superficial de defesa, mas, quando alguma resolve solicitar o socorro, continua na sua "torre solitária", tendo que lidar com as próprias dores e marcas do abuso ao longo de toda vida.

O que se apresenta nas redes sociais contra obras infantis sempre ocorreu, porém, de forma velada. Não contar, escolher o que dizer para as crianças para não "agredi-las"? Ou será que, não contando, não ouvirei o que virá delas e, assim, meu lugar responsável, de proteção será convocado?

O livro convida na capa: "E quem quiser que conte outra**...**"**.** Porém, para que outras histórias sejam contadas, supõe-se que haja deslizamentos de

---

[74]Disponível em: <https://revistaemilia.com.br/a-polemica-historia-de-eredegalda/>. Acesso em: 20 nov. 2020.

[75]As versões brasileiras consultadas para este trabalho apresentam três tendências:
1) O pai assedia a filha e esta conta à mãe. As duas arquitetam um plano não apenaspara evitar o encontro pai/filha, como também desmascarar o pai, e a mãe preservar o seuespaço.Raríssima no Brasil, foi registrada em Sergipe pelo pesquisador Jackson da Silva Lima:– Ô filha maldiçoada, / Que a seu pai descobriria, / – Maldiçoado é o pai / Que a filha conheceria.(Dona Varanda,SE, 1974).
2) O pai investe na sedução da filha e, diante da sua recusa, a encerra numa torre(castelo,convento, quarto), ocorrência mais encontrada nas versões de Delgadinha.
3) O pai, após a recusa da filha, a denuncia à sua mulher como autora da iniciativa:– Rainha, minha senhora, / Sua coroa está virada, / Dragadinha, nossa filha / Quer ser minha namorada.(Dragadinha, SE, 1973).

sentidos, de significantes, de narrativas intertextuais, o que não é possível em uma sociedade que se pauta em silenciamentos e censuras. Em silêncio não se pode cantar, não se se pode acolher e proteger devidamente uma criança da violência que vem sob o véu de cuidados rasos e precários. O cuidado que propõe o discurso das massas reforçando a figura de superioridade de uma autoridade, seja ela familiar, religiosa ou política populista e/ou fundamentalista, só se faz mediante o silêncio. Mediante uma hierarquia rígida e imutável, contrária ao deslizamento do significante que para existir precisa ser como um canto, uma melodia que se move, que faz música. Só se cria outra história se se pode contar devidamente as anteriores, aquelas que envolvem o patriarcado como ele é e que abordam as diversas violências exercidas sob o olhar conivente e silenciador da religião cristã conservadora aliado à esfera política.

As histórias ficcionais, os contos e as cantigas podem apontar para problematizações de temas relevantes e sérios nas escolas e onde forem lidos. Assim há possibilidades de continuação, de recontos e recantos intertextuais. Ao contrário, o discurso dos grupos se apresenta determinista, fechado em si mesmo, sem possibilidades de questionamentos, deslizamentos significantes ou continuações, embora prometa proteção às crianças, como se apresenta nas redes, nas ruas e na esfera política atual no Brasil atrelada à esfera religiosa conservadora. O que tais discursospromovem é a morte da palavra em prol de um discurso único que desrespeita as narrativas das crianças e dos contos intertextuais, principalmente quando elas chegam a tocar em algum tema que possa responsabilizá-los e colocar em xeque os seus altares e tronos.

CAPÍTULO 3 – ENTRE HISTÓRIAS, LAÇOS E REDES: CENSURAS, SILENCIAMENTOS E DIREITOS

Ao longo da dissertação foram utilizados termos como censura e silenciamento atrelados aos fenômenos em rede que acusam e atacam as obras literárias infantis na contemporaneidade. Cada fenômeno foi apresentado seguido da análise das obras escolhidas, no capítulo anterior.

A fim de introduzir o tema da censura, reencontro Ana Maria Machado em *Silenciosa Algazarra* (2011), livro que nasceu de uma palestra proferida pela autora no I Congresso Internacional de Literatura Infantil e Juvenil, Anímate a Leer, Vuela Alto, na cidade de Lima, em 2010 e que vai de encontro aos fenômenos que se apresentam nas redes sociais. A autora do livro *O menino que espiava pra dentro*, analisado nesta pesquisa, não foi alvo de censura somente pelos fatos ora analisados. No capítulo de nome "Nas asas da liberdade", ela conta sobre os seus encontros e desencontros com a censura durante sua vida: "Eu sofri suas consequências na pele, no sangue, e as trago no coração ou no cérebro. Em alguma parte vital de mim mesma. É daí que falo." (MACHADO, 2011, p. 197). Deste lugar, então, acentuaque

> Censura não parte somente de governos – francamente ditatoriais ou a caminho disfarçado de se converter em ditadura. Com muita frequência (como mostra a história do mundo, que não queriam que lêssemos e nos ensina sobre a inquisição, índices de livros proibidos, caças às bruxas etc.) ela está associada a fundamentalismos religiosos ou políticos que insistem em ler tudo ao pé da letra e pretendem impor uma interpretação única para as leituras alheias. (MACHADO, 2011, p. 200)

A autora considera que uma das formas de silenciar, mentindo sobre um texto, é não lê-lo integralmente ou ler e manipular a verdade, separando-a de seu contexto, do que de fato aquele texto pode querer dizer ou para o que o mesmo possa abrir de possibilidades interpretativas. "Censurar o contexto sempre se revela um recurso repressivo muito eficiente, por partir de uma verdade que não pode ser negada, porém se transforma em seu oposto." (MACHADO, 2011, p. 202). Esse fato foi o ocorrido contra a própria obra (*O menino que espiava pra dentro*) atacada em 2018, sete anos após a publicação deste livro, *Silenciosa Algazarra,* a partir de comentários de cunho violento nas

redes sociais Facebook e Youtube.

Vejamos o seguinte fragmento do livro:

> Como as compras só chegaram quando ele estava no colégio, ainda teve que esperar a volta, o jantar e a hora da sobremesa. Quase não aguentava mais. Aí também resolveu que o melhor era deixar para engasgar com a maçã quando estivesse sozinho. E que a família dele era tão desligada dessas coisas que era até capaz de alguém dar um tapa nas costas dele só para desengasgar, e aí estragava o plano todo. (MACHADO, 2008, p. 23)

Tal fragmento, postado pela mãe em grupos de whatsapp, desembocou nos ataques em massa nas redes sociais à obra, após uma suposta preocupação com o filho que perguntou sobre o ato de engasgar-se da personagem Lucas. O fragmento foi deslocado de seu contexto, e não foi considerado no sentido metafórico, que levaria em conta a intertextualidade com os contos de fadas e as possibilidades de deslizamento. O trecho foi apontado de forma recortada, empobrecido do seu contexto, como se houvesse uma intenção nociva às crianças, por parte da autora.

Um ponto que chama atenção é que Ana Maria Machado nomeia o trabalho da censura, seja ela de qualquer forma, a partir do lugar da violência. A censura tenta articular e se utilizar do lugar do engodo, apresentado como cuidado. Elas (violência e censura) não protegem, nem da morte e muito menos da violência sexual – como demonstra a análise de como se articulam os ataques às duas obras estudadas nesta pesquisa, livro e conto. Muito pelo contrário, elas colocam as crianças muito mais expostas a isso (morte e abuso sexual) do que se poderia imaginar. Não se poupam crianças com o silêncio. Ele, como teoriza Françoise Dolto, é sempre devastador, pois faltam às crianças as palavras sobre o que se vive ou sente. Os comentários se apresentam sob o véu da proteção, aliados a discursos religiosos que se utilizam de termos como Deus, pecado e culpa, para impedir a livre circulação dos discursos. Neste ponto, a partir das teorias psicanalíticas e literárias cai uma das justificativas usadas pelos comentários nas redes, que tentam justificar a não leitura das obras.

Machado aborda duas formas como a censura se apresenta: a censura prévia e a autocensura.

> A censura prévia ocorre quando as autoridades – políticas ou religiosas – proíbem que se publique algo. A autocensura ocorre quando o criador internaliza esses mecanismos e nem mesmo se permite criar ou acatar a sua própria força interna, de onde vem sua necessidade de expressão. A primeira, imposta pela força, não consegue agir o tempo todo, acaba deixando brechas. A segunda depende de um processo de autoconvencimento que demanda a cooperação do criador. Alimenta-se do medo. Acaba virando um caminho para agradar o poder, se curvar a ele, antecipar seus desejos, mesmo os ainda não manifestados. Liquida a criação, é muito mais eficiente e deixa marcas para sempre. Por isso a primeira precisa se acompanhar de repressão violenta, para intimidar de fato e conseguir funcionar. Só assim pode implantar a segunda, aquela que,uma vez em ação, deixa o caminho macio e liso para o pior arbítrio. (MACHADO, 2011, p. 210-211)

E há, ainda, as censuras que se autojustificam, e são as que permeiam os governos fascistas e nazistas. A partir deste estudo verifica-se que elas ainda se fazem presentes na sociedade. Essa outra censura tem a intenção de suprimir o que já foi escrito e publicado livremente:

> Todos os regimes totalitários e todos os fundamentalismos a exerceram, para complementar a censura prévia, numa sucessão que vai dos índices de livros proibidos à condenação de Salman Rushdie à morte por quem conseguisse alcançá-lo– passando pelo nazismo e pela revolução cultural chinesa. É uma censura *a posteriori*, violenta e raivosa. Com frequência se fez acompanhar de prisões, castigos corporais, e até mesmo da morte dos que desobedeceram.(MACHADO, 2011, p. 211)

Retornando ao fenômeno dos grupos, desvelado por Freud e abordado nesta pesquisa no subcapítulo sobre o livro *O menino que espiava pra dentro,* e dialogando com o fenômeno da censura em redes, não há como diferenciar nitidamente os grupos que surgem a partir de uma ideia dos grupos que apresentam um líder.

Refletindo sobre esses acontecimentos que se repetem em redes que reproduzem as pautas morais que estão na sociedade e na esfera política e econômica brasileira contemporânea, Castells e Cardoso (2005), no livro *A sociedade em redes*, argumentam:

> Nós sabemos que a tecnologia não determina a sociedade: é a sociedade. A sociedade é que dá forma à tecnologia de acordo com as necessidades, valores e interesses das pessoas que utilizam as tecnologias. Além disso, as tecnologias de

> comunicação e informação são particularmente sensíveis aos efeitos dos usos sociais da própria tecnologia.
>
> [...] a estrutura social de uma sociedade em rede resulta da interação entre o paradigma da nova tecnologia e a organização social num plano geral. (CASTELLS; CARDOSO, 2005, p. 15-17)

Para eles, esses movimentos iniciam-se nas redes sociais, mas geralmente ocupam um espaço físico, praças, avenidas, com a característica de fluidez entre o ciberespaço e as ruas. Dessa forma, o espaço dos movimentos sociais em rede é um espaço de fluidez entre o *online* e *off-line*.

Nesse movimento, eles abordam a dependência das opiniões políticas em relação ao espaço público de comunicação em sociedade, pois elas são formadas dentro deles. Esta frase então leva à interligação dos fenômenos observados com o momento político atual e o discurso que os constitui[76].

3.1 A literatura infantil no alvo dos ataques sob o véu da ideologia

Ana Maria Machado, após delinear em *Silenciosa Algazarra* (2011) algumasformas de censura, entra no campo da literatura infantil. Aqui, entra o sistema educacional, que não leva em conta o estatuto artístico da literatura, reduzindo-o a objetivos pedagógicos: “Porque é disso que se trata quando o acesso de uma criança aos livros é mediado pelos adultos: escolha, seleção, desejo de orientação.” (MACHADO, 2011, p. 211).

A autora afirma que esses processos podem se apresentar enquanto limitadores e incorporando um viés da violência em seu bojo, mas nem sempre apresentam a característica de cerceamento de liberdade e de proibição. A seleção pela escola pode significar uma escolha que se ajustemais ao objetivo didático. Mas eu acrescento que aqui também talvez possa se inserir uma forma velada de censura, na medida em que, em nome dos objetivos didáticos, se anulem títulos que poderiam estar na biblioteca, ou para serem utilizados em

[76] Esta parte que aborda as redes sociais, tal como teorizada por Castells e Cardoso, foi apresentada no “IV Congresso Internacional Transdisciplinar sobre a criança e o adolescente”, sob a forma *online*, em julho de 2020.

sala de aula. A autora acrescenta que uma biblioteca escolar vai abarcar um volume menor de livros do que uma biblioteca externa – e, importante notar, não apenas um volume menor, mas, tendencialmente, um acervo mais focado nos objetivos da instituição escolar (pautada pelas necessidades das disciplinas curriculares e, no caso da literatura, pelos chamados “clássicos escolares”).

Outro ponto são as escolhas que os responsáveis podem ter com as crianças em sua formação. E isso vai abarcar a leitura literária. Esse ponto é, porém, delicado e passível de justificativas para arbitrariedades e censuras principalmente no momento atual no Brasil, no qual se utiliza de uma possível “proteção” às crianças para acusar de “ideológicas”obras que ensejaram as polêmicas ora em estudo. Prefere-se dizer que são obras “ideológicas” (e, portanto, “indesejáveis”) do que acostumar as crianças a

> criticar o que elas leem, a desconfiar do escrito (ainda que sedutor), a distinguir os preconceitos alheios ou de épocas diversas escondidos num livro. E só conseguem isso por meio de muita leitura, variada, de autores de boa qualidade, muito diferentes entre si e que discordem uns dos outros. (MACHADO, 2011, p. 212).

Sobre o tema da ideologia, Machado afirma que a “ideologia” é justamente um dos motivos de “acusação” nas situações de censura, como pudemos observar, justamente, nos comentários em rede que evidenciam as polêmicas aqui estudadas.

Sobre ideologia na literatura infantil, Ana Maria Machado, no texto “Ideologia e livro infantil” (1994), que foi fruto de sua palestra no 24° Congresso no IBBY em Sevilha, introduz o tema relembrando o período em que estudou literatura francesa do pós-guerra a partir de estudos de críticos de Sartre, Camus e Malraux. Após a Segunda Guerra, período em que os escritores estariam ligados exclusivamente na luta pela liberdade e na resistência, estes críticos começaram a discutir entre si sobre o papel dos escritores na sociedade, sobre qual deveria ser a função da obra da literatura e sobre a ideologia na escrita. Havia dois lados, um que defendia a literatura engajada com uma posição filosófica que desembocasse num progresso para a humanidade. A arte estaria a serviço de ideais humanistas, pois a “melhoria da sociedade, da própria vida e a felicidade humana são mais importantes do que qualquer outra coisa.”

(MACHADO, 1994, p. 02). O outro lado defendia “a arte pela arte”. Eram aqueles que acreditavam que a arte deve existir unicamente enquanto objeto de beleza e não a serviço de alguma ideologia ou posição política.

O que ela, Ana Maria Machado, acredita como sendo o mais sensato do que as duas posições acima partiu da leitura do texto de Albert Camus.

> Ele dizia que nenhum autor deveria colocar sua obra a serviço de nada que seja exterior a suas próprias necessidades criadoras, sua própria pesquisa estética. Um artista não deveria dominar o que faz, mas, pelo contrário, uma obra de arte é senhora de seu criador e precisa seguir seus próprios caminhos, sem obrigação de transmitir mensagens, ensinar lições ou demonstrar ideias. Assim, cada artista, ao criar, não deveria se preocupar com nada além de sua própria obra. Mas, ao mesmo tempo, lembrava Camus, nenhum ser humano (seja ele artista ou não) tem o direito de se omitir, de não ter uma posição definida a respeito das questões sociais e políticas do seu tempo, de não agir de acordo com essas opiniões em sua vida cotidiana, de não tentar fazer deste mundo um lugar melhor para se viver, com mais justiça para todos, mais liberdade, as pessoas vivendo segundo padrões morais. (MACHADO, 1994, p. 03)

Ela prossegue com o que me parece essencial na relação entre arte e ideologia: que é impossível que a visão do mundo de alguém não se revele em sua obra. E para se falar de uma verdadeira obra de arte “a ideologia estaria presente nela apesar do artista e não porque estivesse comprometida desde o início com algum conjunto de ideias que o amarrava” (MACHADO, 1994, p. 03).

Para Camus, a autora ou o autor não deveria ter enquanto intenção no ato de criação a ideologia, mas que ela não pode deixar de fazer parte da arte. “E desse modo, seria como todos os outros materiais que compõem esse tesouro: iria inspirar, influenciar, percorrer as entrelinhas, funcionar como material subterrâneo, fornecer sentidos ocultos e tantas coisas mais.” (MACHADO, 1994, p. 03). Pelo ponto de vista da escrita da literatura, Ana Maria Machado considera que este pensador foi o que se constituiu enquanto material para seu entendimento sobre ideologia.

Na sequência, a palestra entra no campo da literatura infantil e, com esta, não tem como se dissociar do campo do leitor, pois, sendo o leitor uma criança, costumeiramente precisa de um outro, o adulto, para chegar ao universo da

leitura. Esse ponto é apontado por Machado como uma questão a ser examinada mais de perto e que dialoga diretamente com o presente trabalho, pois ela assinala cautela pelo fato de as crianças ainda não possuírem os recursos críticos e nem as informações necessárias e suficientes para analisarem o que está sendo lido para elas. Assim, ainda não conseguem fazer adequadamente as correções ou críticas necessárias. Ela acrescenta que estas dependerão inicialmente de um outro iniciando-a nesse campo. Porém, acrescento que, para além disso (segundo Machado), é necessário, anteriormente, a escuta da criança. A escuta da criança enquanto sujeito de desejo, de afetos, de manifestações espontâneas e potentes para além dos conhecimentos que lhe serão adicionados por outros ao longo de sua vida.

Somos cercados e nutridos, mesmo antes do nascimento, por palavras. Recebemos um nome a partir de escolhas e desejos dos que nos geraram e um sobrenome que carrega histórias dos nossos antepassados familiares. O bebê humano talvez seja aquele que nasce com mais necessidades do outro. Dada sua chegada, chora com fome e suga o leite da mãe, inicialmente na busca de saciar sua falta biológica. Os choros seguintes esperarão mais do que o alimento, pois com ele veio o cheiro, o colo, e principalmente, vieram as palavras. Por esse motivo, o bebê não chora de fome, somente; ele chora demandando palavras que são deglutidas com o alimento e que o inserem nas trocas simbólicas que o acompanharão ao longo da vida. O humano não se alimenta só de comida. Se alimenta de palavras, de muitas palavras, de afeto, das relações.

Essas trocas, a partir de palavras ditas e também das que foram silenciadas, marcam o corpo da criança. Os silenciamentos desapropriam as crianças do que é próprio delas, que não são somente as partes boas de sua vida.

Eni Orlandi (2017) tratou das formas do silêncio. Ela o destaca em uma posição primordial, inseparado do discurso, pois faz a mediação das relações entre linguagem, mundo e pensamento. Ela o tira de um lugar passivo e o coloca como movimento da significação. Dessa forma, para a pesquisadora, o silêncio não é ausência e sim princípio do discurso.

> O silêncio, que chamo de fundador, nos forja em nossa possibilidade de significar, passando do sem-sentido ao sentido. Já o silenciamento, a censura, na política do silêncio, ao contrário, não abre para a deriva, o deslizamento, o equívoco, mas volta-se para o silenciamento, o apagamento do possível, fechamento e coerção. (ORLANDI, 2017, p. 11)

O silêncio fundador é o início de toda significação, pois abre a possibilidade de dizer e de significar. Ele não é o vazio, é metáfora que nos constitui, aberta à "deriva, transferência, possibilidade do sentido ser outro, sujeito a deslizamentos, versões, equívoco" (ORLANDI, 2017, p. 11). A censura, por este viés, "perturba os processos de significação e de produção de efeitos de sentidos, afetando o sujeito em sua constituição" (ORLANDI, 2017, p. 14).

E sobre os tempos contemporâneos, sobre o excesso de informação, Orlandi (2017, p. 16) acrescenta que "o alarido sutura a possibilidade de significação e produz a indiferença simbólica": o que permite lançar luz aos fenômenos focalizados nesta pesquisa e que se seguiram de diversos comentários, alguns somente com uma palavra e a partir da violência, se esquivando de uma reflexão e de um entendimento sobre as possíveis leituras das obras em questão.

Retomando o texto acerca da ideologia, a partir de Machado (1994) percorre-se o terreno da literatura infantil de modo a marcar a época moderna como o período no qual a literatura infantil mais se desenvolveu. Diz, com isso, que a literatura infantil é relativamente nova na história, embora sempre se tenha contado histórias para crianças. Mas acontece que, a seu ver, um sentimento ocorreu, apesar de todas as pressões dos poderes estabelecidos e que abriu mais possibilidades para o campo da literatura infantil: ela cita o amor, pois a seu ver "é impossível alguém lidar de perto com uma criança sem emoção, ternura e afetividade". Reflito aqui sobre essa colocação da autora e consigo concordar com um aspecto e discordar de outro. Concordo com a impossibilidade de não ter afeto permeando a relação com uma criança, mas discordo que este afeto seria sempre positivo, terno. A palavra amor cabe bem aqui, mas ela comporta diversas nuances que nem sempre envolvem um sentimento de respeito a uma criança, sujeito de desejos e de direitos.

E o amor explicitado acima se entrelaça com a ideologia que, segundo Machado, sempre esteve lá e continua presente. “Muitas vezes, o autor nem tem consciência dela, e o leitor comum não a percebe. Mas nem por isso ela deixa de ser, no texto, latente, como uma espécie de lapso freudiano, que desmascara os motivos inconscientes.” Freud aborda a natureza tendenciosa do funcionamento da nossa memória, selecionando as impressões que são oferecidas a ela, pois, na memória dos adultos, não se encontra nenhum vestígio de impressões importantes, muito intensas e plenas de afetos daquela época.

> Em minha opinião, aceitamos com demasiada indiferença o fato da amnésia infantil – isto é, a perda das lembranças dos primeiros anos de vida – e deixamos de encará-lo como um estranho enigma. Esquecemos quão grandes são as realizações intelectuais e quão complexos são os impulsos afetivos de que é capaz uma criança de uns 4 anos, e deveríamos ficar atônitos ante o fato de a memória dos adultos, em geral, preservar tão pouco desses processos anímicos, sobretudo já que temos todas as razões para supor que essas mesmas realizações infantis esquecidas não terão resvalado pelo desenvolvimento da pessoa sem deixar marcas, mas terão, antes, exercido uma influência determinante sobre todas as fases posteriores de sua vida. E, malgrado essa eficácia incomparável, foram esquecidas! (FREUD, [1901], 1996, p. 62)

O pensador austríaco conclui que não possuímos o traço mnêmico verdadeiro das primeiras lembranças da infância e sim uma elaboração posterior dele, que inclusive pode ter sofrido a influência de forças psíquicas posteriores. Desta feita, nossa forma de nos relacionarmos ou de amarmos o outro está inserida no que nós vivemos também neste período remoto, recheado de elementos inconscientes.

Um livro, conforme Machado (1994), reflete ideologicamente “o conjunto de crenças e opiniões da cultura e da época em que vive um autor”. A autora discorre sobre os fatos que fizeram esse processo ter mais força:

> Na verdade, ele só se tornou evidente há muito poucotempo, depois do desenvolvimento da psicanálise, do refinamento da crítica textual, do afloramento do orgulho cultural em povos e pessoas longamente oprimidos, e do aumento de sensibilidade solidária em relação aos outros, trazido pelos anos [19]60, com seu despertar em favor dos direitos das minorias – ou das maiorias fracas, sem voz. (MACHADO, 1994, p. 05)

Um ponto da natureza do processo ideológico que Ana Maria Machado

chama de “promíscuo” na escrita para criança é o “processo mercadológico editorial”, que tratava o objeto livro como qualquer outro bem a ser consumido e descartado com facilidade, como os demais. Mesmo bons livros para crianças eram/são, segundo a autora, engolfados por esta rede de armadilhas. Acrescenta que a grande maioria já estava/está nessa lógica distorcida durante o processo de escrita. As armadilhas desse processo, aos quais ela se refere, são duas: a utilização pedagógica, que muitas vezes invade o próprio desenrolar da história e que busca obedecer ao sistema escolar e didático; e a categorização da literatura infantil que conseguiu seguir os próprios rumos em “ficção popular”: “categoria em que a popularidade e a vendagem são as determinantes supremas e qualquer exigência de qualidade artística é considerada um luxo supérfluo” (MACHADO, 1994, p. 6).

Em nosso grupo de pesquisa, Literatura e Educação, dois colegas se dedicaram ao desvelamento de uma terceira “armadilha”: a relação muito próxima entre os agentes de avaliação crítica e legitimação artística (críticos literários e membros de júris de premiação literária) e aqueles que desenham políticas públicas para o livro e a leitura literária para crianças e jovens. Ramalhete (2015) conclui, por exemplo, que o mercado editorial possui função decisiva na publicação de livros, tendo em vista a inserção deste produto/objeto na lógica da indústria cultural, reforçando por meio das premiações (financiadas pelo próprio mercado editorial) uma visão de certo modo romantizada, redentora e salvacionista da literatura, que se reproduz em políticas como o Programa Nacional para a Biblioteca na Escola. Já Sampaio de Souza (2019, p. 150) afirma que

> [...] os livros mais lidos e preferidos dos estudantes são aqueles lançados pela indústria cultural (o que talvez indicie, mais uma vez, que a instituição escolar não tem tido a mesma importância social que as instâncias organizadas pelo mercado e, consequentemente, orientada antes ao lucro que à formação humana plena).

Para Machado, trata-se de uma forma de controle social, que seleciona o que se quer mostrar. A crítica mais especializada do gênero infantil começou a surgir nas universidades e fora delas a partir da década de 1960. A partir de então foram realizadas descobertas sobre a ideologia contida nos textos. Por

meio de tais esforços críticos ficou demonstrada uma característica muito comum nos livros escritos para crianças, a saber, aquela que explicita a crença de que toda criança deve obediência cega a um adulto, por este ser mais forte, mais experiente e saber mais.

A autora apresenta no texto exemplos dos livros de que só *a posteriori* conseguiu perceber e fazer a leitura da ideologia que havia neles inserida. E Ana Maria Machado vai à psicanálise para dizer que o significado latente da obra não é aquilo que é dito abertamente, mas o que está "debaixo dos panos" da mesma, ou seja, "aquilo que previamente informou todo o processo da escrita." (MACHADO, 1994, p. 7). Conteúdos como nativos estereotipados, desprezo pelas diversas religiões, defesa do expansionismo imperial, obediência das crianças etc. Na perspectiva da autora, todas as obras estão alinhadas com um tipo de violência moral "velada" dos adultos às crianças. Segundo Ana Maria Machado, não existe neutralidade possível no campo da literatura e é possível refletir inclusive que uma "neutralidade" já seria, por si só, ideológica, na medida em que tentaria não se responsabilizar por nenhum discurso a fim de "arrebanhar" todos os públicos.

> Já que não existe texto inocente, podemos nos perguntar: o que devemos ler?O que as crianças devem ler?Mas na verdade a verdadeira pergunta a ser formulada é outra: como devemos ler?Porque a resposta está na leitura crítica, não está em banir livros ou proibir certas leituras. Nem tampouco está na outra forma de censura, mais comum e mais sutil na nossa época – a censura que, em vez de carimbar um NÃO em algumas obras, acena com bandeirolas de SIM a outras, forçando a leitura de um único tipo de livro. Ambas são totalitárias, em minha opinião, e deveriam ser igualmente rechaçadas. (MACHADO, 1994, p. 10)

A resposta dada pela autora para a leitura de todas as obras, sem a tentação limitadora e moralizante de obras e autores, é a "leitura crítica". Até porque, segundo ela, é impossível proibir, sempre se consegue um jeito de conseguir chegar a um determinado conteúdo. E, também, pelo fato de a ideologia estar não somente nos livros infantis, mas em diversos lugares como programas de televisão, videogames, revistas, etc. Na medida em que não há livro ou qualquer produto da cultura desprovido de ideologia, Machado (1994, 2011) aponta que é preciso agir com inteligência. Acrescenta que a leitura crítica

possibilita a escolha pela qualidade da obra e permite que o leitor, assim, escape às armadilhas do mercado, lendo livros de qualidade artística muito mais elevada.

As proibições às obras acusando-as de ideológicas privam o contato com a diferença. “E, como é um tipo de preocupação que se origina nos círculos políticos e pedagógicos, não nos meios artísticos, corre o risco de acabar privando as crianças de verdadeiras obras de arte.” (MACHADO, 1994, p. 13). Risco que estamos presenciando aqui no Brasil, conforme viemos demonstrando desde a contextualização histórica inicial, passando pela exposição das polêmicas nas redes sociais:

> São pessoas, por exemplo, que acham que livro só pode ser espelho ou foto instantânea, jamais janela ou imagem de sonho. Assim, decretam que contos de fadas ou textos estrangeiros não têm nada a ver com a realidade brasileira, e nem percebem que a fome, o abandono e a exploração infantil têm sido tratados com uma contundência terrível em textos como “João e Maria” ou “O pequeno polegar”, e também em obras como os romances *Os miseráveis*, do francês Victor Hugo, ou *Oliver Twist*, do inglês Charles Dickens (e por autores brasileiros do porte de Jorge Amado). Ou não se dão conta que o autoritarismo patriarcal, os maus tratos contra as mulheres e a violência doméstica são o cerne de uma história como o *Barba-Azul*. Que o assédio sexual dentro do núcleo familiar é o ponto de partida para “Pele de Asno”. Que a situação dos operários em luta por melhores condições de trabalho, tal como contada pelo francês Emile Zola, ou da exploração dos mineiros de carvão narrada pelo inglês D.H. Lawrence, transcendem suas fronteiras de tempo e de espaço. (MACHADO, 2011, p. 25-26)

A escritora termina seu texto com uma colocação belíssima e atual:

> A consciência de que um livro é um objeto ideológico e a exposição crítica desses males não devem levar a um mundo onde alguém ou um grupo sinta que tem o direito de silenciar os outros, de modo algum, apenas porque eles não estão exatamente de acordo com sua ideologia. Caso contrário, pode não ser o fim do mundo, mas, com toda certeza, pode acarretar o fim da palavra escrita. (MACHADO, 2011, p. 13)

E defende que

> Só a possibilidade de leitura de literatura, distribuída pelo

> maior número possível de cidadãos, poderá reforçar a coletividade diante da manipulação do mercado, dos interesses políticos, dos fundamentalismos religiosos, das ambições pessoais de ditadores. Sociedades que já são letradas há muito tempo têm anticorpos intelectuais mais desenvolvidos para enfrentar esses novos males. Sociedades menos acostumadas à leitura ficam muito mais vulneráveis e expostas. Aproximar as crianças de bons textos é também uma forma de fortalecer defesas e cuidar do futuro. (MACHADO, 2011, p. 44-45)

Dentro desta ótica, Marisa Lajolo traz o fato de que há um incentivo à leitura na aquisição para as bibliotecas de escolas, mas confronta a isso o fato de estarem em pauta várias questões controversas, atinentes à censura moralista feita pelos pais sobre o que os filhos lerão nas próprias bibliotecas e escolas ou em casa. Lajolo (2010) fala de forma positiva sobre a preocupação dos pais com os filhos, mas também sua leitura é irônica quanto aos riscos que os responsáveis enxergam no conteúdo das obras:

> [...] não é nada ótimo é quando a discussão sobre *o que leem os jovens* passa a ser pautada pela censura moralista que vê, na temática de certos livros, riscos para... Para o que mesmo? Para a saúde psíquica? Para a moral? Para o comportamento dos jovens? Para tudo isso? [77]

A estudiosa mostra, como já abordado no subcapítulo 2.1, que estas atitudes paralisam possíveis debates. A autora também problematiza a visão dos responsáveis afinados à censura moral de que as crianças e jovens são passivos frente à leitura:

> E, face a todas estas mídias [televisão, internet...], somos mais passivos do que somos face a um livro, sobretudo um livro em torno do qual escola e família podem propor atividades, instigar discussão e reflexão. [...]
>
> A partir dessa constatação, pode ser interessante virar a questão pelo avesso, pensar se o que se precisa não é, exatamente, discutir à luz do dia – isto é, na sala de aula e nas salas de jantar – cenários de sexualidade. Pois sexualidade não é apenas uma questão de biologia, de aparelho reprodutor e de hormônios. É uma questão de como se orquestram os hormônios e o que a sociedade constrói em torno da reprodução.

[77]Disponível em: <https://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,a-censura-moralista,594723>. Acesso em: 8 jun. 2019.

Saindo do âmbito da ação de indivíduos como disparadora de interdição à produção literária, pensemos, agora, no aspecto mais amplo, ou mais geral – à luz da análise sócio-histórica. O crítico literário Roberto Schwarz (2019, p. 330-331), ao ser indagado sobre o retorno de casos de censura estatal a peças, exposições, livros e filmes, sob motivação religiosa ou mera retaliação política, afirma:

> Até onde sei, no período Fernando Henrique, Lula e Dilma não se ouvia falar de censura, pela primeira vez em nossa história. Sob esse aspecto fazíamos parte do mundo civilizado.
>
> Numa fração pequena, a cultura era governada sob seus próprios critérios, auxiliada pelo Estado, ao passo que na parte dominante ela era comandada pelo mercado. Do ponto de vista da própria cultura, a proporção entre estas faixas era insatisfatória, mas, ainda assim, muito melhor que a intervenção autoritária e religiosa que se prepara agora.
>
> Constatada a desgraça, não custa notar que nossa liberdade cultural sempre teve um caráter gritante de prerrogativa de classe. [...] Para enxergar um lado produtivo no retrocesso presente, digamos que o confronto forçado com as novas religiões, o novo autoritarismo, a nova meia-cultura não deixa de ser uma ocasião histórica para sair de nossa modernidade às vezes rasa e alcançar uma atualidade substantiva. Seria o momento, por exemplo, para que nosso agnosticismo saia do armário e conquiste seu direito à cidade.

3.2 Nas veias históricas da censura à literatura

Deonísio da Silva, escritor, ensaísta literário e professor universitário, preocupou-se com as relações entre poder e literatura no livro *Nos bastidores da censura: sexualidade, literatura e repressão pós-64* (1984). Ele utiliza a frase de Nelson Werneck Sodré para abordar essa atitude censora: “Imoral, acima de tudo, é a intolerância” (SILVA, 1984, p. 32) e levanta o fato de os censores não serem lembrados, ao passo que os autores e obras censuradas são inesquecíveis. Exemplo de Joyce, Flaubert, Proust. Todos estes têm passagens por censuras em suas obras.

Sobre a origem da censura a livros na história do mundo, ele informa:

> Numerosos livros que circularam livremente em toda a Idade Média são proibidos na Inglaterra a partir do século 19. A propósito, foram os ingleses que inventaram a censura às obras literárias que ofendessem a moral e os bons costumes. A

> proibição incluía também folhetos, gravuras e tudo o mais que fosse considerado obsceno ou pornográfico. (SILVA, 1984, p. 40)

O autor aborda as nuances dos livros censurados, na medida em que nem todos foram proibidos pelos mesmos motivos, apesar da similaridade no que diz respeito à "ofensa à moral e aos bons costumes, ameaça à segurança nacional e quejandos. O poder discricionário, como foi o caso, não precisa dar razão de seus atos, isto é, a proibição de obras artísticas é uma prerrogativa orgânica do poder." (SILVA, 1984, p. 41-42).Ele também aponta o fato de que a censura teria a característica de incoerência, na medida em que desloca o alvo; menciona o exemplo do caso da censura a obra *Aracelli, meu amor*, de José Loureiro, que foi citada no subcapítulo de análise do conto "A triste história de Eredegalda", caso no qual houve "um notório deslocamento da censura" (SILVA, 1989, p. 43-44): a censura se volta a quem escreveu sobre o fato (estupro e assassinato, com requintes de crueldade), e não a quem o cometeu, deslocando-se, assim, o alvo da censura.

"A censura começou a existir perseguindo heréticos, num mundo mítico governado por deuses; não há processo, não há defesa, bastando, no máximo, a confissão do herético" (SILVA, 1989, p. 47). Com o surgimento do Estado centralizador, há um deslocamento da censura e seus alvos. Os novos alvos são os cientistas, políticos, filósofos e artistas. "Da obsessão do Estado teocrático com as questões de poder, travestidas de questões religiosas, passamos, no Ocidente, a um Estado leigo que se diz guardião da moralidade pública, vale dizer, da ideologia da classe dominante" (SILVA, 1989, p. 47). Dessa forma, houve um deslocamento, mas se mantêm as raízes da censura, como as do Estado teocrático. Ele alerta que o estado liberal diversifica as camuflagens ao regular os limites da liberdade de expressão, buscando, assim, controlar as intenções do artista enquanto cidadão: "[...] como o Estado estaria defendendo os interesses da classe dominante, o escritor, ao romper os limites da referida moralidade, estaria em luta clandestina contra esta classe." (SILVA, 1989, p. 47). Para Deonísio da Silva, a moralidade que está sendo questionada é da classe dominante, que, via censura, questiona o que se pode expressar e não o que se pode fazer. Ou seja, há a intenção de não deixar à mostra a violência que

permeia esta classe – e que, em seu bojo, para se sustentar, precisa da exploração, de manter o outro no lugar de objeto depreciado. Nesse viés, na censura, ocupam o mesmo lugar o escritor, os livros e as crianças.

Deonísio da Silva (1989) questiona o que estaria em jogo nos processos de censura e aborda, então, a sexualidade enquanto um assunto complexo, que o Estado moderno ainda não conseguiu resolver:

> A censura a este tema [sexualidade] e seus desdobramentos, posta como norma ao longo da civilização ocidental, agrava-se quando o Estado é fraco e não está ainda consolidado. Os cuidados são tão mais amplos quanto mais fraco ele é. Mas é engano pensar que quando o Estado está num estágio mais avançado da modernidade a liberdade de expressão esteja mais assegurada. O que ocorre é que se sofisticaram os mecanismos de controle e a permissão vai mais além. A fronteira foi posta mais adiante, mas nem por isso o poder deixou de saber o exato contorno desses limites. (SILVA, 1984, p. 52)

Os “poderes censórios”, como ele nomeia, quando abordam o tema da sexualidade não conseguem tipificar a inconveniência do mesmo:

> Os poderes censórios, quando examinam textos que tomaram as sexualidades como tema, ou apenas aludiram a elas de formas consideradas inconvenientes, têm encontrado dificuldade, como se viu, em tipificar essa inconveniência. Uma restrição, porém, é obvia: o susto com o léxico, que é apenas uma primeira barreira. Antes ainda de chegar à sintaxe, portanto antes da frase, quando o enredo ainda nem foi dado a conhecer, o palavrão aparece como primeira marca dessa inconveniência. Às vezes, não é nem o palavrão, mas apenas a alusão à sexualidade de formas menos desabrigadas do que aquelas que os românticos nos legaram, marcadas por eufemismos, metáforas, elipses etc., que constitui a primeira complicação. (SILVA, 1984, p. 52)

Aqui insiro os conteúdos verificados nos *print screens*estampadosnas redes sociais de ataques às obras nos quais os palavrões foram apresentados como resposta a algo com que os autores das mensagens de indignação não concordam. Eles paralisaram no léxico, não adentraram o texto e apresentam a característica de pouco aprofundamento e desenvolvimento das ideias. A maioria dos comentários se apresenta com poucas palavras acusativas, palavrões. Eles utilizaram a palavra “abuso” no ataque ao conto de Eredegalda e à história de Ana Maria Machado, mas sem localizá-lo devidamente (na medida

em que o abuso não estaria nas escolas e nos professores – acusados de incompetentes, coniventes etc. – e sim, como vimos a partir dos dados, dentro da própria casa das crianças, infelizmente). Os comentários que acusaram as obras e autores deslocaram, como Deonísio da Silva, Marisa Lajolo e Ana Maria Machado apontam, a censura.

Françoise Dolto (2005), no livro *A causa das crianças,* no capítulo "Sexualidade: O muro do silêncio", escancara a importância da sexualidade desde o momento em que o humano chega ao mundo, dizendo que ela não para de se mostrar na criança por meio dos vocabulários do corpo, no dia a dia. "As pulsões genitais trazem uma comunicação interpsíquica permanente entre os seres humanos desde o início da vida. Elas são projetadas em uma linguagem que está no âmbito de nosso desenvolvimento" (DOLTO, 2005, p. 20). E faz uma alerta contundente nos dias atuais, dias nos quais se atacam obras literárias a serem trabalhadas nas escolas:

> Mas não houve uma educação para a dignidade de seu corpo e no sentido na nobreza do corpo em todas as suas partes e, se não soubermos ocupar-nos de nosso próprio corpo, tanto para sua manutenção, seu crescimento, o respeito por seus ritmos, haverá descompensação e, por isso, desvio das forças humanas...Tudo isso deveria ser uma informação e uma instrução desde a idade da escola maternal. Isso, porém, de modo nenhum é feito: há uma carência no ser humano, alimentada pela omissão sistemática de se falar a respeito na escola, uma ignorância total e uma incapacidade de assumir o que vem do próprio corpo...É absolutamente desesperador! (DOLTO, 2005, p. 20)

E, na verdade, a melhor preparação para a informação deve ser iniciada desde bem cedo na linguagem da vida, pela metáfora também, acerca de todas as funções do corpo. Dessa forma, o silenciamento sobre temas que dizem respeito ao corpo e à vida das crianças atua como elemento contraestruturante da subjetivação humana.

Assim como formulou Dolto (2005), a pergunta que se reedita nesse tempo é: Como explicamos então este obscurantismo que se colocou como um muro de silêncio diante de tais questões da sexualidade infantil, levando a sociedade adulta que lida com as crianças a agir como se ela não existisse ou como se ela fosse um perigo se for explicitada?

Dolto (2005) aponta que, no adulto, a memória apaga tudo o que pertencia ao período pré-edipiano. Freud (1901/1996) também abordou tal aspecto no trabalho acerca das lembranças encobridoras. A censura desvela muito mais sobre aqueles que a exercem: mostra a cara paradoxal da sociedade adulta que lida com a criança. Tais adultos não levaram em conta o caráter dialógico e intertextual da literatura. Deonísio da Silva nos informa que

> O país [Portugal] que nos descobriu e cuja cultura herdamos, de cuja literatura somos tributários e herdeiros, impôs censura prévia a seus escritores desde a primeira metade do século 16 até 1834. Antes de Pombal, a censura era ainda pior, pois competia a três serviços diferentes: dois em poder da Igreja e um em poder do Paço. Um livro, para ser publicado, deveria passar pelo Ordinário da Diocese, pela Inquisição e pelo desembargo do Paço. A primeira forma de censura em nossa tradição literária remonta, pois, a Portugal, e era um serviço da Igreja (SILVA, 1989, p. 55).

Esta modalidade de censura nasce antes da Idade Moderna, mas não faz inspeção prévia nos originais, a não ser depois dos anos 40 do século 16. Até então, exercitava apenas uma função repressiva:

> Era praticada de dois modos básicos: oficiosamente ou mediante denúncia, com o texto já publicado. O tipo de censura mais clássico, entretanto, foi aquele praticado pela Inquisição e o santo Ofício, que vitimou, entre outros, além do Padre Antônio Vieira, um dos primeiros escritores brasileiros, Antônio José da Silva, o Judeu, queimado vivo por causa dos textos publicados. Começamos mal! (SILVA, 1989, p. 56)

A “Inquisição” hoje, no Brasil contemporâneo, é verificada nas redes sociais, nos discursos de ataques às obras literárias e às diferenças. O período da Inquisição levantado por Silva (1989) e Machado (1994, 2011) não ficou para trás: ele se apresenta com nova face nas redes sociais e fora delas também. O discurso que utiliza elementos religiosos é também verificado no texto de Freud (1921/1996) sobre a psicologia de grupos, que apresentarei no subcapítulo 3.4.

3.3 A criança: contra os muros do silêncio

Antes de prosseguir se faz necessário aprofundar no terreno da escuta da

criança a partir da psicanálise. Sigmund Freud desvela uma criança que sente solidão, raiva, tristeza, desejos destrutivos e vive dilemas e contradições, é portadora de sexualidade e caminha na contramão dos controles da educação.

Esta criança desvelada por Freud não existia desde sempre. Na sociedade medieval não se encontrava um sentimento da infância, ou seja, um olhar para suas particularidades (ARIÈS, 1981 apud PRISZKULNIK, 2004, p. 72). À medida que se tornava mais independente da mãe,a criança era parte das relações com os adultos, com os quais faz o aprendizado para a vida fora do âmbito escolar (que era uma exceção).

Com o passar do tempo, no século XVII, a situação se modifica e é entre os moralistas e educadores que surge um novo sentimento em relação à infância, visando à disciplina e à imposição de costumes. Vai-se impondo o estatuto de uma frágil criatura de deus que precisa ser preservada e disciplinada pela igreja e na vida familiar. A crescente preocupação moral na vida familiar e na educação, nos estabelecimentos de ensino, é constante e deflagradora de castigos diversos para que se alcance tal fim. As crianças são mantidas à parte dos contatos e dos diálogos com os adultos.

No século XIX, uma nova (porém, nem tanto) forma de educação se apresenta. Surge a ideia da criança que precisa ser preparada para a vida adulta com uma rotina rígida e rigorosa. Neste século surgem diversos estudos sobre a criança. A expansão da educação se alinha com o período da expansão da industrialização no país. Também neste período, Freud, com a psicanálise, percorre um campo até então desconhecido e abala a confiança que a sociedade tinha sobre a “razão”**.** A descoberta sobre a sexualidade infantil contra a visão da “inocência” da criança aponta que o ser humano é marcado pelo inconsciente ao mesmo tempo inquietante e familiar, dessa forma, passível de diversos afetos até então rechaçados.

> A criança que Freud descortina é um sujeito desejante, ela está submetida às leis da linguagem que a determinam, demandando amor e não só os objetos que satisfaçam as necessidades. Não é a criança “inocente”, aquele ser em quem o “demônio da sensualidade” não provoca abalos, inquietações e perturbações. (PRISZKULNIK, 2004, p. 75)

A Psicanálise acredita que a idealização do outro sempre ocorre, seja criança, aluno, amigo, etc.,na medida em que as relações trazem sempre um resquício do narcisismo que faz parte da constituição do sujeito. Isso inclui o que já apontei anteriormente como amnésia infantil.

> Essa amnésia infantil distancia o adulto da própria infância e é inevitável. É inevitável também que essa distância da própria infância distancie o adulto da criança, a tal ponto que esta se torna um enigma para ele. Assim, a Psicanálise afirma que a criança é sempre um enigma para o adulto (como o adulto também é um enigma para a criança), ou seja, a criança sempre interpela o adulto (como o adulto também interpela a criança). Portanto, aceitar que a criança é sempre um enigma para o adulto é reconhecer que a relação com a criança não está "resguardada" de contradições, choques e conflitos. (PRISZKULNIK, 2004. p. 76)

Enfim, como a sociedade atual, munida do que podemos chamar de excesso (e não resquício) de narcisismo, como aborda Sigmund Freud e Françoise Dolto, lida com as crianças e as obras literárias escolhidas para esta pesquisa, sujeitos de desejo, de inconsciente, de sexualidade?

Perceber os limites desse desencontro no entendimento da criança enquanto sujeito de desejo e de direitos nos tempos contemporâneos exigiu penetrar no que o próprio Freud desenvolveu em sua teoria sobre as massas e os grupos.

3.4 As redes sociais na perspectiva dos grupos: pânico, morte e violência à palavra da criança

O aprofundamento no estudo acerca dos fenômenos grupais (que podem ser chamado de massas) aponta para uma caracterização dos mesmos a partir dos laços libidinais, para a psicanálise. Sigmund Freud (1921/1996) distingue os grupos com líderes e os grupos sem líderes. Os principais exemplos de estruturas organizadas, permanentes e artificiais são as Igrejas e o exército. Estes são grupos artificiais, segundo Freud, pois é necessária uma força externa para evitar que eles se desagreguem:

> Numa Igreja (e podemos com proveito tomar a Igreja Católica como exemplo típico), bem como num exército, por mais diferentes que ambos possam ser em outros aspectos, prevalece a mesma ilusão de que há um cabeça – na igreja católica, Cristo; num exército, o comandante-chefe – que ama todos os indivíduos do grupo com um amor igual. Tudo depende dessa ilusão; se ela tivesse de ser abandonada, então tanto a Igreja quanto o exército se dissolveriam, até onde a força externa lhes permite fazê-lo. (FREUD, [1921], 1996, p. 105-106)

Um engodo democrático se passa com a Igreja, pois afirma-se a igualdade perante o amor de Cristo. Neste ponto, invoca-se a semelhança entre a comunidade cristã e uma família. A mesma coisa se aplica ao exército ou a uma ideia dominante que pode também tomar o lugar do líder.

Um traço significativo dessa teoria de Freud é de que a essência de um grupo que se encontra nos laços libidinais também se encontra no fenômeno do pânico. “Surge um pânico se um grupo desse tipo se desintegra” (FREUD, [1921], 1996, p. 107) ou se se percebe que algo o ameaça, enquanto estrutura de discurso:

> Desse modo, uma religião, mesmo que se chame a si mesma de religião do amor, tem de ser dura e inclemente para com aqueles que a ela não pertencem. Fundamentalmente, na verdade, toda religião é, dessa mesma maneira, uma religião de amor para todos aqueles a quem abrange, ao passo que a crueldade e a intolerância para com os que não lhe pertencem são naturais a todas as religiões.

O fenômeno percebido atualmente possuielementos do que Freud aponta em ambos. O que chama atenção é o discurso sem elementos dialógicos e metafóricos, mas sim com teor único e autoritário, no qual se vê uma unicidade de verdade e a repetição de pautas. Dessa forma, rebaixa a criança a objeto depreciado e não a entende como sujeito de fala. Nota-se, pois, nos tempos atuais o ressurgimento do fenômeno religioso que se expressa no aumento de fortalecimento de religiões tradicionais, evidenciado no surgimento de vertentes neopentecostais e na exacerbação cotidiana do fanatismo. Voltando a Freud, ele considera a religião sob um olhar crítico negativo. Ele afirma que ela é uma ilusão sem futuro por se colocar na contramão da emancipação humana.

O futuro de uma ilusão, de 1927, é um texto dedicado à religião. Nele,

Freud considera as tendências antissociais e anticulturais como parte do homem de forma geral e afirma que a civilização deve-se erigir sobre a coerção ao trabalho e sobre a renúncia à pulsão. A essas restrições, o homem reage com angústia e hostilidade. Para combater essa hostilidade, busca-se o fortalecimento do supereu a partir da internalização dos preceitos sociais e das ideias religiosas, pensadas por Freud como ilusões. Os sentimentos religiosos nascem, dessa forma, "da necessidade que o homem tem de tornar tolerável seu desamparo, e [esse "tesouro das representações" de ordem religiosa foi] construído com o material das lembranças do desamparo de sua própria infância e da infância da raça humana" (FREUD, 1927/1996, p. 30).Também acrescenta "o reconhecimento de que esse desamparo perdura através da vida", tornando-se necessário "aferra[r]-se à existência de um pai, desta vez, um pai mais poderoso" (FREUD, 1927/1996, p. 43). Os desejos a que se refere Freud são os desejos de proteção contra o desamparo originário e de tamponamento da falta constitutiva do sujeito. A cura seria a cura do impossível, por isso Freuddiz que todas as religiões são ilusões.

Em *O mal-estar da civilização*, de 1930, Freud coloca a religião como uma das saídas para o mal-estar do homem: o sofrimento e o sentimento de impotência que têm como fontes o próprio corpo do homem, a natureza e principalmente a relação dos homens entre si.

Apesar de acreditar que a conquista da felicidade seja impossível na perspectiva freudiana, há nesta teoria a constatação da existência de diversos caminhos humanos no sentido de obter prazer ou evitar o desprazer. Tais caminhos devem ser descobertos individualmente, cada um de acordo com sua constituição psíquica.Esses caminhos podem, porém, ser substituídos pela religião ao preço da restrição das opções com a imposição da promessa do seu próprio caminho para a felicidade e para a proteção do sofrimento. Assim, a religião arrasta as pessoas a um "delírio de massa" (FREUD, 1930/1996, p. 104) e o sujeito se esquiva, então, de se responsabilizar pelo seu desejo. Mostra-se, pois, aliado à teoria freudiana para pensar os fenômenos de grupo o que Castells e Cardoso (2005) chamam de "Sociedade em rede".

Refletir contemporaneamente a respeito da teoria sobre os grupos cunhada por Sigmund Freud ([1921], 1996) requer uma adequação à realidade

presente, época na qual a tecnologia se configura como núcleo central da nossa sociedade. Manuel Castells e Gustavo Cardoso (2005) aprofundaram o estudo acerca da sociedade na era das redes, questionando o olhar de diversos setores de teóricos que definem a tecnologia a partir de extremos: ou de forma negativa puramente ou como o palco maravilhoso da criatividade e de possibilidades. E assim a definem:

> A sociedade em rede, em termos simples, é uma estrutura social baseada em redes operadas por tecnologias de comunicação e informação fundamentadas na microelectrónica e em redes digitais de computadores que geram, processam e distribuem informação a partir de conhecimento acumulado nos nós dessas redes. A rede é a estrutura formal (vide Monge e Contractor,2004). É um sistema de nós interligados. E os nós são, em linguagem formal, os pontos onde a curva se intersecta a si própria. As redes são estruturas abertas que evoluem acrescentando ou removendo nós de acordo com as mudanças necessárias dos programas que conseguem atingir os objetivos de *performance* para a rede. Estes programas são decididos socialmente fora da rede, mas, a partir do momento em que são inscritos na lógica da rede, a rede vai seguir eficientemente essas instruções, acrescentando, apagando e reconfigurando, até que um novo programa substitua ou modifique os códigos que comandam esse sistema operativo. (CASTELLS; CARDOSO, 2005, p. 21)

Dessa forma, a sociedade em rede responde aos efeitos sociais fora das redes. Não há como separá-las. As redes não são consideradas por eles como a causa de determinados fenômenos que já não ocorram fora. A sociedade em rede também se apresenta nas formas como se modificam os modos de sociabilidades e a transformação na maneirade comunicação, o que inclui três tendências:

- A comunicação, de forma geral, delineada e organizada em torno dos negócios de mídia, aglomerados que são globais e locais, simultaneamente (assim, dependente de mercado e produtos);

- O sistema de comunicação social está cada vez mais digitalizado e consequentemente envolve mais interação das pessoas. Isso não significa que exista um modelo unidirecional e unificado. As interações são muito mais fragmentadas e difusas. “Como o sistema é diversificado e flexível, é cada vez mais inclusivo de todas as mensagens enviadas na sociedade” (Castells e Cardoso, 2005);

- E esta última tendência é a que mais interessa à presente pesquisa:

> Com a difusão da sociedade em rede, e com a expansão das redes de novas tecnologias de comunicação, dá-se uma explosão de redes horizontais de comunicação, bastante independentes do negócio dos media e dos governos, o que permite a emergência daquilo a que chamei comunicação de massa autocomandada. É comunicação de massas porque é difundida em toda a Internet, podendo potencialmente chegar a todo o planeta. É autocomandada porque geralmente é iniciada por indivíduos ou grupos, por eles próprios, sem a mediação do sistema de media. A explosão de blogues, vlogues (vídeo-blogues), *podding*, *streaming* e outras formas de interactividade. A comunicação entre computadores criou um novo sistema de redes de comunicação global e horizontal que, pela primeira vez na história, permite que as pessoas comuniquem umas com as outras sem utilizar oscanaiscriadospelasinstituiçõesdasociedadeparaacomunicaçã osocializante (CASTELLS; CARDOSO, 2005, p. 24).

A sociedade em rede não representa a liberdade que defende uma parte das pessoas que se colocam como profetas. Ao contrário,

> Ela é constituída simultaneamente por um sistema oligopolista de negócios multimedia, que controlam um cada vez mais inclusivo hipertexto, e pela explosão de redes horizontais de comunicação local/global. E, também, pela interacção entre os dois sistemas, num padrão complexo de conexões e desconexões em diferentes contextos. Contudo, o que resulta desta evolução é que a cultura da sociedade em rede é largamente estruturada pela troca de mensagens no compósito de hipertexto electrónico criado pelas redes, ligadas tecnologicamente, de modos de comunicação diferentes. Na sociedade em rede, a virtualidade é a refundação da realidade através de novas formas de comunicação socializável. (CASTELLS; CARDOSO, 2005, p. 26)

Por causa disto, atacar a imagem de alguém nas redes tornou-se uma possibilidade no meio político, é uma de suas armas. As mensagens negativas se apresentam mais eficazes do que as positivas, e a manipulação comprometedora de informações visam ao ataque a figuras políticas a partir de fabricação de notícias e fatos falsos. “Políticos mediáticos e políticos de imagem levam ao escândalo político, o tipo de política à frente do processo político praticamente em todo o mundo” (CASTELLS; CARDOSO, 2005, p. 28).

Nesse panorama no qual se entrelaçam políticos e sociedade num fenômeno de massa, as redes são utilizadas como arma de ataque às obras

literárias para crianças estudadas nesta pesquisa, sob o engodo de estas serem manipulações ideológicas nocivas realizadas pelos autores, os inimigos a quem é necessário "destruir" – como demonstrado nas mensagens postadas nas redes, esse objetivo, inclusive, aparece explicitamente declarado.

3.5 A leitura literária para crianças: laços, intertextualidade e direitos humanos

Contrário a esse discurso de censura e destruição do Outro, considero o discurso literário que, a partir das obras analisadas, se apresenta intertextual, como Ana Maria Machado considera toda literatura: "Se é literatura, mais cedo ou mais tarde, em algum momento, está sujeita a que nela aflorem vestígios de outros textos ou fantasmas de outros escritos com os quais dialoga." (MACHADO, 2011, p. 90-91).

Na literatura infantil basta que não sejam livros de conteúdo raso e cheios de ensinamentos e lições para crianças,

> [...] basta começar a haver uma narrativa digna desse nome, com conflitos, antagonismos, crises, personagens de alguma complexidade, com um trabalho de linguagem capaz de criar ambiguidades semânticas, e estratégias de relato que deem margem a situações ricas em possibilidades de sentidos variados e uma dinâmica de plurissignificação, e, pronto, acontece: os traços dessa intertextualidade começam a ser sugeridos aqui e ali. São sinais que aquele texto tem uma densidade de outro tipo e entrou no terreno da literatura porque permite reapropriações múltiplas em diferentes leituras. (MACHADO, 2011, p. 91)

Intertextualidade, dessa forma, parte de um outro, mas acrescenta, cria, se enlaça. Destaco três aspectos fundamentais da leitura literária para crianças: a intertextualidade, o diálogo e os direitos humanos.

A intertextualidade, conforme apresentada por Machado (2012), é dialógica e não tirânica, pois, como ela propõe, "o diálogo faz parte da natureza da literatura" (MACHADO, 2011, p. 99). Parte de uma narrativa que possibilite acréscimo dos seguintes, não é fechada ou pronta, como se percebe no discurso dos grupos (sejam os artificiais ou os surgidos a partir de uma ideia, conforme a

tipologia proposta por Freud).

A reescrita intertextual é uma criação de uma outra obra, com suas próprias marcas e originalidades. “Trata-se do aspecto que assume a continuidade de uma criação coletiva da humanidade” (MACHADO, 2011, p. 99). As obras intertextuais continuam, criam, se enlaçam na medida em que não paralisam no discurso alheio, tirânico e cheio de pânico, como acontece nos grupos cuja solidariedade e coesão se mantém pela força.

As duas obras focalizadas apresentam o recurso da intertextualidade. Partem de uma obra anterior e acrescentam elementos narrativos e poéticos novos. Elas são obras que dialogam com outras obras, elas se entrelaçam, não vêm na unicidade de um discurso fechado, elas partem dialogicamente de outra. Escutaram outra narrativa, de outro tempo, para se fazerem presentes para contar e cantar alguma história. Como em um deslizamento que significa e re-significa.

No caso do livro *O menino que espiava pra dentro*, o personagem Lucas se lançou em contos clássicos, como Branca de Neve, a Moura Torta, Bela adormecida etc., para se fazer atual, para construir uma poética em torno do engasgo atual com a maçã, que lhe permite, para além da rudeza e covardia cotidiana, voar e fantasiar outras aventuras. Ele altera o gênero do personagem principal dos contos, se pensando por vezes como um “belo adormecido” ou um “branco de neve”, e realizando brincadeiras com seu amigo imaginário Tatá.

No conto “A triste história de Eredegalda”, a violência do incesto se faz presente e persistente apesar das diversas versões do conto. O deslizamento criativo envolveu o nome da personagem e o posicionamento protetivo do entorno, frente à violência e à prisão da protagonista. Interessante relacionar isto que se moveu ao longo das décadas na obra, deslizando, reeditando e se reelaborando – ao passo que o agressor paterno permaneceu no mesmo lugar, rígido e ameaçador. O silenciamento tem desta sisudez e da impossibilidade de dialogia e intertextualidade. Os nomes se modificam mesmo na sociedade, as Eredegaldas são diversas, o que não se alterou, não “deslizou” foi a violência na história: a figura tirânica do pai-rei-deus se apresentou violenta, ameaçadora e silenciadora. Com isso, percebe-se o que não desliza, o que não tem como fazer um trabalho dialógico, intertextual.

A figura que não se apresenta intertextual, não deslizante, rígida e cristalizada é a figura que apresenta um discurso tirânico e totalitário. Isso é o apresentado e reforçado nas redes sociais. Os comentários são diversos, porém, apresentam as mesmas características limitadoras e limitadas em seu bojo, sob o véu-engodo da proteção às crianças. Lembremo-nos de alguns dos comentários "printados" das redes sociais, atinentes à polêmica sobre as obras literárias para crianças aqui focalizadas:

> "Esse livro tem interesse inspiração satânica." (Figura 4)
> "To passada...Eu li esse livro na escola quando era criança...amava esse livro...não me lembrava...que triste isso!! Obrigada por alertar!!" (Figura 5)
> "Induzir crianças ao suicídio deveria ser crime. Mas estamos no Brasil. Que sorte!! "(Figura 6)
> "Uma escritora que através de um livro ensina as crianças a fazerem maldade com elas próprias e sem ninguém por perto ..." (Figura 7)
> "....o brasil esta virando um país sem moral isso é o satanás entrando na vida das pessoas para fazer desgraça!!!" (Figura....)
> " Incentivo ao incesto?? ..." (Figura 16)
> "Marxismo cultural" (figura 16)

A acusação da existência de conteúdo subjacente e nocivo às crianças se repete e é observada nos comentários nas redes sociais.

José Mauro Brant, ao final do livro *Enquanto o sono não vem*, explicou o que o faz percorrer o terreno da intertextualidade no caminho da contação-cantação de histórias:

> Lá no fundo, bem lá no fundo da memória, existem vozes que cantam e contam histórias. É só fechar os olhos e lembrar, que quase podemos ouvi-las. Comigo é assim, há muitas vozes dentro de mim...Como é que cabem tantas vozes dentro da gente!
>
> Hoje é a minha voz que conta histórias...
>
> Engraçado contar conto popular. Parece que a gente o escreve com nossa voz! Vai contando de um jeito, depois conta de outro, quando vê, ele está escrito lá na nossa memória. (BRANT, 2003, p. 50)

Percebe-se, aqui, um desejo explícito de integração com a humanidade, de recuperação de vozes de outros, de outros tempos... O oposto à vontade de silenciamento, de controle, de rigidez. Ou seja, a produção do contador-cantador de histórias Brant parte de obras anteriores, de uma narrativa ou discurso

anterior, mas vai além. Diferentemente dos fenômenos que foram apresentados nos *print screens*: a partir de uma narrativa (já empobrecida) anterior não se consegue criar, fabular, ou mesmo questionar. Repete-se empobrecidamente um discurso fragmentado e violento, que não considera sequer a possibilidade de haver outra(s) versão(ões).

Dessa forma, também podem ser as redes: nós ou laços.

Penso que a única forma de a leitura oral para crianças ser efetiva é por este viés, dialógico, intertextual, com as narrativas advindas das crianças que se apresentam após a leitura "inicial" oferecida pelo adulto-mediador. Leitura crítica, intertextual e corajosa, pois não tem a garantia do discurso alheio contra o mal-estar; mas apresenta-se viva e ativa, deslizante.

> Uma narrativa é uma viagem que remete ao território do outro ou de outros, uma maneira, então, de expandir os limites de nossa experiência, tendo acesso a um fragmento de mundo que não é o nosso. Reflete uma necessidade muito humana: a de não nos contentarmos em viver uma única vida e, por isso, o desejo de suspender um pouco o transcurso monocórdico da própria existência para ter acesso a outras vidas e outros mundos possíveis, o que produz, por um lado, certo descanso entre a fadiga de viver e, por outro, o acesso a aspectos sutis do humano que até então nos haviam sido alheios.(ANDRUETTO, 2012, p. 54)

Como já indicado, só a possibilidade de leitura de literatura, distribuída pelo maior número possível de cidadãos, poderá reforçar a coletividade diante da manipulação do mercado, dos interesses políticos, dos fundamentalismos religiosos, das ambições pessoais de ditadores. Sociedades que já são letradas há muito tempo têm anticorpos intelectuais mais desenvolvidos para enfrentar esses novos males. Sociedades menos acostumadas à leitura ficam muito mais vulneráveis e expostas. Aproximar as crianças de bons textos é também uma forma de fortalecer defesas e cuidar do futuro (MACHADO, 2011, p. 44-45).

Nesse viés, Ana Maria Machado dialoga com a defesa da literatura feita por Antonio Candido, como um direito humano e humanizador da sociedade. Ao convocar os direitos humanos, Candido considera que se trata de "reconhecer que aquilo que consideramos indispensável para nós é também indispensável para o próximo" (CANDIDO, 1995, p. 174). Dessa forma, destaca um alcance

maior da literatura na sociedade, enquanto um bem incompressível (termo que foi criado pelo padre Louis-Joseph Lebret e abrange aqueles bens que não poderiam ser subtraídos da vida humana, como o alimento, a moradia, o vestuário, a saúde). Os bens compressíveis são os considerados supérfluos– como cosméticos, roupas desnecessárias, enfeites. O entendimento da sociedade acerca do que seriam os bens compressíveis e bens incompressíveis é que está, na perspectiva de Candido (1995), por trás do problema dos direitos humanos e que chega a desembocar no alcance da literatura pensada comoum direito de todos.

Candido (1995) ressalta a urgência de repensar o que seria necessário para uma vida em sociedade. Sinaliza que, na luta pelos direitos humanos, caberia repensar o rol de elementos que comporiam os bens incompressíveis, pois a vida não se constitui apenas dos que garantem a sobrevivência física, mas também aqueles que garantem a integridade espiritual.

De acordo com o crítico e professor, são bens incompressíveis, certamente, a alimentação, a moradia, o vestuário, a instrução, a saúde, a liberdade individual, o amparo da justiça pública, a resistência à opressão etc.; e também o direito à crença, à opinião, ao lazer e, por que não, à arte e à literatura (CANDIDO, 1995, p. 176).

A fim de aprofundar o campo literário e defender a literatura enquanto bem incompressível, Candido a define de maneira ampla, como manifestação de todos os seres humanos em todos os tempos:

> Chamarei de literatura, da maneira mais ampla possível, todas as criações de toque poético, ficcional ou dramático em todos os níveis de uma sociedade, em todos os tipos de cultura, desde o que chamamos folclore, lenda, chiste e até as formas mais complexas e difíceis da produção escrita das grandes civilizações (CANDIDO, 1995, p. 176).

Na formulação de Candido, a satisfação dessa necessidade é um direito de todos. A literatura é atrelada ao social e por isso constitui fator indispensável da humanização, na medida em que confirma o homem na sua humanidade. O estudioso acrescenta que “talvez que não haja equilibro social sem a literatura” (CANDIDO, 1995, p. 177). Destaca-se que, sem esse movimento de escuta das

diversas narrativas ficcionais, de fabulação e no sentido dialógico e construtivo, não é possível uma sociedade democrática:

> Por isso, os valores que a sociedade preconiza, ou os que considera prejudiciais, estão presentes nas diversas manifestações da ficção, poesia e da ação dramática. A literatura confirma e nega, propõe e denuncia, apoia e combate, fornecendo a possibilidade de vivermos dialeticamente os problemas. (CANDIDO, 1995, p. 177-178)

O trecho do ensaio de Candido (1995) que se harmonizade forma contundentemente afim a esta pesquisa é a seguinte:

> Convém lembrar que ela não é uma experiência inofensiva, mas uma aventura que pode causar problemas psíquicos e morais, como acontece com a própria vida, da qual é imagem e transfiguração. Isto significa que ela tem um papel formador na personalidade, mas não segundo as convenções; seria antes segundo a força indiscriminada e poderosa da própria realidade. Por isso, nas mãos do leitor o livro pode ser fator de perturbação e mesmo de risco. Daí a ambivalência da sociedade em face dele, suscitando por vezes condenações violentas quando ele veicula noções ou oferece sugestões que a visão convencional gostaria de proscrever. No âmbito da instrução escolar, o livro chega a gerar conflitos, porque o seu efeito transcende as normas estabelecidas. (CANDIDO, 1995, p. 178)

Como pensador inspirado pelo materialismo histórico e dialético, Candido (1995) afirmaque a literatura se faz humanizadora porque é contraditória e fora do campo da isenção. Ele a situa também no campo social e não no meramente individual:

> Em outro plano, a literatura pode ser um instrumento consciente de desmascaramento, pelo fato de focalizar as situações de restrição de direitos, ou de negação deles, como a miséria, a servidão, a mutilação espiritual. Tanto num nível quanto no outro ela tem muito a ver com a luta pelos direitos humanos. (CANDIDO, 1995, p. 188)

Desta maneira, as manifestações violentas que visaram mutilar partes de uma obra ou a obra inteira têm a ver com a retirada de direitos das crianças sob o véu da proteção, como também ressaltou Thais Sêco no âmbito da civilística, conforme apresentado no subcapitulo de análise de “Atriste história de Eredegalda”. Sêco (2019)coloca em questão, para reflexão, a extensão do poder

familiar sobre o que seria lido nas escolas. A autora defendeu que o aumento do poder familiar pretendido através do controle/monitoramento de leituras literárias na escola significaria limitação de direitos da criança, contrário ao que Candido (1995) compreende, ou seja, a literatura como um direito incompressível, e também diferente do que Machado (1994, 2011) defende, ou seja, que se deve ler para a criança diversos títulos de forma crítica. Por isso, Candido diz que a organização da sociedade pode garantir ou retirar esse direito, "desse bem humanizador" (CANDIDO, 1995, p. 188)

Candido (1995) adentra a questão da organização de classes, que pode permitir ou limitar a fruição dos livros (enquanto bens humanizadores). E assim considera grave a situação da sociedade brasileira, que estratifica e limita as possibilidades "tratando como se fossem compressíveis muitos bens materiais e espirituais que são incompressíveis" (CANDIDO, 1995, p. 188). A classe média tem mais acesso que o homem do povo; às pessoas mais pobres é limitada a fruição de obras mais eruditas. E isso é bem atual, principalmente no tempo em que o ministro da economia lança uma medida de taxação de livros[78],o que se mostra uma forma de silenciar e retirar direitos da população mais pobre, que já é subtraída de tantos acessos.

De acordo com a mestre em crítica literária, Cristiane Tavares, desde o início do governo Bolsonaro em 2019, a Política Nacional de Alfabetização vem sofrendo gritantes retrocessos e "desconsidera décadas de pesquisas de excelência sobre alfabetização realizadas pelas universidades brasileiras, optando por um retrocesso a visões ultrapassadas sobre o modo como as crianças aprendem a ler e a escrever e revelando concepções restritas e bastante questionáveis sobre infância, educação e literatura"[79].

O ápice do retrocesso, conforme Tavares, é a coleção "Conta pra mim", uma coleção de quarenta livros do programa de alfabetização para "todas as famílias brasileiras, tendo prioridade aquelas em condição de vulnerabilidade socioeconômica", como diz o texto oficial, do governo Jair Bolsonaro no MEC

[78]Disponível em: <http://ultradicas.com.br/taxacao-de-livros-como-proposta-de-reforma-tributaria-pode-encarecer-obras/> e <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/08/a-falacia-de-paulo-guedes-sobre-a-taxacao-de-livros.shtml>. Acesso em: 18 ago. 2020.
[79]Disponível em:<https://www.quatrocincoum.com.br/br/noticias/politicas-do-livro/conta-outra>. Acesso em: 22 set. 2020.

(Ministério da Educação)[80]. Essa coleção apresenta alterações de histórias clássicas, sem os créditos devidos aos verdadeiros autores e com a subtração dos temas espinhosos, próprios também da literatura.

Marisa Lajolo, sobre a coleção, considera totalmente empobrecedora da literatura para a infância, e evidencia que a versão recomendada pelo programa em questão é recheada de conteúdos moralizantes e doutrinários. Segundo os responsáveis pelas adaptações,

> [...] eles [MEC] pediram uma leveza na questão do texto. Então a gente optou por não colocar [certas passagens]. Por exemplo, tem conto de fadas que tem estupro. A gente não ia colocar isso numa história. Nem contamos essa história.[81]

A retirada de direitos da leitura para a população de uma forma geral – e nela incluída a infância – está no cerne da censura.

> Portanto, a luta pelos direitos humanos abrange a luta por um estado de coisas em que todos possam ter acesso aos diferentes níveis da cultura. A distinção entre cultura popular e cultura erudita não deve servir para justificar e manter uma separação iníqua, como se do ponto de vista cultural a sociedade fosse dividida em esferas incomunicáveis, dando lugar a dois tipos incomunicáveis de fruidores. Uma sociedade justa pressupõe o respeito dos direitos humanos, e a fruição da arte e da literatura em todas as modalidades e em todos os níveis é um direito inalienável. (CANDIDO, 1995, p. 193)

O alcançe do que se almeja nesses tempos politicos atuais é que se remova ou dificulte o acesso aos livros. Seja com a novidade atual acerca da taxação dos mesmos, seja retirando-os das escolas a partir de acusações levianas.

Maria Amélia Dalvi (2018, p. 15) defende que

> Uma educação literária efetiva precisa ir além de ensinar a ler textos literários. É necessário defrontar o sujeito com a complexidade (cultural, social, histórica, econômica...) das práticas atinentes ao literário, para que o próprio sujeito possa entender que literatura não se reduz à escrita e à leitura de obras: há toda uma intrincada e sedutora teia de trabalho, filiação, valoração e escolhas que, se não vem à tona, fica esquecida, e não mobiliza e engaja os sujeitos que têm

[80]Idem
[81] Idem

> diferentes interesses, perfis, modosdeser no mundo.

Isso inclui “pensar seu tempo, sua sociedade, seu lugar no mundo como indivíduo e como partícipe de uma teia de relações” (DALVI, 2018, p. 15). Ou seja,

> [...] é preciso, sim, garantir a experiência de leitura, de escrita e de discussão literária na escola, mas é preciso mais. A literatura é, historicamente, uma dimensão privilegiada da criatividade, questionamento, resistência, problematização. Sua abertura e sua generosidade com o processo de produção de sentidos devem ser mobilizadas para sofisticar nossa inteligência, nossa emoção e nossa sensibilidade, para complexificar e lançar adiante nossa vida intrae intersubjetiva. Não faz sentido que ela, a literatura – com toda a sua complexidade constitutiva e com sua fluidez que escapa às definições e circunscrições limitadoras – não seja central, fundante, estruturante, nuclear em nossos processos de educação. (DALVI, 2018,p. 19)

Os comentários em rede partiram de um pânico coletivo frente aos perigos que as obras representariam para as crianças que desembocou em atitudes de violência e autoritarismo nestes espaços. Os dois movimentos iniciados não levaram em conta o que a criança da obra estava dizendo. O silenciamento em primeiro lugar foi com a não leitura, levando em conta a perspectiva da criança: no menino que espiava pra dentro, a criança que fantasia a partir de elementos cotidianos criativamente, enriquece os objetos, recria intertextualmente contos clássicos. Não se ouviu, também, a criança que perguntou à mãe se ao se engasgar iria até o mundo da imaginação como Lucas,nãose parou para indagar se esta criança estava de fato pensando em tirar a própria vida. Os dois movimentos passaram por cima destas falas, do menino Lucas e do outro menino, e foram se movimentar nas redes, gritando por mais silenciamento.

No conto, a menina Eredegalda gritou de três torres e não foi ouvida. Ela continua gritando nas escolas, nas ruas, dentro de vivências de abusos veladas e silenciadas dentro das casas de famílias, de diversas classes socioeconômicas e culturais.

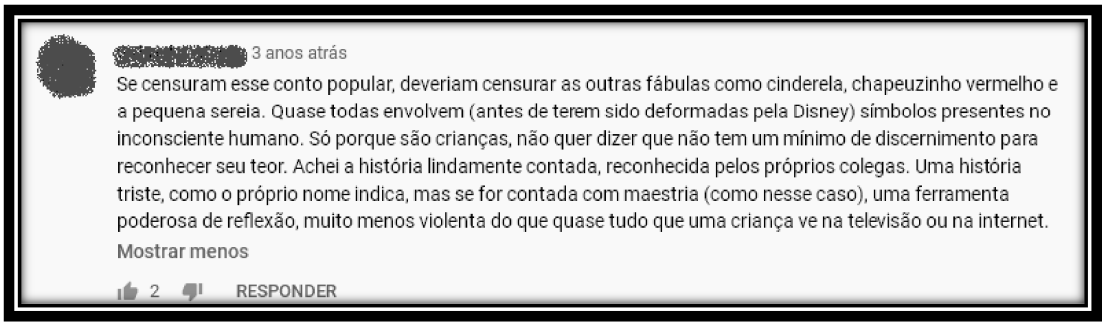
A menina Eredegalda não foi ouvida e muito menos amparada, protegida. Sua história, contada e recontada desde a Idade Média, chega a 2017, no Brasil pós-golpe, e é retirada das escolas do Espírito Santo. Estado que não protegeu a menina Aracelli de ser abusada sexualmente, torturada e morta por poderosos

locais ligados à política e economia local no período da ditadura militar de 1964-85. Estado que não fez o aborto legal da menina de dez anos abusada desde os seis pelo tio.

A sociedade busca em discursos externos (como os da religião e da figura política autoritária) eliminar o outro diferente. Aniquila tudo o que se refere a pesquisa, aprofundamento e criatividade.

A violência dos gritos ecoados nas redes sociais é a violência do apagamento de uma pergunta, do “espio para dentro”, de um pedido de socorro, pois isto, que é o mais importante no que tange ao direito das crianças, não foi levado em conta. A massa raivosa nas redes sociais se apresenta em maior número, mas, em meio a essa escuridão, podemos ver algumas luzes como a figura a seguir:

Figura 18



Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=NDM5srhbHqk>. Acesso em: 15 abr. 2019

Raras, porém, reflexivas e em defesa das crianças. Estas conseguiram, de fato, ler as obras literárias e escutar as crianças enquanto sujeitos de desejo e direitos em meio aos diversos “alaridos” violentos, repetitivos e barulhentos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na repetição dos ataques às obras artístico-literárias na contemporaneidade, a infância é atingida. Aqui, apresentei os esforços de pesquisa atinentes a um tipo e modo particular de ataque: o escândalo de fundo moralista suscitado a partir das redes sociais, em face de uma leitura reducionista ou de uma não-leitura de obras literárias para a infância. Como foram muitas polêmicas – e, durante o estudo, surgiram várias delas – precisei, logo no início dos estudos, realizar um recorte:centrei a atenção em polêmicas surgidas e/ou alimentadas pelas redes sociais e que tiveram como alvo os seguintes títulos ficcionais: *O menino que espiava pra dentro*, de Ana Maria Machado, e "A triste história de Eredegalda", reconto de José Mauro Brant, integrante do livro *Enquanto o sono não vem*.

Fiz um estudo que visou a compreender (ou seja, ir além da mera descrição analítica) polêmicas envolvendo a Literatura Infantil, surgidas em um contexto histórico específico, a saber, o período simultâneo e imediatamente posterior ao Golpe Jurídico-Midiático-Parlamentar de 2016, no Brasil. Por isso, foi necessário deslindar esse contexto – o que fiz a partir de dados auferidos na imprensa e em diálogo com analistas políticos, sociais, econômicos e culturais. Não é possível compreender uma polêmica olhando apenas para o objeto que a suscitou: é preciso entender as relações humanas das quais emergiu. Fiz em muitos momentos aproximações entre o momento atual, de recrudescimento do pensamento de direita, e a ditadura civil-militar, por entendermos que, no que tange ao fenômeno da censura, há muitos elementos comuns.

As polêmicas foram aqui apresentadas por meio de *print screen* de postagens e comentários publicados por usuários em redes sociais, com referência às obras e aos autores em foco, em nosso estudo. O número de postagens e comentários excede centenas, mas trouxe aquelas que apresentam elementos reiterados (desejo de censura/silenciamento, moralismo sexual, religiosidade, ameaça de violência física e até de assassinato contra autores, palavrões, discurso de proteção às crianças...), por entender que sejam representativas da ideologia de grupo que lastreia tais polêmicas. Por entender que essas manifestações devam ser tratadas em referência ao processo social

optei por desidentificar (ocultar o nome de usuário) as postagens e os comentários. Trata-se também de um cuidado ético de não personalizar a análise.

A questão central à qual me dediquei foi: "*Qual a lógica subjacente às polêmicas nas redes sociaisque se apresentam sob a capa de proteção e cuidado com as crianças, para justificara censura e o silenciamento (impedimento da livre circulação) da produção ficcional para a infância?*"**.** Para responder a essa pergunta, recorri a um referencial teórico-metodológico psicanalítico (a partir das teorias de Françoise Dolto e de Sigmund Freud), em correlação com estudos sobre a circulação dos discursos (atentando especificamente aos fenômenos da censura e do silenciamento contemporâneo nas redes sociais, a partir das reflexões de Deonísio da Silva, Eni Orlandi e da própria Ana Maria Machado). Utilizei, ainda, noções atinentes ao campo literário (particularmente centradas nas questões da leitura literária e da formação do leitor literário), em autores como Ana Maria Machado, Antonio Candido, Maria Amélia Dalvi, Marisa Lajolo e Regina Zilberman.

As conclusões do estudo – como não poderia deixar de ser – têm implicações para os indivíduos e para a coletividade; ou seja, elas não se detêm em um único polo. Apontam que os ataques às obras literárias na contemporaneidade atingem a infância, pois os adultos que interditam ou querem interditar o literário não consideram que, se há um sofrimento, ele deva ser escutado; não consideram que a leitura literária requer reflexão e requer também, da parte do adulto, contato com a criança que um dia foi. Defendo a partir da pesquisa e das orientações de Maria Amélia Dalvique, sob censura e silenciamento, há perda de debates frutíferos e importantes sobre os temas que são inerentes ao humano – sobram, portanto, vazio, rompimento, devastação do simbólico e faltam deslizamentos significantes, metáforas, ludicidade e alimento subjetivo afetivo.

Do ponto de vista do fenômeno das redes sociais, as conclusões apontam que os laços sociais se emaranham na rapidez, e os sujeitos, movidos pela experiência de consumo e pelo número de objetos disponíveis, são captados facilmente pela lógica das redes e pelas informações que elas comportam: os comentários aparecem em enxurrada, com termos pouco reflexivos e muito

repetitivos – por isso mesmo, pedem a interdição da leitura de obras literárias consideradas inadequadas para a infância; terminam por indiciar, à própria revelia, que essas obras perturbaram visões de mundo que pretendiam silenciar questões fundamentais para a humanidade em nós: o fato de as polêmicas existirem é um atestado de que elas tocaram em temas “esquecidos” pela sociedade, mas que, nem por isso, desaparecem.

Para adultos que perpetram tais ataques, as crianças passam a ser vítimas de uma escritora cruel que induziria ao suicídio (no caso de *O menino que espiava pra dentro)* ou de um escritor indecente que induziria à sexualidade incestuosa (no caso do reconto “A triste história de Eredegalda”).Como dissemos, tais adultos não consideram que, se há um sofrimento, ele deva ser escutado (ao invés de ignorado ou rechaçado). Mas isso (escutar) requer leitura, reflexão, isto é, tempo da lentidão – um certo “Talento”, como o do menino personagem Lucas: e o tempo atual é o do imediatismo, do consumo de informações de modo aligeirado e pouco ponderado.

Escutar mobiliza também, da parte da sociedade adulta, as próprias infâncias, seja a partir das boas, seja a partir das difíceis experiênciasda própria história. E, mais do que isso, requer se deparar com o real que à criança se apresenta: a sexualidade, os conflitos, contradições.A perda de debates frutíferos e importantes sobre os temas que são inerentes ao humano acontece com tais ataques que, em última instância, se desdobram, a partir do “escândalo” e da adesão acrítica de massa, em ferozes censuras. Sobram silenciamento, vazio, rompimento, devastação do simbólico, e faltam deslizamentos significantes, metáforas, ludicidade e alimento subjetivo afetivo que promovam outros discursos, mesmo que discordantes. Embora aparentemente os ataques estejam restritos à esfera do que cada família julga adequado para seus filhos, o fato é que essas consequências têm implicações para a vida política de todos. Como formar sujeitos humanizados, democráticos, se não convivem com a diferença, com a negociação, com o confronto salutar de distintas visões de mundo?

Os laços sociais se emaranham na rapidez dos movimentos contemporâneos e, movidos pelo consumo e pelo número de objetos disponíveis, os sujeitos são captados facilmente pelas redes sociais (Facebook,

Youtube, WhatsApp...) e pelas informações que elas comportam e fazem circular.Os comentários, seguindo o tom de denúncia, aparecem em enxurrada e com termos pouco reflexivos e muito repetitivos, como Freud (1996) aponta sobre o fenômeno dos grupos.O que a sociedade contemporânea está perdendo de potência criativa e simbólica na medida em que não há tempo para se envolver, ler e fazer laços e, como Lucas, “o menino que espiava pra dentro”, espiar a si mesmo?E o que está perdendo ao não escutar Eredegalda e nem tomar conhecimento do que ocorre dentro das torres nas quais foi presa? A busca constante “do que está fora” promove um afastamento das próprias questões humanas. Promove também uma conivência com as questões de violência real contra a criança e contra a infância.

Somos todos parte de uma “saga escrita com palavras” (REYES, 2017,p. 47), talvez, por isso, precisemos tanto de palavras. As histórias, os poemas e os contos são necessários, pois nos conectam com o passado, com as pessoas e as nossas relações afetivas ao longo da vida:

> Ler é, no fundo, estabelecer diálogos entre os que estão aqui e agora com os que moram longe ou morreram e os que estarão vivos quando estivermos mortos. E tornar visível e audível o invisível e o inaudível: por isso, talvez, as crianças peçam, queiram, necessitem que leiamos para elas. Precisam ser envolvidas, decifradas, acompanhadas, consoladas pelas palavras.
>
> Precisam também dar nomes a tantas sombras, a tantas coisas indizíveis. (REYES, 2017, p. 47)

A intertextualidade é parte da maioria dos textos – e por isso é parte também dos processos de leitura, como considerado ao longo desta pesquisa. Paralisar de forma violenta esse processo de relacionar textos ou suspender essas possibilidades é uma forma de romper laços humanos, significa cortar as possibilidades, pois se só há um discurso único ele não é dialógico – e onde não há dialogia a própria essência da comunicação humana se perde... Nessa situação, só existe uma verdade, que não se entrelaça, e aí só restam “nós”, no sentido de nó cego.

Lucas, Eredegalda, as crianças e ambos os autores que entrelaçaram suas palavras a partir de contos clássicos não se alinham à “covardia de existir” de que fala Freud (1996) ao abordar o fenômeno dos grupos. Eles ousaram criar

algo novo a partir de narrativas anteriores, em um movimento dialógico e intertextual. Os *posts* nas redes sociais, aqui reproduzidos por meio de *print screen*, desnudam o véu da covardia e da pobreza significativa em redes emaranhadas, amedrontad(or)as e paralisantes, na busca por censurar a arte e, com isso, "proteger" a infância, sob o engodo de discursos religiosos que fecham os olhos à realidade objetiva das crianças – como ficou demonstrado a partir dos dados estatísticos e das análises levadas a cabo ao longo dos capítulos.

A vida emocional e cognitiva nasce dessa leitura remota, que vem das histórias contadas, que afagam, embalam e se entrelaçam em redes de histórias. Dessa forma, ler para (o) outro é aumentar o número de histórias nessa rede, é entrelaçar o número de afetos:

> Ler é conhecer a experiência de homens e mulheres, daqui ou de outros lugares, de nossa época ou de épocas passadas, transcrita em palavras que podem nos ensinar muito sobre nós mesmos, sobre certas regiões de nós mesmos que ainda não havíamos explorado, ou que ainda não conseguimos expressar. Ao longo das páginas, experimentamos em nós, a um só tempo, a verdade mais subjetiva, mais íntima e a humanidade compartilhada(PÉTIT, 2008, p. 94)

A leitura parte, então, de um lugar de troca, de envolvimento, contato e fruição.

> Talvez, quando crescermos, continuaremos a ler para reviver este ritual, esse triângulo amoroso que todas as noites unia três vértices: uma criança, um livro e um adulto. Nesta cena primária está a chave para os projetos de leitura. Por um lado, existem os livros. Do outro, os leitores. E no meio, essas figuras que, em linguagem técnica, são chamados de "mediadores" – bibliotecários, pais, professores, livreiros, editores – encarregados de promover encontros inéditos e sempre em construção entre um livro e um leitor, particular, de carne e osso. Além das nomenclaturas, qualquer projeto de leitura envolve esses três componentes: o acervo (os livros, os materiais, as palavras), os leitores (ou melhor, cada leitor singular) e o mediador: aquele que promove esses encontros.(REYES, 2017, p. 48)

A leitura para crianças convoca a presença de pessoas adultas. Estas que, "tecnicamente", são denominadas mediadoras e que no passado foram as crianças embaladas (ou não) pelo alimento-palavra de outra. A criança que foi acolhida ou a negligenciada. A que foi alimentada por palavras e a que foi

silenciada e confinada. A que teve o tempo necessário para a fabulação e a que sofreu as marcas de estar em mãos que não a dos pais a maior parte do dia por estes estarem em situação de exploração no trabalho. E todos esses aspectos estarão presentes no momento da leitura oral para crianças, isto é, estão presentes na sociedade adulta. Seja para acolher a criançaapósumaleitura ou para confinar e silenciar narrativas, obras, autores, arte e toda uma sociedade em nome de “reis” autoritários, amedrontados e amedrontadores e toda gama de violadores de direitos.

Dessa forma, os comentários nas redes sociais que pedem a retirada ou eliminação das leituras das obras citadas nesta pesquisa refletem que essas obras perturbaram visões de mundo que pretendiam um silêncio sobre tais temas. O fato de as polêmicas existirem é um atestado de que elas tocaram em temas silenciados ou “esquecidos” pela sociedade.

Considera-se que os espaços em branco ao final de cada história trabalhada nesta pesquisa são chaves para a leitura das mesmas. O pós-leitura é a questão que convoca os leitores a tantos sentimentos que, ao final, se assemelham em um fenômeno de grupo – um grupo assustado pelos tabus do incesto e da morte, temas que circundarão todas as pessoas ao longo da vida de formas diferentes. A religião lida com eles colocando acima do humano este controle, colocam-no em “deus”. Mas tais temas são constituintes de nossa humanidade e todos terão de se haver com isso. Mas,na escuta do pós-leitura (escuta que, às vezes, é a escuta de nós mesmos), podem vir a eclodir histórias que muitas vezes têm em seu bojo extremas violências.

Oscomportamentosidentificados a partir dos *posts*não acolhem e não protegem as crianças das violências vividas – ao contrário, ao defenderem a não-leitura, o cerceamento da ficção literária, reiteram a violência, ao privá-las de um direito, de algo constitutivo da própria humanidade (CANDIDO, 1995).

Como, então, assegurar que o direito das crianças à própria cultura seja respeitado? Entendendoo papel que as diversas obras podem ter no processo,tanto de constituição subjetiva, quanto de inserção sociocultural. Nem a casa e nem a escola terão controle sobre o que pode emergir, mas têm responsabilidade em defender a face mais vulnerável da realidade: a infância; e

a primeira defesa é assegurar o direito à palavra, ao discurso, o direito a ouvir e ser ouvido, a ler e a ser lido.

Aqui, com base no conjunto de elementos analisados, entendo que o“pano de fundo” de tais ataques e censuras às obras é uma forma de escape da responsabilidade de proteção às crianças e jovens que, dialeticamente, se apresenta como se fosse, justamente, uma forma de proteção e defesa. Tais ataques e tentativas de cerceamento do literárioescancaram um buraco nos nossos âmbitos privados e públicos no que concerne à defesa da infância e da adolescência. Escancara a deficiência da sociedade no que tange àproteção dos mais vulneráveis.

Os sujeitos que fizeram postagens apressadas e que endossaram essas postagens com comentários ameaçadores, violentos,são pessoas que utilizam as redes como se estivessem portando armas em uma mão e a bíblia em outra– e não se importam se o alvo que eles estão conseguindo atacar e matar, ainda que simbolicamente, é a criança, na medida em que sejaprivada do acesso à variedade das histórias, seja nos livros, seja na convivência com as diferenças. Como argumentamos com base em um rico número de autores, a literatura infantil não é isenta, a ideologia sempre esteve presente na história da literatura infantil. Ela dialoga com o tempo histórico, social, econômico e político do país. A forma como ela é lida também.

Não há leitura literária sem pausa para interpretação, sem pausa para escuta do que a leitura deixou de rastro em cada um, apesar das diferenças que permeiam cada período histórico, político e social. Senão, os sistemas autoritários e violentos triunfarão e sufocarão as narrativas, palavras, lembranças e afetos. Acredito que esse é o desafio maior dos processos de leitura nos tempos atuais, seja ela infantil ou não.Trazer a intertextualidade noprocesso de leitura, relacionando as palavras contadas com as palavras que surgirem destas leituras. Hoje, a partir das redes sociais, multiplicam-se os discursos violentos e cheios de mentiras sobre o assunto que se deseja abordar. A intenção é confundir, mascarar as verdades em prol de conteúdos cheios de ódio que privilegiem o poder econômico nas mãos de uma elite em detrimento da maioria, diversa e plural. A intenção é a destruição das diferenças e dos direitos alcançados com muito suor e ainda insuficientes no que tange aos

direitos da infância.

A sociedade que acredita que proteger as crianças é poupá-las de histórias ou recortar partes das histórias existentes para que elas não tenham acesso a temas concernentes ao humano e à existência da violência (que inclusive se faz presente e constante no discurso político atual) mutila, ao fim e ao cabo, tais crianças, privando-as da totalidade da vida. A defesa da arte literária é, dessa forma, a defesa das crianças.A defesa ao direito das crianças. É chocante que, no caso atinente ao conto “A triste história de Eredegalda”, o próprio Ministério da Educação tenha sucumbido ante à leitura apressada, à falta de critérios técnicos e tenha endossado o alarmismo, a vulgaridade, pondo em risco o direito das crianças de se apropriarem plenamente de sua própria cultura.

As redes sociais têm o potencial de desvelar fenômenos como os que aqui foram estudados, por este motivo não devemos considerá-lasno sentido estritamente negativo. Elas apresentam a rapidez que muitas vezes não aprofunda, mas também fazem aparecer fenômenos que anteriormente estavampouco visíveis,como se houvesse uma falsa normalidade. O universo digital apresenta desafios inéditos em termos de temporalidade e comunicação interpessoal. Resta-nos, diante dele e do seu potencial, como apontam Castells e Cardoso (2005), a reflexão e a ação ética fundamentada.Fazer do material das redes novas tessituras.

Por fim, muitos dos responsáveis por crianças que embarcaram nas polêmicas alvo deste estudo, certamente, diriam que o fizeram por amor. Mas o amor na medida em que se constitui na alteridadee na esfera dos direitos não se alinha ao lugar tirânicode uma segurança (pessoal ou nacional) quesilencia, viola e mata a palavra, o desejo e a liberdade. A constituição do sujeito, o inconsciente, da sexualidade e dos desejosse tece na intertextualidade e na alteridade das relações interpessoais. Saindo do âmbito das redes-armadilhas, quem sabe, a infância, o poético, a arte literária são possíveis enquanto redes-laços coletivos.

REFERÊNCIAS

ALCOFORADO, Doralice F. X. Delgadinha:Um inconciliável conflito de obediência. In: **Boitatá:** revista do GT de literatura oral e popular da ANPOLL. Número especial, 2008,p. 143-156.

ALVES, Márcia. Do direito à literatura infantil. In: LIMA, Érica; FARIAS, Fabíola; LOPES, Raquel (Orgs.). **As crianças e os livros:** reflexões sobre a leitura na primeira infância. Belo Horizonte: Fundação Municipal de Cultura, 2017, p. 36-44.

ANDRUETTO, Maria Tereza. **Por uma literatura sem adjetivos**. Tradução: Carmem Cacciacaro. São Paulo: Pulo do Gato, 2012.

ÁVILA, Daniela Schardong. **A literatura infantojuvenil no período ditatorial**: os discursos metafóricos na obra de Ana Maria Machado. Disponível em: http://bibliodigital.unijui.edu.br:8080/xmlui/bitstream/handle/123456789/6027/Daniela%20Schardong%20%C3%81vila.pdf?sequence=1. Acesso em: 07 nov. 2019.

BARREIRA, Marcelo. Um desafio à tolerância e à laicidade do Estado Democrático de Direito: o contexto religioso do Golpe de 2016 no Brasil. In: GALVÃO, Ana Carolina; ZAIDAN, Junia; SALGUEIRO, Wilberth (Orgs.). **Foi golpe! O Brasil de 2016 em análise**. 2. ed. Campinas: Pontes, 2019. p. 61-78.

BARROS, Manoel de. **Memórias inventadas –** A infância. São Paulo: Planeta, 2003.

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade** (Entrevista a Benedetto Vecchi). Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1996.

BENJAMIN, Walter. **Reflexões:** a criança, o brinquedo, a educação. 4. ed. São Paulo: Summus, 1984.

BORDINI, Maria da Glória. A literatura infantil nos anos 80. In: SERRA, Elizabeth D'Angelo (Org.)**. 30 anos de literatura para crianças e jovens**: algumas leituras. Campinas: Mercado de Letras, 1998, p. 33-46.

BRANT, José M. A triste história de Eredegalda. In: _____. **Enquanto o sono não vem**. Ilustrações de Ana Maria Moura. Rio de Janeiro: Rocco, 2003.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente - Lei Federal 8069, de 13 de julho de 1990**. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 2002.

BRAUER, Jussara Falek. O outro em Lacan: consequências clínicas. **Psicologia USP**, São Paulo, v. 5, n. 1-2, p. 309-333, 1994.Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1678-51771994000100020&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 24 mar.2020.

BRENMAN, Ilan. **A condenação de Emília**: uma reflexão sobre a produção de livros politicamente corretos destinados às crianças. 2008.Tese (Doutorado em Educação) **–** Universidade de São Paulo.

BUSATO, Susana. Reescrever é desfazer tranças. **ELyra: Revista da Rede**

Internacional Lyracompoetics. n. 12, 2018, p. 175-198. Disponível em:<https://www.elyra.org/index.php/elyra/article/view/270>. Acesso em: 05 fev. 2020.

CASTELLS, Manuel; CARDOSO, Gustavo (Orgs.). **A sociedade em rede**: do conhecimento à ação política. Belém: Imprensa Nacional, 2005. p. 17-30.

CANDIDO, Antônio. O direito à literatura. In: **Vários escritos**. 3.ed. revista e ampliada. São Paulo: Duas Cidades, 1995.

CEALE- Centro de alfabetização, leitura e escrita. FAE/UFMG. **Nota Técnica sobre o livro: Enquanto o sono não vem**, de José Mauro Brant. 01 de junho de 2017. Disponível em: <http://ceale.fae.ufmg.br/app/webroot/files/uploads/Random/Nota%20t%C3%A9cnica%20livro%20Enquanto%20o%20sono%20n%C3%A3o%20vem.pdf>.Acesso em: 11 abr. 2020.

CHAUI, Marilena. O papel da cultura no momento político. In: _____. **Conformismo e resistência**. Organização de Homero Santiago. Belo Horizonte: Autêntica; São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2014, p. 201-202.

COELHO, Cláudio Novaes Pinto. Os golpes de 1964 e 2016: poder, espetáculo, simulacro. **Rumores** (USP). n. 22, v. 11, jul.-dez. 2017, p. 224-250. DOI:10.11606.

DALVI, Maria Amélia. Literatura infantil e democracia. In: GALVÃO, Ana Carolina; ZAIDAN, Junia; SALGUEIRO,Wilberth (Orgs.). **Foi golpe! O Brasil de 2016 em análise**. 2. ed. Campinas: Pontes, 2019a, p. 135-159.

DALVI, Maria Amélia. **Poema algum basta**. Vitória: Cousa, 2019b.

DALVI *et al.* **Literatura e educação:** história, formação e experiência. Campos dos Goitacazes: Brasil Multicultural, 2018. Disponível em:<http://www.literaturaeeducacao.ufes.br/sites/grupoliteraturaeeducacao.ufes.br/files/field/anexo/ebook_literatura-educacao_historia_formacao_experiencia_0.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2020.

DALVI, Maria Amélia. Literaturas e infâncias: pesquisa (d)e pós-graduação como espaço político. **Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea** (UnB), n. 46, p. 153-173, jul./dez. 2015. DOI: https://doi.org/10.1590/2316-4018469.

DALVI, Maria Amélia. Ensino de Literatura: algumas contribuições. In: UYENO, Elzira; PUZZO, Mirian; RENDA, Vera (Orgs.). **Linguística aplicada, Línguística e Literatura:** intersecções profícuas. Campinas: Pontes, 2012, p. 15-42.

DALVI, Maria Amélia; SANTOS, Monick Pereira de Araújo. Humor em quatro poemas infantis: crítica e(m) formação. In: SILVA, Arlene Batista da; DALVI, Maria Amélia; SCARDINO, Rafaela (Orgs.). **Literatura infantil e juvenil**. Vitória: Ufes, Programa de Pós-Graduação em Letras, 2020, v. 1, p. 85-99. Disponível em: https://literaturaeeducacao.ufes.br/sites/grupoliteraturaeeducacao.ufes.br/files/field/anexo/2020_-_literatura_infantil_e_juvenil_-_ebook_xx_cel.pdf. Acesso em: 11 nov. 2020.

DALVI, Maria Amélia. Mulheres do mundo: testemunho e gênero em três narrativas (*Um defeito de cor*, de Ana Maria Gonçalves; *As boas mulheres da China*, de Xinran; e *Infiel*, de AyaanHirsi Ali). In: XII Congresso Internacional da

Abralic, 2011, Curitiba. **Anais do XII Congresso Internacional da Abralic**. Curitiba: Abralic, 2011. v. 1. [s. p.]. Disponível em: https://abralic.org.br/eventos/cong2011/AnaisOnline/resumos/TC0382-1.pdf. Acesso em: 11 nov. 2020.

DELMASCHIO, Andréia. **Entrevista concedida a Vitor Cei Santos**. Fórum Literatura Brasileira Contemporânea, Rio .de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 187-206, jan.-jun. 2019.DOI: https://doi.org/10.35520/flbc.2019.v11n21a26525.

DOLTO, Françoise. **A causa das crianças**. Tradução: Ivo Storniolo e Yvone Maria C. T. da Silva. Aparecida: Ideias e Letras, 2005.

DORNELES, Camila de Souza. **Livros infantis e a censura de 1964 a 1985 no Brasil:** raridade das enunciações. 2018.Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação. Curso de Biblioteconomia (Trabalho de Conclusão de Curso). Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/189824>.Acesso em: 20 set. 2019.

FEDERICI, Silvia. **Mulheres e caça às bruxas**. São Paulo: Boitempo, 2019.

FERNANDES, Frederico Garcia; PLATT, AdreanaDulcina. A literatura não atura: uma reflexão sobre literatura e cultura em movimento. **Miscelânea** (Assis), v. 26, jul.-dez. 2019, p. 219-235. Disponível em: https://seer.assis.unesp.br/index.php/miscelanea/issue/view/77. Acesso em: 20 jul. 2020.

FONTE, Sandra Soares Della. A formação humana em debate. In: **Educação e sociedade**.Vol. 35,no. 127. Campinas Apr./June 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302014000200003>. Acesso em: 26 set. 2020.

FREUD, Sigmund. Luto e melancolia (1917). **Edição Standard das Obras completas de Sigmund Freud, vol. XIV**. Rio de Janeiro: Imago, 1996, p. 249-263.

FREUD, Sigmund. O futuro de uma ilusão (1927). **Edição Standard das Obras completas de Sigmund Freud, vol. XXI**. Rio de Janeiro: Imago, 1996, p. 15-66.

FREUD, Sigmund. O mal-estar na civilização (1930). **Edição Standard das Obras completas de Sigmund Freud, vol. XXI**. Rio de Janeiro: Imago, 1996, p. 67-150.

FREUD, Sigmund. Psicopatologia da vida cotidiana: Lembranças da infância e lembranças encobridoras (1901). **Edição Standard das Obras completas de Sigmund Freud, vol. VI**. Rio de Janeiro: Imago, 1996, p. 59-66.

FREUD, Sigmund. Três ensaios sobre a teoria da sexualidade (1905). **Edição Standard das Obras completas de Sigmund Freud, vol. VII**. Rio de Janeiro: Imago, 1996, p. 119-229.

FREUD, Sigmund. Psicologia de grupo e a análise do ego (1921). **Edição Standard das Obras completas de Sigmund Freud, vol. XVIII**. Rio de Janeiro: Imago, 1996, p. 79-154.

FREUD, Sigmund. Totem e Tabu (1913). **Edição Standard das Obras completas de Sigmund Freud, vol. XIII**. Rio de Janeiro: Imago, 1996, p. 13-163.

FROMMING, Sigfrid. **A influência da censura em seis traduções brasileiras dos contos dos Irmãos Grimm no século XX**. 2014. Tese (Doutorado em Estudos da Tradução) – Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/130935/332920.pdf?sequence=>. Acesso em: 24 set. 2019.

GALVÃO, Ana Carolina; ZAIDAN, Junia; SALGUEIRO, Wilberth (Orgs.).**Foi golpe! O Brasil de 2016 em análise**. 2. ed. Campinas: Pontes, 2019.

GOULART, Nízia M. Concepção e função da religião para Freud e Lacan: o triunfo de uma ilusão? In: **Cartas de psicanálise – Centro de Estudos e Pesquisa em Psicanálise – Vale do Aço**. Ano 2. Volume 1. N.2. Dezembro de 2007. p. 114-119.

JINKINS, Ivana; DORIA, Kim; CLETO, Murilo (Orgs.). **Por que gritamos Golpe?:** para entender o *impeachment* e a crise política no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2016.

KAISER, Elesa Vanessa. *O menino que espiava pra dentro*: espiando o jogo entre o clássico e o contemporâneo. **Revista Trama**, v.11, n. 21, 2015.

KEHL, Maria Rita. Depressão, temporalidade, sintoma social. In: **O tempo e o cão:** a atualidade das depressões. São Paulo: Boitempo, 2009.

LACAN, Jacques. **O seminário, livro 23***:* O sinthoma (1975-1976). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

MACHADO, Ana Maria. Enlas alas de lalibertad. In: **Revista de EstudiosBrasileños**, v. 1, n. 1, jul-dez. Salamanca, 2014.

MACHADO, Ana Maria. **Silenciosa Algazarra: reflexões sobre livros e práticas de leitura.** São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

MACHADO, Ana Maria. **Ideologia e livro infantil**. Revista Latino-Americana LIJ n.1. FNLIJ – FUNDALEITURA/ IBBY. 1994, p. 02-13.

MACHADO, Ana Maria. **O menino que espiava pra dentro**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1983.

MACHADO, Ana Maria. **O menino que espiava pra dentro**. Rio de Janeiro: Global, 2008.

MACHENS, Maria Lucia. **Revista Recreio**: ruptura e subversão de modelos da literatura infantil brasileira. 2003. Dissertação (Mestrado em Estudos literários) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória.

MAIA, Aline Borba; MEDEIROS, Cynthia Pereira de; FONTE, Flavio. O conceito de sintoma na psicanálise: Uma introdução (Dossiê). In: **Estilos da clínica**. 17(1). 2012, p. 44-61. Disponível em: <O conceito de sintoma na psicanálise: uma introdução (bvsalud.org)>. Acesso em: 15 dez. 2020.

MARIANO, Juliana Camargo. **A literatura infantil e o autoritarismo no século XX**: um estudo comparativo entre Ruth Rocha e José Cardoso Pires. 2012. Dissertação (Mestrado em Estudos Comparados de Literaturas em Língua Portuguesa) – Universidade de São Paulo. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8156/tde-09012013-

122910/publico/2012_JulianaCamargoMariano_VCorr.pdf. Acesso em: 07 nov. 2019.

MELMAN, Charles. **As novas (velhas) faces do conservadorismo católico**. 2018. Disponível em: http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/577687-as-novas-velhas-faces-do-conservadorismo-catolico. Acesso em: 27 nov. 2020.

MELO, Fabiana Monnerat de; DALVI, Maria Amélia**.** O poema "obrar", de Manoel de Barros, lido à luz do humor em Freud e da crítica à sociedade do consumo e da aceleração. In: XXI Congresso de Estudos Literários, 2020, Vitória. **Anais do XXI Congresso de Estudos Literários [recurso eletrônico]: o humor na literatura**. Vitória: Programa de Pós-Graduação em Letras, 2019. v. 1. p. 303-319.

MIGUEL, Luis Felipe. **O colapso da democracia no Brasil**: da constituição ao golpe de 2016. São Paulo: Fundação Rosa de Luxemburgo; Expressão Popular, 2019.

MORAES, Josenildo Oliveira de. **A literatura infantil como instrumento de denúncia da ditadura militar**. 2011. Dissertação (Mestrado em Literatura e Interculturalidade) **–** Universidade Estadual da Paraíba. Disponível em: http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UEPB_c6c73ac0f3d0c79779c1ed2790149cc5. Acesso em: 07 nov. 2019.

MORTATTI, Maria do Rosário. **Leitura, literatura e escola**: subsídios para uma reflexão sobre a formação do gosto. 1987. Dissertação de mestrado **–** Faculdade de educação, Unicamp, Campinas, 1987.

MORTATTI, Maria do Rosário. **Cartilha Proteção Integral e Enfrentamento à violência sexual contra meninas e meninos**: Abuso sexual Intrafamiliar e exploração sexual comercial. Disponível em: <http://mariadorosario.com.br/wp-content/uploads/2017/03/MariadoRosario_InformativoAbusoCriancaAdolescente_CompletoFechado.pdf> . Acesso em: 15 abr. 2020

MOTA, Carlos Guilherme; LOPEZ, Adriana. **História do Brasil**: uma interpretação. São Paulo: Editora 34, 2015.

NAKAMURA, Carlos Renato. ECA**:** 30 anos de combate à violência sexual. In: **Caderno de artigos - Eca 30 anos** (Lei n° 8069/1990). Conselho Federal de Psicologia. p. 14-17. 2020. Disponível em:<www.cfp. org.br>. Acesso em: 10 abr. 2020.

OLIVEIRA, Caroline. Mães são acusadas de alienadoras ao denunciarem abusos contra os filhos. **Revista Carta Capital.** 15/10/2017. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/maes-sao-acusadas-de-alienadoras-ao-denunciarem-abusos-sexuais-contra-seus-filhos>. Acesso em: 10 jan. 2020.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Alarido e silêncio. **Revista Linguagem**: Silêncio, nº 03. Instituto Langage: São Paulo, 2017, p. 8-17.

ORTIZ, Renato. Sociedade e Cultura. In: SACKS, Ignacy; WILHEIM, Jorge; PINHEIRO, Paulo Sérgio (Orgs.). **Brasil:** um século de transformações. São Paulo: Cia. das Letras, 2001, p. 184-209.

PEREIRA, Valéria Cristina Ribeiro; MEDEIROS, Valéria. Eredegalda precisa falar. **Verbo de Minas**, v. 19, n. 33, p. 60-75, 2018. Disponível

em:<https://seer.cesjf.br/index.php/verboDeMinas/article/view/1440>. Acesso em: 14 abr. 2020.

PEREIRA, Valéria Cristina Ribeiro; SARAIVA, Elisabeth Marsha de Sousa. A formação do leitor e o discurso do "politicamente correto": uma leitura revisitada. In: **LER- Leitura em revista** (PUC-Rio). Rio de Janeiro. 2017. n. 12.p. 10-23. Disponível em: http://ler.iiler.puc-rio.br/index.php/LER/article/view/18.Acesso em: 11 abr. 2020.

PETIT, Michèle. **Os jovens e a leitura**: uma nova perspectiva. São Paulo: Editora 34, 2008.

PRISZKULNIK, Léia. A criança sob a ótica da Psicanálise: algumas considerações. In: **PSIC - Revista de Psicologia da Vetor Editora** (São Paulo), Vol. 5, nº.1, 2004, p. 72-77.

PRONER, Carol et al. (Orgs.). **A resistência ao Golpe de 2016**. Bauru: Canal 6, 2016.

RAMALHETE, Mariana Passos. **O leitor e a literatura juvenil:** um diálogo entre os prêmios literários Jabuti e FNLIJ e o Programa Nacional Biblioteca da Escola. 2015. 156 f. Orientador: Maria Amélia Dalvi. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Espírito Santo.

RANDO, Fernanda Silva. Ética na tradução de literatura infantojuvenil: análise de duas traduções de *Viagem ao centro da Terra*. In: **Rónai – Revista de Estudos Clássicos e Tradutórios**, v. 2, n. 2, 2014, p. 63-76.

REIMAO, Sandra. "Proíbo a publicação e circulação..." - censura a livros na ditadura militar. In: **Estudos Avançados** (São Paulo), v. 28, n. 80, p. 75-90, abr.2014. Disponível em:http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142014000100008&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 27 out. 2020..

REVISTA EMÍLIA. **A polêmica história de Eredegalda**. Disponível em: https://revistaemilia.com.br/a-polemica-historia-de-eredegalda/. Acesso em: 20 nov. 2020.

REYES, Yolanda. O triângulo amoroso. In: LIMA, Érica; FARIAS, Fabíola; LOPES, Raquel (Orgs.). **As crianças e os livros**: reflexões sobre a leitura na primeira infância. Belo Horizonte: Fundação Municipal de Cultura, 2017. p. 46-52.

ROLIM, Ana Carine Arruda et al. Subnotificação de maus-tratos em crianças e adolescentes na Atenção Básica e análise de fatores associados. In: **Saúde Debate** (Rio de Janeiro). V. 38, n. 103, p. 784-804,out.-dez., 2014. Disponível em: <https://www.scielosp.org/article/ssm/content/raw/?resource_ssm_path=/media/assets/sdeb/v38n103/0103-1104-sdeb-38-103-0794.pdf>. Acesso em: 07 nov. 2019.

ROSA, Daniela Botti da. **O rei está nu**: o discurso da literatura infantil durante a Ditadura Militar no Brasil. 2014. Dissertação (Mestrado em Letras e Linguística) – Universidade Federal de Alagoas. Disponível em: http://www.repositorio.ufal.br/bitstream/riufal/2316/1/O%20rei%20est%C3%A1%20nu%3A%20o%20discurso%20da%20literatura%20infantil%20durante%20a%20Ditadura%20Militar%20no%20Brasil.pdf. Acesso em: 07 nov. 2019.

SAMPAIO DE SOUZA, Danilo Fernandes. **Literatura juvenil premiada:** diálogos entre pesquisas acadêmicas, crítica especializada, escola e adolescentes leitores. – 2019. 201 f. Orientador: Maria Amélia Dalvi. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Espírito Santo.

SANDRONI, Laura. De Lobato à década de 1970. In: SERRA, Elizabeth D'Angelo (Org.). **30 anos de literatura para crianças e jovens**: algumas leituras. Campinas: Mercado de Letras, 1998, p. 11-26.

SCHWARZ, Roberto. Cultura e política agora. In: _____. **Seja como for**: entrevistas, retratos e documentos. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2019, p. 327-334.

SÊCO, Thaís Fernanda Tenório. A visão implícita de poder familiar no Projeto Escola Sem Partido. In: **Revista Brasileira de Direito Civil**, v. 19, n. 01, p. 247-268, 2019.Disponível em:<https://rbdcivil.ibdcivil.org.br/rbdc/article/view/369/278>. Acesso em: 23 set.2019.

SERRA, Elizabeth D'Angelo (Org.). **30 anos de literatura para crianças e jovens**: algumas leituras. Campinas: Mercado de Letras, 1998.

SERRANO, Pedro; MELMAN, Charles. **O populismo fascista no mundo contemporâneo**. Instituto Langage. Agosto 2020. Disponível em: https://www.prerro.com.br/o-populismo-fascista-no-mundo-contemporaneo-com-charles-melman-e-pedro-serrano/. Acesso em: 10 nov. 2020.

SILVA, Deonísio da. **Nos bastidores da censura: sexualidade, literatura e repressão pós-64**. São Paulo: Estação Liberdade, 1989.

SILVA, Elesa V. K. *O menino que espiava pra dentro:* espiando o jogo entre o clássico e o contemporâneo. In: **Revista Trama**(Unioeste - PR), v.11,n.21, 2015.

SILVA, Lucía. Suicídio entre crianças e adolescentes: um alerta para o cumprimento do imperativo global. In: **Acta Paulista deEnfermagem**. v.32, n.3, maio-jun, 2019. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-21002019000300001. Acesso em: 07 nov. 2019.

SILVA, Michel Goulart da. Reflexões sobre o "marxismo cultural". In: **Boletim de conjuntura**, Boa Vista, ano II, vol. I, n° 3, 2020. Disponível em:<. REFLEXÕES SOBRE O "MARXISMO CULTURAL" | Silva | Boletim de Conjuntura (BOCA) (ufrr.br)> Acesso em: 21 out. 2020.

SIQUEIRA, Ana Marcia Alves. Rebeldia e oportunismo: Uma história do diabo queirosiano. In: **Imagens da educação**, v. 2, n. 1, Universidade Federal do Ceará – UFC, 2012, p. 39-49.Disponível em: <Microsoft Word - 5 SIQUEIRA (ufc.br)> . Acesso em: 16 jan. 2020.

ZILBERMAN, Regina; LAJOLO, Marisa. **Um Brasil para crianças. Para conhecer a literatura infantil brasileira:** histórias, autores e textos. 3. ed. São Paulo: Global, 1988.

REFERÊNCIA DAS FIGURAS (*PRINT SCREENS*) DAS REDES SOCIAIS QUE COMPÕEM O CORPUS ESTUDADO

Figura 4. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=8_HEiyIxVFU&t=123s.> Acesso em: 14 out. 2019.

Figura 5. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=8_HEiyIxVFU&t=123s.> Acesso em: 14 out. 2019.

Figura 6. Disponível em: <https://www.facebook.com/Ana-Maria-Machado-FC-1420003241438754/> . Acesso em: 20 dez. 2018.

Figura 7. Disponível em: <https://www.facebook.com/Ana-Maria-Machado-FC-1420003241438754/> . Acesso em: 20 dez. 2018.

Figura 13. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=NDM5srhbHqk>. Acesso em: 15 abr. 2019.

Figura 14. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=NDM5srhbHqk>. Acesso em: 15 abr. 2019.

Figura 15. Disponível em: <https://www.facebook.com/search/top/?q=a%20triste%20hist%C3%B3ria%20de%20eredegalda&epa=SEARCH_BOX>. Acesso em: 22 abr. 2020.

Figura 16. Disponível em: <https://www.facebook.com/NemaDjizas/videos/10212352031542518/> . Acesso em: 27 abr. 2020

Figura 17. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=NDM5srhbHqk>. Acesso em: 15 abr. 2019